



Transcrição da Sessão Ordinária da
Assembleia Municipal de Marco de
Canaveses

----- *29 de junho de 2017* -----



--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Como temos quórum, vamos dar início, então, aos trabalhos – temos, neste momento, trinta e dois (32) deputados nesta sala.

E eu começava por dar as boas noites ao Sr. Presidente da Câmara, ao Sr. Vice-presidente, à Sra. Vereadora e Srs. Vereadores, aos deputados e deputadas desta Assembleia, órgãos de informação, aos Marcoenses, e se me permitem, uma saudação especial, antes de iniciarmos os trabalhos, aos munícipes de Tabuado que hoje aqui nos acolhem. Eu gostaria de agradecer a toda a freguesia, na pessoa do Sr. Presidente da Junta, o Sr. José Fernando Barbosa, e também à Associação Cultural e Recreativa de Tabuado por nos ter cedido as instalações, nas pessoas do Sr. Presidente da Direção, Sr. Rui Mendes, o Presidente da Assembleia Geral, Manuel Moreira, e o Presidente do Conselho Fiscal, Amadeu Queirós. À Associação Cultural e Recreativa de Tabuado, o nosso obrigado.

Esta é a décima terceira sessão que a Assembleia Municipal realiza fora dos Paços do Concelho, e encerramos hoje aqui, em Tabuado, um ciclo de treze (13) sessões que nós fizemos, num compromisso que nós tínhamos assumido em 2005, de podermos estar mais próximos dos nossos cidadãos, termos uma Assembleia Municipal mais aberta e mais próxima. E é aqui, hoje, que encerramos. Quero agradecer o convite que nos foi feito durante estes anos todos, estes doze (12) anos, para que pudéssemos ir indo de freguesia em freguesia, e podermos estar mais próximos.

Antes de iniciarmos, eu ia dar a palavra ao Gil Rodrigues, para podermos dar três (3) posses.

--- Gil Rodrigues (1.º Secretário, PPD/PSD) ---

Aos vinte e nove dias do mês de junho de 2017, na Sede da Associação Cultural e Recreativa de Tabuado, Freguesia de Tabuado, Concelho de Marco de Canaveses, e estando presente o Presidente da Assembleia Municipal, António Martinho Barbosa Gomes Coutinho, compareceu Lídia da Conceição Azevedo, portadora do Cartão de Cidadão n.º 104490292ZY6, válido até 27.12.2021, e Contribuinte n.º 202368041, a fim de tomar posse como membro da Assembleia Municipal de Marco de Canaveses para preenchimento da vaga temporária do membro desta Assembleia Municipal Ana Marisa Monteiro de Moura Pinto, de acordo com o disposto no art.º 78 da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, nos termos do art.º 54.º do Regimento, e na sequência de comunicação de ausência por período inferior a trinta (30) dias. O Presidente da Assembleia Municipal, depois de ter verificado a respetiva identificação, e de acordo com a Lista do Partido Socialista (PS), da eleição realizada a 29 de setembro de 2013, por sufrágio universal e direto, e após a mesma se ter prestado a juramento legal, declarou-a instalada como membro da Assembleia Municipal durante o período de ausência do membro da Assembleia Municipal Ana Marisa Monteiro de Moura Pinto. Para constar se lavrou o presente termo, que depois de lido em voz alta vai ser assinado por todos que nele intervieram, e que eu, Gil Fernando Mendes Rodrigues, Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, o subscrevi.

--- Lídia Azevedo (PS) ---

Eu, abaixo assinado, afirmo solenemente pela minha honra que cumprirei com lealdade as funções que me são confiadas.



--- Gil Rodrigues (1.º Secretário, PPD/PSD) ---

Aos vinte e nove dias do mês de junho de 2017, na Sede da Associação Cultural e Recreativa de Tabuado, Freguesia de Tabuado, Concelho de Marco de Canaveses, e estando presente o Presidente da Assembleia Municipal, António Martinho Barbosa Gomes Coutinho, compareceu Manuela da Conceição Monteiro Pinto Ferreira, portadora do Cartão de Cidadão n.º 09473621ZY2, válido até 23.07.2020, e Contribuinte n.º 190930632, a fim de tomar posse como membro da Assembleia Municipal de Marco de Canaveses para preenchimento da vaga do membro desta Assembleia Municipal Isabel Maria Geraldês de Carvalho Santana, que renunciou ao mandato, a fim de ser instalada como membro da Assembleia Municipal de Marco de Canaveses, nos termos do art.º 76.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, e nos termos do n.º 1 do art.º 56.º do Regimento da Assembleia Municipal. O Presidente da Assembleia Municipal, depois de ter verificado a respetiva identificação, e de acordo com a Lista do Partido Social Democrata (PPD/PSD), da eleição realizada a 29 de setembro de 2013, por sufrágio universal e direto, e após a mesma se ter prestado a juramento legal, declarou-a instalada como membro da Assembleia Municipal durante o período do presente mandato. Para constar se lavrou o presente termo, que depois de lido em voz alta vai ser assinado por todos que nele intervieram, e que eu, Gil Fernando Mendes Rodrigues, Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, o subscrevi.

--- Manuela Ferreira (PPD/PSD) ---

Eu, abaixo assinado, afirmo solenemente pela minha honra que cumprirei com lealdade as funções que me são confiadas.

--- Gil Rodrigues (1.º Secretário, PPD/PSD) ---

Aos vinte e nove dias do mês de junho de 2017, na Sede da Associação Cultural e Recreativa de Tabuado, Freguesia de Tabuado, Concelho de Marco de Canaveses, e estando presente o Presidente da Assembleia Municipal, António Martinho Barbosa Gomes Coutinho, compareceu Carlos Manuel Marinho Moreira, portador do Cartão de Cidadão n.º 114588490ZY8, válido até 15.12.2018, e Contribuinte n.º 222183330, a fim de tomar posse como membro da Assembleia Municipal de Marco de Canaveses para preenchimento da vaga temporária do membro desta Assembleia Municipal Luís António Pereira Pinto, de acordo com o disposto no art.º 78 da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, nos termos do art.º 54.º do Regimento, e na sequência de comunicação de ausência por período inferior a trinta (30) dias. O Presidente da Assembleia Municipal, depois de ter verificado a respetiva identificação, e de acordo com a Lista do Partido Social Democrata (PPD/PSD), da eleição realizada a 29 de setembro de 2013, por sufrágio universal e direto, e após o mesmo se ter prestado a juramento legal, declarou-o instalado como membro da Assembleia Municipal durante o período de ausência do membro da Assembleia Municipal Luís António Pereira Pinto. Para constar se lavrou o presente termo, que depois de lido em voz alta vai ser assinado por todos que nele intervieram, e que eu, Gil Fernando Mendes Rodrigues, Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, o subscrevi.

--- Carlos Moreira (PPD/PSD) ---

Eu, abaixo assinado, afirmo solenemente pela minha honra que cumprirei com lealdade as funções que me são confiadas.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---



Dava agora a palavra ao Sr. Presidente da Junta, José António Barbosa.

--- José António Barbosa (Presidente J.F. Tabuado, PS) ---

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Dr. António Coutinho, Sra. Secretária e Sr. Secretário, Exmo. Sr. Presidente da Câmara, Dr. Manuel Moreira, Srs. Vereadores, restantes deputados desta Assembleia, órgãos de comunicação social, ouvintes da Rádio Marcoense e público presente, sejam todos muito bem vindos a Tabuado.

É um enorme gosto recebermos em Tabuado a Assembleia Municipal, depois de já em 2015 termos recebido uma Reunião Pública da Câmara Municipal na nossa sede da Junta de Freguesia. Felicito desde já a iniciativa de deslocalizar a Assembleia Municipal, realizando-a nas mais diversas freguesias do concelho. É, sem qualquer dúvida, muito importante aproximar os órgãos autárquicos dos cidadãos, despertar consciências e alertar para a importância da participação cívica da população neste órgão deliberativo. Aqui se tomam importantes decisões que afetam a todos nós, cidadãos.

O nosso país acaba de viver uma grande tragédia humana e social, com o incêndio de Pedrógão Grande, que vitimou centenas de pessoas. Agora, mais do que nunca, temos de unir forças e esforços entre o Poder Local, o Poder Central, as diversas entidades da área social e todos os cidadãos. É necessário fomentar a comunicação e a proximidade entre todos para evitar que situações destas voltem a acontecer no futuro.

É a participação na Assembleia Municipal, ou na Assembleia de Freguesia – esta participação serve este propósito, isto é, levantamento de questões, apresentação de sugestões e soluções, e a discussão de temas de interesse geral por parte dos deputados e os cidadãos devem ser contributos para criarmos uma sociedade melhor. Assim, numa altura em que se sente um afastamento cada vez maior de toda a sociedade de tudo o que envolve a vida política, esta iniciativa é de louvar, esta e outras que possam vir a realizar-se no sentido da aproximação entre o Poder Autárquico e a população.

Sublinhar também que nos encontramos na Associação Cultural e Recreativa de Tabuado. Desta forma, queria também deixar um agradecimento à Direção desta associação pela forma pronta e carinhosa com que nos recebeu, um espaço recentemente intervencionado e que será, com certeza, uma mais valia para a nossa freguesia. Felicitar também a ACR de Tabuado pelo trabalho que tem vindo a fazer nos últimos anos em prol da dinamização da nossa freguesia.

E posto isto, resta-me desejar uma boa noite a todos, convidá-los a visitar Tabuado sempre que tiverem oportunidade, pois serão sempre muito bem vindos a Tabuado.

Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vamos, então, ao **Período de antes da ordem do dia**. E tínhamos como primeiro ponto a Apreciação e votação da ata da Sessão Ordinária de vinte e oito de abril de dois mil e dezassete.



Penso que os Srs. Deputados estão prontos para votar a ata, iríamos votar a ata em bloco, caso concordem. E portanto, quem vota contra? Quem se abstém?

Eu peço desculpa, eu terei que dizer quem é que não vai poder votar. Não vai poder votar Carlos Manuel Marinho Moreira, José António Brito de Osório e Valdoleiros, Benjamim Francisco Marques, António Ferreira Pinto, José Fernando Barros Barbosa, Miguel João Teixeira Carneiro (ou o substituto legal, neste caso, a D. Maria de Fátima Teixeira Cerqueira) e Manuel Azevedo Sousa. Estas são as pessoas que não vão poder votar. E portanto, iríamos pôr outra vez à votação. Quem vota contra? Quem se abstém? Neste caso, foi aprovado por unanimidade, sabendo que há pessoas que não podem votar esta ata. Obrigado.

Passaríamos ao **Ponto n.º 1.2**, Tomada de Posse de membro do Conselho Municipal de Segurança, nos termos do Artigo 9.º da Lei n.º 33/98, de 18 de julho, alterada e republicada pela Lei n.º 106/2015, de 25 de agosto.

Portanto, eu penso que a Sra. Dra. Ana Miriam Campos Oliveira não está presente, e portanto, não vai poder tomar posse; vamos dar posse na próxima Assembleia.

E portanto, passaremos ao **Ponto n.º 1.3**, Tratamento de assuntos gerais de interesse autárquico, nos termos do Artigo 52.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e de acordo com o n.º 1 do Artigo 18.º do Regimento da Assembleia Municipal.

Eu vou ler os nomes, e se faltar alguém, agradeço que nos digam: Jorge Pessoa, Coronel José António Valdoleiros, Patrícia Vieira, Olímpio Almeida, Joaquim Madureira, Cristina Vieira, Carla Babo, Mário Luís, Mário Bruno e José Fernando Barbosa. Penso que estão todos.

Portanto, daria a palavra ao Sr. Deputado Jorge Pessoa.

--- Jorge Pessoa (PPD/PSD) ---

Muito obrigado, Sr. Presidente. Permitam-me que distorça um bocadinho os cumprimentos habituais, e antes de cumprimentar os membros da Assembleia, quero deixar um cumprimento especial aos habitantes de Tabuado pela forma como nos recebem aqui nestas instalações.

Sr. Presidente da Assembleia, Sra. Secretária, Sr. Secretário, Sr. Presidente da Câmara, Sra. Vereadora, Srs. Vereadores, caros colegas deputados, público e comunicação social:

Tantas vezes vimos aqui discutir o presente e o futuro, mas de vez em quando temos que vir aqui lembrar pessoas do passado que tanto contribuíram para o bem estar dos Marcoenses. Nem sempre é pelas boas razões, neste caso é por um momento mais triste, mas queria aqui deixar dois (2) votos de pesar por duas (2) pessoas que fizeram parte desta Assembleia, e que com o seu empenho e dedicação contribuíram para o nosso bem estar. Passo a ler:

“Tendo falecido no dia 19 de junho, Dr. Aires Querubim, antigo Governador Civil de Vila Real e ex-membro desta Assembleia Municipal, propomos a esta Assembleia a aprovação de um voto de pesar pelo seu falecimento, a transmitir à família enlutada.

Marco de Canaveses, 29 de junho de 2017,



Os Proponentes”

Foi subscrito por todos os Grupos Parlamentares.

O segundo voto de pesar:

“Tendo falecido o Sr. Joaquim Ribeiro, ex-Presidente de Junta de Soalhães e ex-membro desta Assembleia Municipal, propomos a esta Assembleia a aprovação de um voto de pesar pelo seu falecimento, a transmitir à família enlutada.

Marco de Canaveses, 29 de junho de 2017”

Também foi subscrito por todos os Grupos Municipais.

Obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Sr. Deputado José António Valdoleiros.

--- José António Valdoleiros (PS) ---

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Srs. Secretários, Sr. Presidente da Câmara, Sr. Vice-presidente, Srs. Vereadores, Srs. Deputados Municipais de todos os Partidos, público, comunicação social, e uma saudação muito querida para todos os munícipes de Tabuado.

Sr. Presidente, o que me traz cá é uma situação que teria a ver, penso eu, com a Junta do Marco, mas não vejo cá o Sr. Presidente, senão tinha-lhe abordado o assunto, mas passa-se em Rio de Galinhas uma situação de não limpeza de algumas ruas, enquanto outras ruas já foram limpas duas (2) vezes. Eu fui abordado há cerca de quinze (15) dias atrás por um munícipe, ontem tive outra abordagem expondo a mesma situação, em que as pessoas dizem que há qualquer coisa de estranho, que há ruas que são limpas duas (2) vezes, e há três (3) ruas – que eu vou citar, é a Rua de Valdecidos, é a Rua Agostinho Loureiro, e é a Travessa da Tapada – essas ruas não foram limpas ultimamente, e as outras ruas foram limpas duas (2) vezes. Portanto, algo de errado se passa na freguesia; os munícipes estão um bocadinho, enfim, aborrecidos com a situação.

Era isso que eu queria dizer. Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Dava a palavra à Sra. Deputada Patrícia Vieira.

--- Patrícia Vieira (Marco Positivo) ---

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Exma. Sra. e Sr. Secretários, Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal, Exmos. Sra. e Srs. Vereadores, caros membros desta Assembleia Municipal, público aqui presente e Marcoenses que nos ouvem através da comunicação social.



Antes de mais, permitam-me cumprimentar o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Tabuado, que nos recebe, a toda a sua população de Tabuado, e à Associação Cultural e Recreativa de Tabuado. Muito obrigada.

No seguimento das notícias divulgadas sobre a vontade deste Governo de levar a efeito a descentralização de competências até ao final deste ano, nomeadamente para as CIM's, as chamadas comunidades intermunicipais, e para os municípios, questionamos o Sr. Presidente da Câmara se tem informações sobre as áreas em que se prevê a descentralização, e se haverá capacidade de garantir a sustentabilidade de tais competências no futuro, nomeadamente com as transferências financeiras necessárias para o efeito, dadas as alterações demográficas que se preveem num futuro próximo. Bem sabemos que a descentralização administrativa, conforme resulta da Constituição da República Portuguesa, tem por finalidade assegurar o reforço da coesão nacional e da solidariedade inter-regional, e promover a eficiência e eficácia da gestão pública, assegurando os direitos das populações, descentralização que envolve, entre outros aspetos, a transferência de atribuições e competências para as autarquias, a transferência de poderes e competências para executar, quer física, quer financeiramente, ações e serviços ou investimentos, é mera desconcentração; não há descentralização quando a transferência inclua o poder de decidir. A transferência de atribuições e competências deve ser por nós acompanhada, e acompanhada também pelos meios humanos, recursos financeiros e do património adequado ao desempenho das funções transferidas, visa uma melhor e mais eficaz resposta aos direitos, aspirações e necessidade das populações, e não pode coexistir com a prática que tem demonstrado, num processo de redução de investimento público e alijamento do ónus da insatisfação e incumprimento para o Poder Local.

A inexistência de autarquias de nível intermédio – as regiões administrativas, que não são substituíveis pelas CIM's ou qualquer outra solução intermunicipal – constitui um obstáculo a uma efetiva descentralização que é urgente resolver. Novas competências para as autarquias exigem o preenchimento de condições financeiras, de autonomia e de organização para o seu pleno exercício, reclamam a reposição de condições para responder às responsabilidades que já hoje detêm. A experiência de décadas, em que mais que transferências de competências, se transfiram encargos, obriga à avaliação rigorosa dos meios necessários ao exercício das competências consideradas, à definição do ponto de partida para a fixação do volume de recursos necessários e à verificação das garantias futuras quanto ao regime financeiro.

Permitam-me ainda, e ainda no seguimento do que se tem ouvido na comunicação social, atendendo à questão da precariedade do trabalho na Administração Pública e à possibilidade de o Governo poder vir a regularizar vínculos de trabalhadores que têm vindo a prestar trabalho à referida Administração Pública de forma precária, e no seguimento das declarações do Presidente da Associação Nacional dos Municípios Portugueses, e de o mesmo ter manifestado interesse em que este programa também seja alargado às Autarquias Locais, é nosso entendimento que, face a esta constatação, também o Município de Marco de Canaveses deveria regularizar os contratos precários que mantém com alguns trabalhadores há alguns anos, considerando o efeito positivo que tem na vida das pessoas, e mesmo reconhecendo que este processo não depende exclusivamente da iniciativa dos órgãos municipais, dependendo de tutela, tendo em conta o plano de ajustamento e reequilíbrio financeiro a que o Marco ainda se encontra vinculado. Consideramos, pois, que o município deve ponderar esta situação, tendo em conta a abertura legal que venha a ocorrer.



E por último, não poderei demonstrar o meu desagrado pela ausência e não participação do nosso município numa iniciativa que se irá realizar no Centro de Congressos da Alfândega do Porto, nos próximos dias 30 de junho e 2 de julho, designada por “Douro Verde – Sabores e Saberes”, desenvolvida inclusive pela Dolmen, em parceria com os Municípios de Baião, Cinfães e Resende, com o apoio da Entidade Regional de Turismo do Porto e Norte de Portugal, com o objetivo de promoção ou destaque aos produtos locais, à gastronomia e aos vinhos.

Obrigada.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Sr. Deputado Olímpio Almeida.

--- Olímpio Almeida (MCFT) ---

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sra. e Sr. Secretário, Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal, Sra. e Srs. Vereadores, Sras. e Srs. Deputados, Exmo. Público, comunicação social, Marcoenses. Cumprimento as populações da Freguesia de Tabuado, na pessoa do Sr. Presidente da Junta, e o meu agradecimento.

Eu trago aqui dois (2) pontos hoje à Assembleia Municipal. Sendo esta Assembleia Municipal a responsável, em termos de competência, pelo trânsito do município, nomeadamente nas ruas, caminhos e estradas municipais, não podia deixar de lembrar a V. Exas. o seguinte: o art.º 13.º, n.º 2, do Regulamento de Sinalização do Trânsito, aprovado pelo Decreto Regulamentar n.º 22-A/98, de 1 de outubro, prevê que os sinais verticais são colocados do lado direito ou por cima da via, no sentido do trânsito a que respeitam, e orientados pela forma mais conveniente ao seu pronto reconhecimento pelos utentes. Por sua vez, o Instituto de Infraestruturas Rodoviárias, IP, nas suas normas e critérios de colocação da sinalização vertical, refere: os sinais colocados do lado esquerdo só são válidos quando em repetição de um sinal colocado do lado direito. Ora, isto significa que os nossos condutores, sempre que circulem nas nossas estradas, só terão que respeitar e se preocupar com a sinalização que encontrarem ao seu lado direito; a do lado esquerdo, só se for em repetição da do lado direito. Nós temos alguns casos no nosso concelho em que um único sentido tem um sinal para a direita, do lado direito um sinal, com a respetiva mensagem, e tem outro do lado esquerdo, com outra respetiva mensagem. Isto significa o quê? Significa que o sinal que está ao lado esquerdo – e há vários aqui no concelho, ou pelo menos alguns – mesmo que seja STOP, será considerado nulo face a esta Legislação que acabei de ler. Há outros sinais, também ainda no concelho, que são inúteis. Isto significa o quê? Que não estão adequados à circulação que nós temos. Deixava um pedido ao Sr. Presidente da Câmara, no sentido de, dentro das possibilidades do município, mandar analisar estas anomalias, e se possível, corrigi-las. Neste ponto, o meu muito obrigado.

O segundo ponto prende-se com o funcionamento do Cemitério Municipal, nomeadamente a abertura e fecho. Há um documento da Câmara Municipal que refere os horários de funcionamento, da abertura e fecho do Cemitério Municipal. Acontece que me chegaram vários descontentamentos de pessoas que ali se dirigem para visitar os seus entes queridos, e mesmo nestes horários está fechado o cemitério. Algo se passa, e parece-me, por aquilo que consta, que será a Polícia Municipal que está incumbida de abrir ou fechar, algumas vezes ou todos os



dias. Gostaria, e deixava também um pedido ao Sr. Presidente da Câmara, dentro da possibilidade, se podia mandar verificar esta anormalidade.

Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Sr. Deputado Joaquim Madureira.

--- Joaquim Madureira (MCFT) ---

Sr. Presidente da Assembleia, Sra. e Sr. Secretários, Sr. Presidente da Câmara Municipal, Sra. Vereadora e Srs. Vereadores, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados Municipais, estimado público e comunicação social:

Sr. Presidente, vinha pôr aqui um assunto, que é o seguinte: há onze (11) anos que o proprietário da Quinta do Fojo colocou um portão no caminho público que liga ao Lugar da Cepa (Paredes de Viadores, Marco de Canaveses) ao Lugar do Arcal (Mesquinhata, Baião). Não tendo a Câmara Municipal, em tempo útil, repostado a livre circulação do referido caminho, as populações que o utilizavam manifestaram-se no sentido de que o referido portão fosse retirado, o que não aconteceu. A Câmara Municipal do Marco de Canaveses, a meu pedido e a pedido da Junta de Freguesia de Paredes de Viadores, colocou uma ação em tribunal, juntamente com o Presidente da Junta de Mesquinhata. Foi para tribunal, demorou muito tempo, justificou-se perante o tribunal que o caminho era público, e Sr. Presidente, há onze (11) anos o portão continua lá. Eu agradecia que V. Exa. me informasse o que é que se está a passar, porque é muito complicado, Sr. Presidente; são onze (11) anos. Repare o Sr. Presidente: não sei se V. Exa. se recorda, no primeiro mandato, quando V. Exa. tomou posse, foi lá ao local. Recorda-se, dentro daquela quinta, mais do que uma vez, verdade, Sr. Presidente. Mas, repare: o que é certo é que houve uma ação em tribunal, foi testemunhado pelos utentes que o único caminho que havia naquela zona era aquele (não havia outro), o senhor alegava que aquilo era particular, o que se justificou no tribunal que não era, deram razão, portanto, à Câmara e à Junta, e o que é certo é que o portão continua lá, Sr. Presidente. Agradecia que V. Exa. me elucidasse daquilo que se está a passar.

E já agora, Sr. Presidente, iria falar noutra coisa, é um ponto muito rápido: eu tinha falado na última Assembleia Municipal, falei ao Sr. Presidente numa coluna dos semáforos que está junto ao Banco Santander, e a coluna continua lá – de certeza algum camião, algum automóvel que deu uma pancada – e aquilo é um sítio em que toda a gente tem que olhar para lá, e parece tão mal, e eu acho que aquilo é fácil de corrigir.

Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Sra. Deputada Cristina Vieira.

--- Cristina Vieira (Presidente J.F. Soalhães, PS) ---

Muito boa noite a todos. Um cumprimento especial à população de Tabuado, em particular à associação que nos recebe, e ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Tabuado, que hoje também é o anfitrião desta Assembleia.



Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Srs. Secretários, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, caro público e comunicação social:

As minhas questões, a primeira tem a ver com a questão da educação. Se nós formos ver o Despacho n.º 9265-B/2013, diz no seu art.º 2.º, n.º 5, que o período de funcionamento de cada estabelecimento e os horários de Animação e Apoio à Família (as chamadas AAAF's) na educação pré-escolar devem ser comunicados aos pais no momento da matrícula ou na renovação da mesma. E no mesmo despacho, no seu art.º 3.º, diz que estas AAAF's, Atividades de Animação e Apoio à Família, funcionam durante o período de interrupções letivas e são implementadas preferencialmente pelos municípios, mediante um protocolo, ou no âmbito de um protocolo de cooperação entre o Ministério da Educação, do Trabalho e da Solidariedade, e da Associação de Municípios. Eu fui confrontada há pouco tempo pelos pais na Freguesia de Soalhães – creio que isto é um assunto que diz respeito a todo o concelho – de alguns pais que têm necessidade de deixar ficar as crianças durante o período do mês de julho, e eventualmente até no final de junho e agosto, eventualmente, e essa indicação, segundo este despacho, deveria ser posta à consideração dos pais na hora da matrícula, ou na altura da matrícula, ou na renovação da matrícula. Isso não acontece, e eu queria aqui questionar o Pelouro da Educação, por que é que isso não acontece, por que é que isso não é dado a conhecer aos pais, e por que é que todas as Juntas de Freguesia não podem eventualmente acionar esta medida. Também é verdade que o próprio despacho diz que preferencialmente é o município que ativa as AAAF's, embora sem prejuízo de haver a possibilidade de estas virem a ser desenvolvidas por Associação de Pais, instituições particulares ou outras entidades que desenvolvam este tipo de resposta social. Esta é a primeira pergunta.

A segunda questão tem a ver com a problemática dos incêndios. Infelizmente, todos nós nos temos apercebido que a tragédia dos incêndios tem invadido as nossas casas através dos meios de comunicação social – aproveito para deixar uma palavra de solidariedade a todos que direta ou indiretamente foram afetados pelos incêndios, e também uma palavra de reconhecimento aos nossos bombeiros e a todos os que colaboram na proteção de pessoas e bens. E aqui, esta questão era para o Sr. Presidente da Câmara, porque, como sabem, nós criámos este ano uma Unidade Local de Proteção Civil. No dia 14 de maio, conforme o Plano de Atividades que fizemos, realizámos uma visita com os Bombeiros Voluntários à área da serra mais problemática, onde entendíamos que devíamos levar a cabo alguns corta-fogos, e fizemos essa visita em parceria com os bombeiros. Oficializámos com a Câmara este pedido de alguns meios, até tendo em atenção que podíamos disponibilizar também alguns, mas até hoje, desde 14 de maio, o Sr. Presidente da Câmara ainda não se dignou a responder-nos a este nosso pedido.

A outra questão que eu queria colocar tem a ver com a renovação do contrato de prestação de serviço público de transporte urbano, aquele autocarro que nós vemos aqui a circular, da Transdev, o UrbMarco, e eu queria questionar o Sr. Vereador do Pelouro, Sr. Eng.º Mota, até porque eu lembro perfeitamente, quando este serviço foi implementado, eu fui das autarcas que aqui vim fazer esta solicitação ao Sr. Engenheiro, se porventura, mais tarde, fosse possível alargar estes percursos a outros locais, eu até solicitei que o pudessem fazer à Freguesia de Soalhães, nem que fosse uma vez de quinze (15) em quinze (15) dias, a locais que estão mais isolados, nomeadamente à área da serra. Na altura, estávamos ainda num ano, diria eu, de estágio, e por isso, agora, passados estes três (3) anos, eu gostava de saber, e de fazer esta



pergunta ao Sr. Engenheiro, até porque a empresa faturou duzentos e dez mil euros (210.000€) – aliás, mais um bocadinho que duzentos e dez mil euros (210.000€) – desde 2014 a 2016 – ou seja, isto é um serviço público que fica caro à Câmara, é um investimento que a Câmara faz num serviço público, que ainda bem que o faz, acho que estamos todos contentes com o serviço que a UrbMarco está a fazer, mas eu gostava de saber – e até porque também estamos em Tabuado, e eu já assisti a várias reuniões, nomeadamente na área da saúde, que aqui foram colocadas quando abriu a Unidade de Saúde Familiar, foram colocadas algumas questões – se havia possibilidade de alargarem alguns percursos, e aqui em Tabuado refiro-me em concreto ao percurso da linha 3, que é a linha verde e tem, neste momento, seis quilómetros e meio (6,5 km), e que eu gostava de saber se poderia ser alargado até à Unidade de Saúde Familiar, porque essa era uma das ideias e uma das exigências, quase, para que esta Unidade de Saúde tivesse mais utentes, eu gostava de saber se isso era possível, porque passávamos a ter uma linha com nove quilómetros e meio (9,5 km) e também gostava de saber se, de facto, é possível – até porque no contrato há a possibilidade de se pagarem extra alguns quilómetros – dar resposta a esta questão que eu já fiz há três (3) anos atrás, à Freguesia de Soalhães, mas eventualmente também alargarmos a outros percursos, a outras linhas nalgumas freguesias do concelho.

E também queria saber se foi salvaguardada uma proposta que já aqui foi feita pelo Partido Socialista, que é de ter em atenção aquilo que são os horários dos comboios e aquilo que é o serviço que, efetivamente, este autocarro faz. Do nosso ponto de vista – e isso, acho que é explícito – as ligações que estão a ser feitas pela manhã não correspondem às necessidades dos utentes dos comboios. E nós já falámos nisto, já apresentámos esta proposta, e eu queria saber, agora que vão fazer esta renovação do contrato, se vão ter isso em mente, ou não – se vão, no fundo, acatar esta nossa sugestão.

Era isso.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Sra. Deputada Carla Babo.

--- Carla Babo (PPD/PSD) ---

Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Secretários, Sr. Presidente da Câmara, Sra. e Srs. Vereadores, membros da Assembleia Municipal, comunicação social, público aqui presente:

Queria agradecer ao Sr. Presidente da Junta e à Associação Cultural e Recreativa de Tabuado a forma amável como nos estão a receber, e toda a população de Tabuado.

Apresento um voto de pesar:

“A Assembleia Municipal de Marco de Canaveses manifesta o seu profundo pesar pelas vítimas do incêndio de Pedrógão Grande, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Pampilhosa da Serra e Gois, e endereça às famílias afetadas a sua solidariedade neste momento de consternação, que já sacrificou sessenta e quatro vidas humanas e fez mais de duzentos feridos.

É um momento de profundo sofrimento e de grande tristeza para as respetivas famílias, amigos e para a população em geral dos municípios atingidos pela maior catástrofe por incêndios de que há memória no nosso país.



Portugal e os portugueses estão de luto.

A Assembleia Municipal de Marco de Canaveses louva o trabalho, o esforço notável e coragem demonstrada pelos Bombeiros, Proteção Civil, Forças Armadas, Forças e Serviços de Segurança, bem como das Autoridades Municipais e da Segurança Social no terreno, que combateram as chamas, lutando pela segurança de pessoas e bens de forma incansável.”

O presente voto de pesar foi subscrito por todos os Grupos Parlamentares.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Dava a palavra ao Sr. Deputado Mário Luís, e o seu tempo de intervenção serão dois (2) minutos.

--- Mário Luís Monteiro (MCFT) ---

Sr. Presidente da Assembleia, Sra. Secretária e Sr. Secretário, Sr. Presidente da Câmara, Sra. Vereadora, Srs. Vereadores, Sras. e Srs. Deputados, comunicação social, Exmo. Público:

Queria, naturalmente, começar por saudar a população de Tabuado, na pessoa do Sr. Presidente da Junta, e também a associação que aqui nos recebe. Tenho recordações aqui desta terra, ultimamente tenho tido uns alertas que me fazem tomar consciência da minha veteranaria, e talvez aí há uns trinta e cinco (35) anos, penso que ainda neste campo, ali em baixo, fiz parte de uma equipa que venceu a 1.ª Quadrangular de Voleibol do concelho. Sei que era a Associação de Tabuado que organizava, o Liceu do Marco, o Ginásio Clube de Alpendorada, onde eu estava; a outra associação, não sei, até gostaria de saber. É apenas uma recordação.

Há algumas horas atrás – gostava de dar nota desse aspeto – saímos, alguns de nós, de um jantar, da festa de encerramento de um torneio, que já vai na sua vigésima terceira edição, o Torneio Interescolas do Concelho, de professores e funcionários, que decorreu ontem à noite aqui no Marco de Canaveses. É um torneio que já leva uma grande tradição, que procura incentivar o convívio entre os docentes, os funcionários, para combater o *stress* e aliviar um pouco as pressões de um ano letivo.

Também gostava de dar aqui uma palavra de elogio à ARCA – Associação Recreativa e Cultural de Alpendorada, que ao longo de vários anos tem promovido o desporto – neste caso, principalmente o andebol feminino no nosso concelho – e que este ano, apesar de não ter conquistado nenhum título nacional, participou, esteve presente – e isso já é uma grande mais valia – nas várias fases finais dos diversos escalões.

Para terminar, gostaria de dizer que hoje apreciei, de manhã – foi por mero acaso, não tinha conhecimento, e gostei de ver o Sr. Presidente vestido de romano, juntamente com outros Marcoenses, promovendo a nossa Tongóbriga.

Obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---



Dava a palavra ao Sr. Deputado Mário Bruno, e lembrava só que ainda falta falar o Sr. Deputado José Fernando, e os dois (2) têm três (3) minutos.

--- Mário Bruno Magalhães (Presidente J.F. Santo Isidoro e Livração, PS) ---

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia, cara e caro Secretários, Exmo. Sr. Presidente, caríssimos vereadores e Sra. Vereadora, estimado público, estimados Presidentes de Junta e estimados membros desta Assembleia, órgãos de comunicação social e a todos aqueles que nos acompanham através dos mesmos em suas casas:

Saúdo, claro está, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Tabuado, amigo José Barbosa, felicitando-o pelas grandiosas Festas em honra de Santo António, bem como o arranque da obra do Centro Social e Cultural de Tabuado, obra que muito dignifica o seu mandato e honra certamente todos os Tabuadenses. Certo do seu empenho, trabalho e dedicação, um grande bem haja, Sr. Presidente José Fernando Barbosa, e obrigado por nos acolher. E na sua pessoa, saúdo e cumprimento todas as pessoas de Tabuado, que muito satisfeitas, muito se honram com esta Assembleia descentralizada dos Paços do Concelho, e hoje aqui em Tabuado.

Gostaria ainda de fazer uma referência às Marchas Populares realizadas por todo o Concelho de Marco de Canaveses, e com relevo na Freguesia de Alpendorada, Várzea e Torrão, onde o seu povo demonstra a evidência do seu bairrismo saudável dos santos populares, aquela gente que trabalha dias e dias a fio, com as suas barraquinhas, para acolher toda a população do concelho, e que faz aquelas magníficas marchas. Por isso, àqueles bairros, e àqueles lugares, e àqueles gentes, a minha saudação especial, e um abraço de carinho e afeto por todas aquelas pessoas amigas e familiares.

Uma referência ainda à Festa do Peregrino, em Vila Boa de Quires. Um bem haja a toda aquela equipa liderada pelos Gémeos Ferreira, e que apoiam durante todo o ano os peregrinos, durante as suas viagens, que tantos sacrifícios fazem e passam na longa viagem até Fátima – não é por qualquer motivo que é considerada a rainha de Portugal. Um bem haja pelo seu trabalho e pela sua dedicação.

Gostaria ainda, e sobre os trágicos acontecimentos da tragédia que assolou a região centro e deixou o país de luto, de expressar o meu sentido pesar às vítimas e suas famílias, bem como aos autarcas daquela localidade e localidades vizinhas.

Ainda na ordem do dia, é de questionar: servirá, ou não, a tragédia em Pedrógão Grande, que matou sessenta e quatro (64) pessoas e feriu duzentas e cinquenta (250), de arma política? Servirá como o diabo que tantas vezes o Dr. Pedro Passos Coelho anunciou, e até hoje não chegou? É um bom momento para a classe política demonstrar na prática os valores do serviço à causa pública que afirmam, e afirmam tantas vezes; será um bom teste, e um teste bem importante para que todas as populações possam aí tirar a sua conclusão. É muito grave utilizar esta e outras tragédias naturais para tentar marcar pontos políticos. Creio que a opinião pública não compreenderá um cenário destes. Para bem do debate público e aproximação dos cidadãos à política, é importante que os atores políticos – ou seja, candidatos – não se aproveitem da desgraça para projetar os seus ideais totalitaristas, até porque a magnitude da tragédia é tal que coloca grande responsabilidade sobre todos os agentes políticos, os presentes, os atuais e o



passado, principalmente num ex-Primeiro Ministro que afirma ansiosamente: *“Não precisamos de aguardar por nenhum estudo, avaliação ou auditoria para saber que o Estado falhou.”*

Uma palavra de grande reconhecimento e apreço ao Exmo. Sr. Presidente da República e ao Exmo. Sr. Primeiro Ministro pela sua forma de estar na política, e pela sua forma de lidar com estas situações. Certo é, e fácil será, abraçar em momentos de festa; certo é, e será certamente, abraços em momentos de alegria; muito difícil será certamente aquele abraço solidário que o Sr. Presidente da República, Prof. Marcelo Rebelo de Sousa, deu ao Sr. Secretário de Estado e às famílias das vítimas. Um bem haja a estes homens e mulheres, e esperança e confiança num futuro melhor.

Caros Marcoenses, é de esperança e de solidariedade que precisamos, e não da maledicência e ataques pessoais.

Muito obrigado pela vossa atenção.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Srs. Deputados, eu precisava de colocar aos Srs. Deputados dois (2) assuntos. O primeiro é um pedido do Sr. Presidente da Junta do Marco, António Santana, com base no nosso art.º 39.º, chegou vinte (20) minutos após aquilo que é a tolerância máxima da possibilidade de entrar, que é de sessenta (60) minutos após a hora da marcação. Portanto, informou-me para pedir a vossa autorização, sabendo que me disse que esteve a fazer a preparação do Mercado Romano, que vai acontecer amanhã, e portanto, chegou atrasado por causa disto. Portanto, eu gostaria de saber se há a vossa anuência, ou não, para que o Sr. Deputado possa estar nos trabalhos. Eu estou a pôr à aprovação. Quem vota contra? Obrigado.

Eu ia pedir também a vossa autorização para que o Sr. Deputado José Fernando, porque também o tempo já passou três (3) minutos – dos três (3), o Sr. Deputado usou seis (6) – para que possa intervir, sendo a pessoa de Tabuado, que possa usar a palavra.

Dava, então, a palavra ao Sr. Deputado.

--- José Fernando Barbosa (Presidente J.F. Tabuado, PS) ---

Ora, então, boa noite mais uma vez. Eu pedia a dispensa dos cumprimentos habituais.

Tenho aqui três (3) ou quatro (4) questões para pôr ao Sr. Presidente da Câmara, algumas delas já foram mais do que uma vez aqui discutidas, mas hoje, porque estamos em Tabuado, e o Sr. Presidente também faz muita vez questão de dizer que também é de Tabuado, e todos queremos o melhor para Tabuado, eu gostava que o Sr. Presidente assumisse aqui dois (2) ou três (3) compromissos com todos os Tabuadenses.

E eu ia começar pelas placas toponímicas, que já foram debatidas mais do que uma vez aqui nesta Assembleia, o Sr. Presidente já disse mais do que uma vez que nos iria ajudar, se pode, ou não, assumir o compromisso de, até ao fim do mandato – e já não falta muito, três (3) meses – de termos as placas toponímicas.



A nível de acessibilidades, também já não é a primeira vez que falamos aqui, mas é a pura verdade: ainda temos alguns arruamentos em terra batida que há dois (2) anos – com dois (2) invernos em cima – há dois (2) anos que não sofrem qualquer tipo de manutenção. Escusado será dizer que se encontram em muito mau estado. Eu sei que também são acessos, são arruamentos que não são essenciais, mas a verdade é que vão passando por lá pessoas, agora e depois, e se é uma via pública, acho que deve estar com as mínimas condições para transitarem os automóveis.

Queria também alertar – também já foi um assunto discutido ainda na última audiência que tivemos – a Travessa dos Pradinhos. Portanto, é um pequeno troço – estamos a falar, no máximo, em cem metros (100 m), onde temos uma pessoa com mobilidade reduzida, onde é prioritária uma intervenção definitiva. Nós já lá temos colocado mais do que uma vez tuvenan, mas precisamos de uma intervenção definitiva. A Rua da Panchorra, também já desde 2015 que vimos a pedir uma intervenção para o estado irregular em que se encontra, pelo menos até ao acesso à Torre de Nevões.

Depois, passava, claro, para o saneamento, que é transversal também a todo o concelho. Há duas (2) ruas, pelo menos, que já desde 2016 vimos falando numa intervenção, que são duas (2) intervenções pontuais – estou a falar da Rua da Estalagem e da Rua da Vinha. Eu sei que recentemente encontrei os técnicos da Câmara na Rua da Vinha, e portanto, eu presumo que ainda vamos ter obra antes do fim do mandato. E depois, temos aquela que para nós é a grande prioridade a nível de saneamento, que é esta rua que serve também esta associação, a Rua Gonçalo de Barros, que servirá também o Prédio das Capelas, aqui a própria associação, o infantário que está aqui abaixo. Sabemos que é uma obra de maior envergadura, da última vez que falámos, o Sr. Presidente disse que estava em estudo, estava nos gabinetes um estudo. Gostaríamos de saber se o estudo está concluído, para quando obras a nível de saneamento na Rua Gonçalo de Barros.

E por último, uma endereçada ao Sr. Eng.º Mota: nós, antes do natal, tivemos uma reunião na Junta de Freguesia – portanto, isto é um diferendo que envolve o Loteamento do Calvário com as Águas do Marco. O Sr. Vice-presidente assumiu um compromisso com as pessoas que lá estiveram. A última vez que falámos por telefone e abordámos o assunto, o Sr. Vereador também disse que já tinha algumas certidões prontas, que iria, dentro da disponibilidade, logo que possível, remetê-las aos interessados. Gostava de saber se essas certidões estão prontas, e se as pessoas já...

E dito isto, acho que dou por finda a minha intervenção. Um Porto de Honra está servido ali na sala, à entrada. Portanto, quem durante a Assembleia pretender, terá lá algo para petiscar, pelos três (3) ou quatro (4) minutos que me cederam agora.

Obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Daria a palavra ao Sr. Presidente da Câmara.

--- Presidente da Câmara Municipal ---



Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sr. Vice-presidente da Câmara Municipal, Sra. Vereadora, Srs. Vereadores, Sras. e Srs. Deputados Municipais, Srs. Múncipes, comunicação social:

Primeiro, naturalmente, também me quero associar ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal e a todos os Srs. Deputados que já referiram o facto de estarmos hoje a fazer a décima terceira Assembleia Municipal descentralizada, no conjunto das freguesias do nosso município, e hoje ser aqui em Tabuado. Todas as freguesias, para mim, são, de facto, freguesias importantes, e respeito de igual forma, mas esta, de facto, é o meu berço natal. Formalmente, nasci no Hospital Santa Isabel – o velhinho, porque agora vai celebrar cinquenta (50) anos do novo, que já tem cinquenta (50) anos, agora em novembro, mas eu nasci ainda no anterior, nas traseiras do atual. Mas, de facto, o meu berço natal é aqui, porque aqui nasceu o meu pai e toda a minha família paterna. E por isso, honra-me sempre estar aqui em Tabuado. E por isso, saúdo o Sr. Presidente da Junta, a freguesia, e saúdo, naturalmente, a nossa Associação Cultural e Recreativa de Tabuado por nos acolher aqui nas suas instalações, instalações que temos vindo a valorizar para até recebermos com toda a dignidade esta Assembleia Municipal, com a pintura deste espaço que está diferente e melhor, com o polidesportivo, que tem sido uma luta titânica da associação, e temos o gosto de partilhar, a Câmara Municipal, e que dentro de dias vai ser inaugurado, e sabemos que ainda não está completo, porque sabemos que há mais vontade de também ter ali umas bancadas, para que todos os eventos desportivos, culturais, cívicos e recreativos que aqui acontecem ao longo de tantos anos, nesta freguesia, em particular nesta associação que os promove e também disponibiliza as instalações para serem promovidos.

Passando agora à resposta das questões que foram colocadas pelas Sras. e Srs. Deputados, a primeira das quais do Sr. Deputado, Coronel José António Valdoleiros – que desejo plena recuperação da sua saúde, e felizmente que já está connosco de novo, depois de um período difícil da sua vida, de prova de vida, e que está a superar, e naturalmente que desejo que assim continue – falou daquilo que tem ouvido, de algumas ruas da Freguesia do Marco, que também é da cidade de Marco de Canaveses, da qual a Câmara Municipal também tem responsabilidades, de não estarem devidamente limpas. De facto, nós temos feito essa parceria positiva entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia do Marco, para que possamos ter, tanto quanto possível, sempre as artérias da cidade, que também é a nossa sala de visitas, devidamente limpas. Admito que nem tudo sempre esteja como devia estar, e por isso, naturalmente que estaremos atentos, e agradecemos a sua chamada de atenção. Está cá já o Sr. Presidente da Junta, e por isso também estou de algum modo a fazer eco daquilo que o Sr. Deputado aqui nos colocou.

Em relação à intervenção da Sra. Deputada, Dra. Patrícia Vieira, que fala sobre aquilo que é o pacote da descentralização que o Governo e a Assembleia da República decidiram avançar, quero dizer-lhe que, de facto, é sempre importante – e fala-vos um paladino defensor do Poder Local e um regionalista convicto, como sou, sempre fui, e devo dizer que quarenta e um (41) anos após a Constituição da República Portuguesa que estabeleceu que o Poder Local tinha três (3) níveis – a freguesia, o município e a região administrativa – estão apenas e tão só exercitados dois (2), a freguesia e o município; falta a abóbada, falta o vértice do Poder Local, que é a região administrativa. E quarenta e um (41) anos depois, naturalmente que o país está diferente, e está diferente para melhor, mas continua a haver uma necessidade de descentralização e de haver as regiões administrativas no espaço continental; elas continuam a



fazer falta. Se calhar até era para, de algum modo, nós dizemos: “Bem, já passaram quarenta e um (41) anos, se elas não foram feitas até agora, já nem vale a pena, porque o país está tão diferente, já está melhor, já não precisa.” Não, o país continua a ser demasiado centralista, macrocéfalo, e por isso, precisamos mesmo dessas regiões administrativas. Como precisamos de continuar a fazer o aprofundamento do Poder Local Democrático, que celebrámos os quarenta (40) anos em dezembro passado, com novas atribuições e competências para os municípios – porque o país tem uma tradição municipalista que não podemos esquecer – para as freguesias também, valorizando cada um dos órgãos autárquicos, cada uma das autarquias, freguesias e municípios, mas também para estas entidades intermunicipais, como é a nossa Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa, de que fazemos parte com convicção, apesar de eu reconhecer, e tenho dito isso aos meus pares, os outros dez (10) Presidentes de Câmara – e quando eramos onze (11), também dizia aos onze (11) Presidentes de Câmara – que nós ainda não estamos ganhos para esta entidade intermunicipal, de partilharmos neste espaço abrangente, alargado, aquilo que são, naturalmente, projetos que à escala do município não fazem sentido, ou pelo menos terão menos eficiência e eficácia para servir melhor a população e o desenvolvimento do território no seu todo, desta sub-região do Tâmega e Sousa, que continua a ter os indicadores macroeconómicos dos mais débeis de Portugal e da Europa, então mais razão há para estarmos juntos, para termos um plano estratégico para que o Governo de Portugal, ou os Governos de Portugal e a União Europeia reconheçam que é necessário apostar mais nestas zonas que, naturalmente, ainda têm vários indicadores que não estão à altura daquilo que é o desenvolvimento e a coesão nacional, e também daquilo que deve ser a nível da Europa. E nesse sentido, eu sou daqueles que defendo, mesmo defendendo as regiões administrativas, dentro da grande região norte – uma vez que defendo as regiões plano, cinco (5) regiões administrativas no espaço continental – deviam continuar a existir as comunidades intermunicipais e as duas (2) Áreas Metropolitanas que Portugal tem desde há muitos anos, a do Porto e a de Lisboa e Vale do Tejo. E é por isso que eu acho que é importante. Mas, nem toda a gente pensa assim; nem toda a gente pensa assim. Mas, eu penso desta maneira.

Mas, a verdade é que este pacote da descentralização, que é, de facto, uma reforma de Estado de grande alcance e de grande fôlego, foi lançada há mais de um ano, há mais de um ano se tentou avançar para a constituição de grupos de trabalho entre a Associação Nacional de Municípios Portugueses, e até a Associação Nacional de Freguesias, e o Governo, nas várias áreas, nos vários Ministérios e Secretarias de Estado, mas as coisas não evoluíram com a dinâmica e com a velocidade que o próprio Governo desejava, e que a Assembleia estava aberta e disponível para tal; a verdade é que só agora há um mês, um mês e pico, começaram a surgir, para além da Lei-quadro que já existia – a Lei-quadro que foi apresentada já há vários meses na Assembleia da República, da reforma, da descentralização, mas agora é preciso completá-la com os diversos diplomas sectoriais, Decretos-lei, e isso só começou a surgir agora, há um mês, em catadupa. A Associação Nacional de Municípios Portugueses, de que faço parte da sua Direção, do Conselho Diretivo, temos vindo a trabalhar no sentido de dar respostas, de dialogar com os vários Ministérios e Secretarias de Estado, porque devo dizer que as transferências de competências para os municípios – especialmente para os municípios – mas também para as entidades intermunicipais – leia-se Áreas Metropolitanas e comunidades intermunicipais – e até para as freguesias, devo dizer que é uma grande panóplia, nunca tinha havido até, se calhar, uma proposta dessa dimensão. Mais uma razão para se fazer com bom senso, com ponderação, porque não vamos aceitar presentes envenenados. E falta aqui um vértice fundamental – atribuições e competências, naturalmente estamos disponíveis, porque é assim que nós



devemos encarar o Poder Local: dinâmico, reforçar cada vez mais as suas atribuições e competências, mas a verdade é que é preciso também um outro pilar, as finanças. E Lei das Finanças Locais, nem vê-la. Nem vê-la, e já devia estar presente uma proposta – um anteprojecto, se quiserem – de Lei das Finanças Locais, de uma nova Lei das Finanças Locais, porque senão não é uma verdadeira descentralização; é uma descentralização completamente inaceitável. Atribuições e competências, sim, para todas as entidades intermunicipais – leia-se Áreas Metropolitanas, comunidades intermunicipais, municípios, freguesias – mas com uma Lei das Finanças Locais que responda a essas novas atribuições e competências. E isso, ainda não temos. O Governo gostaria de concluir esse processo em 19 de julho; estamos a pouco mais de duas (2) semanas, no final da estação legislativa. Julgo que não é realista concluí-lo, não haverá condições políticas. E isto, estou a falar em termos daquilo que são os Partidos políticos com assento na Assembleia da República, daquele que apoiam o Governo e daqueles que estão na Oposição ao Governo, porque isto tem que ser uma reforma tão consensual quanto possível da parte de todos, e em particular dos Partidos que têm sido Partidos que formam o Governo de Portugal – os Partidos que formam, ou têm formado, o Governo de Portugal. E é por isso que é importante que esse consenso se estabeleça, e há essa disponibilidade da parte dos Partidos para que esse consenso se alcance, mas tem que se alcançar com os diplomas devidamente pensados, ponderados, porque também já nos quiseram impor as escolas do 2.º e 3.º ciclo, e agora também se propõe as do secundário, passar também os funcionários não docentes para as Câmaras, e devo dizer que isto já foi há uns anos, nós não pudemos aceitar – gostaríamos de ter aceite, mas em consciência, devido às nossas dificuldades, do Município de Marco de Canaveses, até no plano financeiro, achámos que não devíamos ter aceite. E devo dizer que muitas Câmaras com outras situações, com uma situação muito diferente da nossa, aceitaram e já devolveram ao Ministério da Educação aquilo que aceitaram aqui há uns anos, porque consideraram que, efetivamente, não o deviam ter feito porque não foram transferidos também os meios financeiros, a mochila financeira para poderem assumir essa responsabilidade grande. E alguns municípios receberam trezentos (300) funcionários mais, que são os funcionários das escolas dos respetivos municípios.

Por isso, da nossa parte, Sra. Dra. Patrícia Vieira, estamos abertos, estamos disponíveis, estamos interessados, defendemos, exatamente, a descentralização, é importante para Portugal, é importante para as freguesias, é importante para os municípios, é importante para as comunidades intermunicipais como a CIM, mas não estão ainda reunidas as condições para que essa reforma seja concluída com sucesso, a bem dos portugueses e das comunidades locais.

Quanto à questão dos precários, não posso estar mais de acordo, acho que era tempo, está-se a fazer em relação à Administração Central, e muito bem, mas também tem que vir para a Administração Local. E essa, ainda não nos deram oportunidade. Não temos muitos, devo já dizer, no município, muito poucos até, felizmente que temos vindo a resolver os problemas, muito poucos, mas acho que ainda há uns poucos que estão na expectativa positiva. E nós gostaríamos de o poder ainda fazer no nosso mandato. Se não fizermos no nosso mandato, eu espero que os autarcas eleitos no dia 1 de outubro, e se realmente houver essa decisão a nível do Governo, da Assembleia da República, com certeza que encararão isso de forma natural, que acho que dá estabilidade, motivação para os nossos colaboradores, porque só assim é que poderemos ter também um Poder Local mais motivado para servir o nosso município e cada uma das freguesias.



Quanto ao contrato de reequilíbrio financeiro, queria dizer-lhe que tive um prazer enorme esta semana, um prazer enorme, de dirigir ao Sr. Ministro da Tutela das Autarquias, Sr. Ministro Adjunto, Dr. Eduardo Cabrita, com cópia ao Sr. Secretário de Estado das Autarquias Locais, com cópia ao Sr. Diretor Geral das Autarquias Locais, a dizer que liquidámos até ao dia 20 tudo aquilo que eram os compromissos do empréstimo celebrado por quem nos antecedeu, no ano de 2004, e que tínhamos compromissos até 2030 em termos de um contrato de reequilíbrio financeiro que, de algum modo, condicionava muito a nossa vontade de empreender, de realizar, de voar – porque nós temos vontade de voar, e felizmente que já levantámos voo, e queremos continuar a levantar mais voo ainda – e a verdade é que conseguimos agora concluir, pagámos os empréstimos anteriores – já tínhamos pago trinta e seis milhões (36.000.000€), faltava pagar cerca de vinte e quatro milhões (24.000.000€) – pagámos esses empréstimos com base num novo empréstimo, substituindo o serviço da dívida por um muito mais suave: em vez dos duzentos e sessenta mil euros (260.000€) que estávamos ainda a pagar este mês, passaremos a pagar, a partir do próximo mês, na ordem dos cento e vinte mil euros (120.000€). Ficará, em média, cento e dez mil euros (110.000€) nos próximos anos, em média, por mês. Parece que não, a Câmara Municipal, as próximas Câmaras Municipais ficarão com uma situação financeira mais saudável, mais positiva. É evidente que eu gostava que não se tivesse que pagar mais nada, mas ainda temos esse compromisso. Mas, para quem começou com trezentos e oitenta mil (380.000€), estávamos em duzentos e sessenta mil (260.000€), e agora vamos deixar em cento e vinte mil (120.000€), e em média cento e dez mil (110.000€), acho que é um grande feito. E podermos retomar a nossa autonomia local, podermos agora contratar os recursos humanos, desde técnicos superiores aos operacionais, porque nós tínhamos que pedir autorização ao Governo sempre, coisa que deixámos de o fazer, passámos a ter essa liberdade e essa autonomia, é muito importante para aquilo que é o verdadeiro Poder Local, e também, meus amigos, podermos, então, procurar baixar – e vamos dar esse sinal em setembro, uma vez que é a altura de o fazer, para que o Orçamento de 2018 já contemple – baixar a Derrama, o IMI, o IMT, coisa que nunca nos deram essa liberdade durante doze (12) anos, porque apresentámos sempre à Câmara e à Assembleia Municipal obrigatoriamente taxas máximas que decorriam do contrato de reequilíbrio financeiro. Acabou o contrato de reequilíbrio financeiro, com a comunicação que fiz esta semana ao Governo, através do Ministro da Tutela das Autarquias, Ministro Adjunto Eduardo Cabrita. É uma grande vitória dos Marcoenses e de Marco de Canaveses, e do futuro. Estamos naturalmente felizes, e devemos estar todos felizes.

Quanto à Dolmen, há amanhã um evento, no qual espero estar, até porque também, como Presidente do Município de Marco de Canaveses, sou Presidente da Assembleia Geral, lá estaremos no evento “Douro Verde – Sabores e Saberes”, no âmbito do projeto Territórios de Baixa Densidade, que como sabem, só temos uma freguesia no Marco de baixa densidade, que é a da Sra. Presidente da Junta, Dra. Maria José Cerqueira, Várzea, Aliviada e Folhada. Essa é a única que está considerada como de baixa densidade; tudo o mais não é. Mas, lá estaremos, porque também partilhamos este projeto importante da Dolmen, que tem feito bem ao nosso território, a vários municípios e ao de Marco de Canaveses.

Sr. Deputado Olímpio Almeida, quanto aos pontos que colocou, desde a sinalética rodoviária e o Cemitério Municipal, o Sr. Vice-presidente da Câmara, Eng.º José Mota, responder-lhe-á, se não se importa.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---



Sr. Presidente, pedia-lhe atenção ao tempo, porque estamos a chegar ao tempo limite. Temos que cumprir o horário, Sr. Presidente.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Estou a tentar responder a este conjunto tão alargado de questões que me colocaram vários Srs. Deputados, e agradecendo ao Sr. Presidente. Sim, muito bem, mas eu tenho é que responder. Tenho que responder, ou melhor, devo responder, dentro do respeito que a Assembleia me merece, e agradecendo a compreensão do Sr. Presidente e da Assembleia.

Sr. Joaquim Madureira, em relação à questão do portão, eu também lamento, porque gostava que o portão já lá não estivesse, mas, de facto, as coisas ainda estão nesse ponto. Eu vou tentar ver o que é que se passa de concreto sobre a matéria.

Semáforo: também já comuniquei, na sequência da sua chamada de atenção na última Assembleia Municipal, para que o semáforo fosse arranjado, uma vez que deve ter sido um acidente, alguém bateu contra ele, e ele ficou, de facto, inclinado. Mas, pedi aos serviços para que o assunto fosse resolvido.

Em relação à Sra. Presidente da Junta de Freguesia de Soalhães, Dra. Cristina Vieira, a Sra. Vereadora, se me permite, Dra. Gorete Monteiro, Vereadora da Educação, falará sobre as AAAF – Atividades de Animação e Apoio à Família.

A Unidade Local de Proteção Civil: como sabe, ela foi criada da forma como a senhora conhece, e não vou aqui, naturalmente, reproduzir. Da nossa parte, estamos disponíveis sempre para colaborar, uma vez que estamos na época dos fogos florestais, temos o dispositivo, todo ele montado para podermos dar uma resposta positiva. Felizmente, mesmo com a desgraça que houve a nível nacional, felizmente que no Marco, para já, ainda nada aconteceu de especial. Assim queremos que continue, porque era bom que assim fosse, como tive oportunidade de dizer ainda no domingo passado, no Dia Municipal do Bombeiro, que fizemos.

Quanto à UrbMarco, o Sr. Vice-presidente da Câmara também responderá.

Em relação à intervenção da Sra. Deputada Carla Babo, quero associar-me ao voto de pesar que aqui apresenta perante a Assembleia Municipal, que também o fizemos, fi-lo logo no dia seguinte, enquanto Presidente de Câmara, perante os meus colegas dos municípios que foram mais gravemente atingidos, desde Pedrógão Grande, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Pampilhosa da Serra e Gois, com a morte de sessenta e quatro (64) pessoas e mais de duzentos (200) feridos, como também já votámos na última Reunião Pública da Câmara Municipal, na Freguesia de Várzea, Aliviada e Folhada, um voto de pesar, e fizemos um minuto de silêncio, e que comuniquei às várias entidades que interagiram tentando atenuar já aquilo que foi uma tragédia nacional, uma vez que Portugal está de luto por essa situação, endereçando a várias entidades, desde a Proteção Civil, a GNR, as Forças Armadas, Polícia Judiciária, INEM, as Entidades de Saúde e Segurança Social, autarquias locais e a população, porque houve muitos voluntários também a combater os incêndios.

Dizer também ao Sr. Deputado, Dr. Mário Luís, que estivemos ontem num convívio agradável, o 23.º Torneio de Professores e Funcionários em futsal masculino e voleibol feminino, é sempre



agradável o encontro, porque é das coisas que eu também mais cultivo, nós estarmos juntos, convivermos uns com os outros, como portugueses, como Marcoenses, fazermos exatamente aquilo que faz parte daquilo que é a nossa vida, a nossa felicidade, cultivar a amizade. É um valor importante, cultivar a amizade entre nós, e acho que foi uma noite agradabilíssima que ali tivemos ontem, para, no fundo, também fazer a atribuição dos prémios de *fair-play* e de participação.

Em relação à ARCA, também me associo àquilo que disse sobre a ARCA, tem sido uma instituição de referência, de andebol feminino na nossa terra, e que tem sido, realmente, muito importante.

Eng.º Mário Bruno, naturalmente também acompanhar aquilo que foram as suas felicitações às Marchas Populares no nosso concelho, de Santo António, de S. João, com maior destaque para o cartaz de S. João, que é, realmente, já uma referência, um cartaz turístico da região, que são as Marchas de S. João em Alpendorada, Várzea e Torrão, e a Festa do Peregrino, que também acho que é digno, vinte e cinco (25) anos de tantos voluntários, a começar pelos Gémeos Ferreira, com a nossa Junta de Freguesia de Vila Boa de Quires e Maureles, e foi, de facto, mais um convívio muito bonito, foi o segundo que fizemos este ano, foi muito agradável, com muita gente, um conjunto de artistas muitíssimo importante que ali vieram, sinal de que somos homens e somos mulheres, respeitando todos, mas também de fé, e acreditamos.

Sr. Presidente da Junta de Tabuado, José Fernando, as placas toponímicas: é nossa vontade atribuir subsídio; acho que é mais prático, são muitos pedidos, imensos pedidos – imensos pedidos. Vamos tentar apoiar o máximo que nos for possível. Não vamos poder substituí-las todas, mas aquelas que estão mais degradadas, que já não se lê sequer os topónimos, essas terão que ser obrigatoriamente substituídas, e o melhor é darmos um subsídio capaz de poderem as Juntas de Freguesia mais facilmente e mais rapidamente substituí-las, porque é essa a nossa vontade.

Quanto às vias de comunicação: meus amigos, vocês sabem que estamos a fazer um investimento enorme, enorme, ao ponto de os meus serviços, às vezes, dizerem: “Presidente, não temos tempo para acompanhar tudo e fazer os projetos.” Enorme, continuamos a fazer, ainda hoje abri mais três (3) concursos, etc. Não conseguimos fazer tudo. Acho que também há uma coisa que eu tenho que dizer aqui: é que há eleições em, salvo erro, trezentos e oito (308) municípios de Portugal, entre os quais o Marco de Canaveses, no dia 1 de outubro, e em três mil e tal freguesias. É que a sensação com que se fica, da forma como têm solicitado tanto, é que parece que no dia 1 de outubro há eleições em trezentos e sete (307) municípios, não há no Marco de Canaveses. Parece que eu tenho que fazer tudo, e os meus pares, até ao dia 1 de outubro. Não pode ser, não há dinheiro que resista, e nós somos homens responsáveis, queremos fazer o máximo, queremos corresponder ao máximo, porque partilhamos convosco o governo do município, as Juntas de Freguesia, para fazermos aquilo que a nossa terra merece, e a sua população.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Sr. Presidente, eu agradecia que concluísse.

--- Presidente da Câmara Municipal ---



Vou terminar, vou terminar dizendo que estamos a fazer o máximo, mas não conseguiremos fazer todas as artérias, porque são mil e setenta quilómetros (1.070 km), e fizemos muitas que estavam em terra batida – que o digam várias freguesias, e aqui desta zona, a começar em Várzea, Aliviada e Folhada, e a continuar, naturalmente, em Tabuado, e por aí fora. E repavimentámos muitas outras, porque é preciso fazer a manutenção.

Quanto ao saneamento, se o Sr. Presidente depois permitir, então, que o Sr. Vice-presidente da Câmara possa falar só dois (2) ou três (3) pontos que têm a ver com as áreas dele, e a Sra. Vereadora também, agradecia.

Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Com a vossa anuência, e se me permitem, eu daria, então, a palavra primeiro ao Sr. Vice-presidente, e depois à Sra. Vereadora, Dra. Gorete Monteiro. E pedia aos dois (2) capacidade de síntese, porque já estamos fora dos tempos.

--- José Mota (Vice-presidente da Câmara Municipal) ---

Bom, então, muito boa noite a todos. Cumprimento, naturalmente, o Sr. Presidente da Assembleia, os membros da Mesa, o Sr. Presidente da Câmara, os meus colegas vereadores, e na pessoa do Sr. Presidente da Junta de Tabuado, naturalmente, os munícipes de Tabuado, nos quais me incluo, cumprimento os Srs. Deputados Municipais, cumprimento o público que assiste a esta Assembleia, presencialmente e aos microfones da rádio.

Rapidamente, então, em complemento, dizer o seguinte: Sr. Deputado Olímpio Almeida, sobre as questões da sinalética, já acabei há minutos de dar instruções ao nosso Chefe de Divisão de Vias Municipais para se inteirar da situação, uma vez que identificou algumas situações, mas não estão, naturalmente, agora aqui identificadas, para que as identifique, para que as caracterize, e havendo necessidade, promova a sua correção.

Relativamente à questão do Cemitério Municipal e a alguns problemas que surgiram com a abertura e fecho, lembro que, de facto, foram apenas alguns episódios; de uma maneira geral, o cemitério tem funcionado bem. Houve, de facto, uma ou duas (2) situações em que houve atrasos na abertura do cemitério, nomeadamente no sábado passado. No entanto, procuraremos que isso não se venha a repetir.

Quanto à questão da Sra. Presidente da Junta de Freguesia de Soalhães, Dra. Cristina Vieira, relativamente à questão do UrbMarco, dizer o seguinte: a Sra. Doutora, como disse, tem o processo todo, teve acesso a ele, espero que seja útil a informação que foi disponibilizada. Dar conta do seguinte: de facto, o serviço tem vindo a consolidar-se ao longo do tempo. Gostava de dizer que comparando o consolidado do ano de 2015 com o ano de 2016, houve um acréscimo de dez por cento (10%), e comparando agora com 2017, que apenas temos ainda os dados dos cinco (5) primeiros meses, nos cinco (5) primeiros meses de 2017, comparado com 2016, já houve um acréscimo de quinze por cento (15%) de passageiros. Penso que o sucesso é evidente, estamos a fazer a última renovação, como a Sra. Doutora referiu, houve um contrato feito em 2015, com a possibilidade de renovação, no máximo, até três (3) anos. Esta é a última renovação; para o ano haverá, naturalmente, um procedimento concursal para o processo.



E relativamente aos ajustamentos que foram solicitados por várias freguesias, naturalmente, neste momento temos que dar conta de que para alargar o serviço e para manter a sua regularidade, uma vez que o serviço assenta numa periodicidade regular de uma hora – portanto, todas as horas o autocarro passa – e isso, no fundo, é que dá confiança ao utente, porque se o autocarro, em vez de passar ao fim de uma hora, começar a passar ao fim de uma hora e um quarto, uma hora e vinte, deixa de ter confiança. E portanto, nós, neste momento, já não conseguimos alargar mais. E gostava de dar nota de que relativamente aos dois (2) últimos alargamentos que foram feitos, nomeadamente para o Pisão Novo, na Freguesia de Sobretâmega, e para a rotunda da Groba, assim dita, em Rio de Galinhas, exatamente já na perspetiva de ir ao encontro da solicitação que a Sra. Doutora colocou, e a população de Ramalhães que está mais perto, foram, de facto, dois (2) prolongamentos que trouxeram um acréscimo muito grande de passageiros à rede.

Gostava, no entanto, de dizer o seguinte: vai ser possível introduzir uma pequena alteração ao percurso, mas que vai ao encontro também da solicitação que foi feita pela Unidade de Saúde Familiar do Marco, Centro de Saúde, no sentido de que o autocarro da linha azul passe junto ao Centro de Saúde. E portanto, ele vai passar junto ao Centro de Saúde do Marco, na Quinta do Casal, vai depois subir um bocadinho – e essa foi a dificuldade que se conseguiu ultrapassar – vai subir um bocadinho da Rua das Lages, e vai entrar depois na Rua Gago Coutinho, e fazer o resto do percurso. Isto vai obrigar a que uma paragem, que é a paragem que está identificada como sendo a paragem da Igreja de Santa Maria, abaixo das bombas da BP – passe a publicidade – tenha que ser deslocada cerca de cento e cinquenta metros (150 m) para baixo, mas penso que desse ponto de vista não coloca prejuízo nenhum, comparado com o benefício de o autocarro passar a ter serviço à porta do Centro de Saúde do Marco.

Relativamente às questões que o Sr. Presidente da Junta de Tabuado, Sr. José Fernando, colocou, gostava de dizer o seguinte, dois (2) pontos: saneamento da Rua da Estalagem e da Rua da Vinha, e saneamento da Rua Gonçalo de Barros, está previsto o investimento para este ano na Rua da Estalagem e da Vinha, para realizar este ano. Para o estudo que já foi feito para a Rua Gonçalo de Barros – e já agora, só dar aqui uma pequena nota, porque nós estamos mesmo na Rua Gonçalo de Barros: não é possível, neste momento, dada a infraestrutura que está colocada, promover o saneamento nesta rua a não ser colocando uma estação elevatória. E portanto, o que está previsto – e o projeto está feito – é que, exatamente, na zona da confluência da Freguesia de Tabuado com a Freguesia do Marco seja colocada uma estação elevatória que vai fazer a elevação para a zona da Freita, onde depois entra no coletor que desce pela Rua da Carvalheira abaixo. Já não está previsto no Orçamento deste ano, está previsto no Orçamento do próximo ano.

Relativamente ao Loteamento do Calvário, e eu mostrei-lhe uma folha, gostava de dizer que foi enviada esta semana às Águas do Marco, e leio apenas brevemente o que está dito. Agora, esta é uma declaração genérica para as Águas; será emitida uma para cada um dos moradores, como foi dito, em que se diz: *“Atesta-se que em data anterior à entrada em vigor do contrato de concessão de exploração e gestão dos serviços públicos de distribuição de água e drenagem de águas residuais do Concelho de Marco de Canaveses foi efetuado pelos serviços competentes desta Câmara Municipal a ligação às infraestruturas públicas de drenagem de águas residuais dos prédios identificados, na Rua Doutor Amadeu Marramaque e Travessa das Mimosas,*



inseridos na operação de loteamento com os Alvarás n.º 148/78, 178/79, 289/82 e 313/83 da Freguesia de Tabuado. Paços do Concelho, 20 de junho de 2017.” Esta declaração já está nas Águas do Marco.

Muito obrigado.

--- Gorete Monteiro (Vereadora) ---

Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Secretários da Mesa, Sr. Presidente da Câmara, colegas vereadores, Srs. Deputados, em particular o Sr. Presidente da Junta de Tabuado, e nele, todos os seus fregueses, comunicação social, público e ouvintes da Rádio Marcoense:

Em resposta, apenas relativamente à intervenção da Sra. Presidente da Junta, Cristina Vieira, eu mencionarei, não o despacho de 2013, mas sim a Portaria n.º 644-A/2015, que, de facto, esclarece o período de funcionamento das Atividades de Animação e Apoio à Família, ou seja, o acompanhamento das crianças antes e/ou depois do período diário das atividades educativas e durante o período das interrupções destas.

Referiu também, e bem, que no ato da matrícula os encarregados de educação devem ser informados, só que, Sra. Presidente de Junta, e salvo melhor opinião, não colocou a questão à entidade certa, porque, como sabe, as matrículas não são feitas, nem pela Câmara Municipal, nem na Câmara Municipal. Portanto, não será a Câmara Municipal a proceder a essa informação.

E mais informo que o Município de Marco de Canaveses celebrou com as Juntas de Freguesia um contrato interadministrativo para a delegação de competências, nomeadamente desta competência da AAAF relativamente ao pré-escolar.

Muito obrigada.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Meus senhores, fechando o assunto para tratarmos dos assuntos de interesse geral, iríamos agora ao **Ponto n.º 2**, Período de intervenção do público. Portanto, os munícipes que queiram intervir. Eu vou pedir que depois, quando as pessoas chegarem cá, a possibilidade de dizerem o seu nome aqui.

Portanto, iríamos pôr à votação o voto de pesar do Dr. Aires Querubim, antigo Governador Civil de Vila Real e ex-membro desta Assembleia Municipal. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade.

Iríamos pôr o voto de pesar do Sr. Joaquim Ribeiro, ex-Presidente da Junta de Soalhães e ex-membro da Assembleia Municipal. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade.

Iríamos pôr o voto de pesar sobre as vítimas do incêndio de Pedrógão Grande, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Pampilhosa da Serra e Gois, para endereçarmos às famílias afetadas. Quem vota contra? Quem se abstém? Portanto, foram aprovados por unanimidade. Iremos fazer chegar os votos de pesar.



Dava, então, a palavra a Fernando da Costa Vieira. E portanto, só lembrava que cada pessoa terá o tempo de cinco (5) minutos para colocar questões ao Executivo.

--- Fernando Vieira (Município) ---

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sr. Secretário e Sra. Secretária, Sr. Presidente da Câmara, Sra. e Srs. Vereadores, Sras. e Srs. Deputados, minhas senhoras e meus senhores:

Abriu recentemente a época balnear na Praia de Bitetos, em Alpendorada, Várzea e Torrão, e se noutros tempos algumas dúvidas existiam quanto à sua concessão e exploração, hoje essas dúvidas acumulam-se com incertezas, dualidade de critérios e confusões. Já em junho de 2015, face às constantes indefinições que a Junta de Freguesia de Alpendorada demonstrava quanto à valorização daquele espaço, o Sr. Presidente esclareceu que a exploração do Bar de Bitetos, bem como a praia, era da responsabilidade da Câmara Municipal, daí a razão de eu estar aqui.

O tempo foi passando, e face a novas questões, novas dúvidas, em 12 de abril passado, muito recentemente, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia diz que no que concerne ao Bar de Bitetos, o atual arrendatário tem um contrato sem termo, isto é, um contrato vitalício, é responsável pela execução das obras de um novo edifício, e o valor das mesmas será deduzido nas rendas, mantendo-se o contrato. Ora, esse contrato reporta a 2003, que é um contrato duvidoso feito numa simples folha timbrada da antiga Junta de Freguesia de Várzea do Douro, onde se lê que o contrato é por um tempo indeterminado, tem uma renda anual de quatro mil e duzentos euros (4.200€) e estando incluído o consumo de água e luz – isto é, a água e luz é por conta dos contribuintes.

Entretanto, a atual Junta faz uma adenda ao pseudo contrato de 2003, e estipula que o mesmo seja por trinta (30) anos – trinta (30) anos) – e mais, concede o direito ao arrendatário de construir um novo edifício, sendo que o valor da obra será descontado nas rendas a pagar. Mas, o mais incrível é que a obra não foi objeto de qualquer estudo ambiental, nem sequer foi orçamentada, sem qualquer caderno de encargos, sem qualquer supervisão. Quanto é que a autarquia vai suportar? Cem mil euros (100.000€)? Duzentos mil euros (200.000€)? Quinhentos mil euros (500.000€)? Ninguém sabe. Da mesma forma, o que está previsto para o futuro em caso de cheia, em caso de incêndio, a perda do imóvel, a manutenção do dia a dia, quem suporta o prejuízo? É que não existe nenhum contrato comercial de arrendamento sério e transparente relativo a este negócio. Por outro lado, sendo uma obra suportada ficticiamente pela Junta de Freguesia, quem solicitou as licenças em causa? O proprietário (que é a Câmara ou a Junta, não se sabe)? Ou o arrendatário? Existe certificado de desempenho energético? Existe licença de utilização? Existe contrato de arrendamento comercial registado nas Finanças para que a Câmara Municipal dê a respetiva licença de atividade?

Mas, Sr. Presidente, independente de tudo isso, há uma grande questão de fundo: uma vez que está em causa um terreno do domínio público, há que atender ao diferente regime jurídico que a Lei determina para a ocupação do domínio público para apoios de praia e equipamentos. Com efeito, o Decreto-lei n.º 46/94 exige que a utilização do domínio público hídrico para apoio de praia seja titulada por licença, estabelecendo que a sua utilização para instalação e exploração de equipamentos está sujeita à celebração de contrato de concessão, precedida de concurso público. E aqui vou repetir, Sr. Presidente, precedida de concurso público, o que não foi feito.



Para terminar, respeitosamente questiono: por que é que a autarquia (Câmara Municipal ou Junta de Freguesia) está a beneficiar uma única pessoa e entidade, não promovendo um concurso público aberto e transparente, com regras, direitos e obrigações, tal e qual como fez para com a piscina e o bar do Torrão, estando desta forma a usar critérios discricionários, duvidosos, alvo de críticas como um grande negócio – é o que se diz por lá – provocando mau estar a quem eventualmente tem direito a concorrer com os demais meios, e com os mesmos meios, os mesmos direitos e a mesma justiça.

Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado. Chamava o munícipe Jorge Ramalho.

--- Jorge Ramalho (Munícipe) ---

Muito boa noite, Sr. Presidente, Sr. Vice-presidente, Srs. Secretários, Srs. Vereadores, Srs. Deputados, público em geral, comunicação social.

Ao contrário do Sr. Presidente, efetivamente, eu não nasci no Concelho de Marco de Canaveses, estou efetivamente ligado a ele por questões de afetividade e amor profundo que tenho a este concelho, há mais de trinta (30) anos, e como tal, adquiri uma propriedade aqui muito perto. Acontece que à volta dessa propriedade – e porque acredito no paraíso, porque ele existiu durante alguns anos – existe um conjunto de matas e terrenos circundantes ao meu, efetivamente, os quais nunca, durante estes trinta (30) anos, foram limpos por nenhum dos proprietários, proprietários estes que eu não conheço, não sei quem são. Pergunto se, efetivamente, o Concelho do Marco terá o inventário sobre estas áreas que se encontram aparentemente abandonadas, mas que, efetivamente, têm proprietário, nunca tive acesso a eles, e portanto, não sei quem são. Acontece que de há dezoito (18) anos a esta parte, os incêndios começaram, incêndios esses que atingiram as proporções no nosso país que hoje sabemos. Infelizmente, estive envolto mais do que uma vez nestas situações, sei na primeira pessoa o que é estar verdadeiramente rodeado de fogo e muitas das vezes não poder fugir. Pergunto o motivo pelo qual eu, todos os anos, tenho que limpar essas matas circundantes do meu terreno, numa área muito superior a cinquenta metros (50 m) de afastamento, em termos lineares; pergunto por que é que todos os anos eu ligo para a Câmara e para os serviços de limpeza urbana a pedir ajuda na recolha do produto dessa limpeza, por que é que todos os anos me dizem: “Não, o senhor tem que contratar uma empresa privada para recolher isso, nós não fazemos esse serviço; mesmo a pagar, não temos esse serviço”, e como tal, todos os anos eu tenho de dispor, para além da limpeza graciosa que faço dessa envolvente, tenho de dispor de meios económicos para poder libertar-me de tudo aquilo. Pergunto, Sr. Presidente, o que é que tem sido feito, o qual eu não tenho visto, em termos de prevenção junto das populações, junto dos privados, para manterem aquilo que acreditam ser um paraíso, porque efetivamente foi, em tempos. Todos os anos eu vivo angustiado – não poderei dizer, Sr. Presidente; dir-lhe-ei pessoalmente. Neste momento, em público, não lhe poderei dizer. Posso dizer-lhe que é na Freguesia da Folhada, mas não lhe posso localizar por motivos que depois explicarei; são questões que neste momento não é possível, nestas condições, dizer-lhe o local. Acontece que todos os anos, o verão, que é um período que todos nós ansiamos, de lazer, de desfrute da natureza, todos os anos o verão passou a ser a maior angústia para mim, porque todos os anos eu estou sujeito – e o ano



passado aconteceu novamente, talvez dos piores incêndios, porque estavam quarenta e tal graus e muito vento como aconteceu em Pedrógão Grande, um incêndio altamente devastador, de umas proporções inacreditáveis e de uma rapidez inacreditável – só quem está presente numa situação destas é que consegue avaliar. E como tal, Sr. Presidente, a Proteção Civil dirigiu-se ao local, efetivamente, a meu pedido, nada fez – peço imensa desculpa de dizer isto, mas nada fez. Pedi a presença do SEPNA, da Polícia do SEPNA, neste caso da Polícia do Ambiente, para tentar notificar os proprietários, nada fizeram, continuou tudo igual, conforme estava; recorri, efetivamente, aos serviços de limpeza urbana, nada fizeram. Foi feito o abate indiscriminado de uma mata de carvalhos que era fabulosa e tinha carvalhos na idade dos cinquenta (50), sessenta (60) anos, foi abatida indiscriminadamente e foi pura e simplesmente incinerada através de um incêndio – porque depois do abate pegaram fogo àquilo tudo, depois de estar tudo seco. Dirigi-me à Florestal de Amarante a pedir ajuda, e para saber se, efetivamente, o abate destas árvores podia ser feito sem licença e indiscriminadamente; convidaram-me, Sr. Presidente, a comprar os terrenos dos vizinhos ao lado. Isto é extremamente violento, eu estou extremamente cansado, antes de vir para esta Assembleia Municipal eu estive a ensacar seiscentos litros (600 l) de entulho, porque não tenho outra forma de o despachar, porque efetivamente ninguém quer saber, ninguém dá apoio absolutamente nenhum, eu estou completamente exaurido ao longo destes anos, tenho problemas de saúde neste momento, tive que recorrer a equipamento próprio – comprar máquinas, sistemas de corte de mato, tudo isso – para poder fazer a limpeza destas matas, e efetivamente continuamos iguais. Para o ano estarei cá, com certeza, a falar do mesmo assunto. Não gostaria que isso acontecesse, e portanto, Sr. Presidente, peço-lhe encarecidamente um pedido de clemência para a sua terra natal, efetivamente, para o seu concelho, que também passa a ser de todos nós.

Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado. Dava a palavra agora ao munícipe Samuel Vieira.

--- Samuel Vieira (Munícipe) ---

Boa noite, Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Secretários, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, membros da Assembleia Municipal, público, comunicação social e Tabuadenses em particular, e aqui também um bem haja para a associação.

Até porque estamos aqui neste fim de ciclo, como já foi aqui mencionado, era sempre bom fazermos aqui o ponto de situação relativamente aqui a alguns assuntos, que tenho acompanhado a sua vigência no Marco, e é sempre bom sabermos, até porque vamos entrar aqui no período pré-eleitoral, saber qual é o ponto da situação de algumas situações.

Antes disso, queria fazer aqui duas (2) notas sobre duas (2) situações que se passaram em Tabuado, e efetivamente saber aqui umas respostas concretas. Uma delas tem a ver com as barracas que normalmente são cedidas pela Câmara Municipal à Comissão de Festas de Tabuado. A primeira pergunta que eu queria perguntar é se o primeiro ofício que a Junta de Freguesia fez foi indeferido. Todos os anos eram pedidos e eram concedidos; este ano, ao que sei, foram indeferidos. E depois, queria saber: dois (2) dias antes, o que constou em Tabuado é que alguém teria ligado ao Sr. Presidente da Câmara, à uma da manhã (01h00), e ao outro dia, efetivamente, as barracas apareceram em Tabuado. Queria saber quem é que, à uma da manhã



(01h00) – o Sr. Presidente da Junta é que tinha essa competência, noutras vezes foi já subestimado noutras Assembleias, queria saber quem foi a pessoa que o contactou.

Outra das questões tem a ver, e com este período pré-eleitoral, também se ouve aqui na freguesia dizer que há um acordo escrito entre o pseudo candidato à Câmara e o pseudo candidato à Junta, do PSD, se existe, ou não, este acordo escrito, e qual é o valor deste acordo escrito, o valor de investimento na freguesia no próximo mandato. Era importante saber se há, ou não, e qual é o valor.

Outra questão em que queria ver algumas perguntas esclarecidas tem a ver com a questão do contrato da água. Efetivamente, já hoje aqui ouvi dizer, empurrar esta questão aqui, falar nas águas, efetivamente, é importante esclarecer, afinal, quem é que rompeu o contrato das águas. Foi a Câmara ou foi a empresa das águas? Quem rompeu o contrato das águas, quem deu por terminado o contrato das águas.

Outra das questões que queria ver esclarecida é que esse contrato da água previa uma taxa de cobertura, quer de investimento na linha de água, e também na linha de saneamento. Neste ano de 2017, se esse contrato estivesse em vigor, qual era o nível percentual que teria que estar coberto o concelho, quer a nível de água, e de saneamento. E agora fazer-lhe a pergunta: depois de rompido, atualmente, efetivamente, qual é a taxa de cobertura que existe de água e saneamento no concelho.

Outra das questões que queria perguntar, porque fala-se muito, como é óbvio, que não se pode investir porque há um litígio em tribunal, mas o preço da água aumentou. Queria saber quanto é que o preço da água aumentou desde 2005 até à presente data.

Duas (2) questões que queria ver aqui, até porque o Sr. Presidente utilizou isto, de alguma forma, para se gabar, que foi aqui, e foi, efetivamente, das palavras mais ouvidas nesta Assembleia Municipal, foi a dívida. O Sr. Presidente da Câmara falou efetivamente disto, falou num membro do Governo, mas isto só se deve – e queria saber, e o Sr. Presidente não deve ter vergonha, que as autarquias poderem sair do reequilíbrio financeiro deve-se a um Governo, e mencionar o nome desse Governo. Não tenha medo de mencionar.

Também outra das questões que queria colocar, porque o Sr. Presidente falou aqui N vezes de dívida: a partir do momento em que a Câmara Municipal entrou em reequilíbrio financeiro, qual é o valor que a Câmara passou a receber a mais, em euros, em IRS, IMI e Derrama das empresas.

Outro tema que foi sempre uma das grandes apostas do Sr. Presidente da Câmara foi o turismo. E no último Orçamento, por acaso estava presente nessa Assembleia, e o Sr. Presidente disse que uma das grandes apostas era a transformação do Jardim de Infância de S. Nicolau para uma pousada. Depois, vim a saber, e ouvindo, afinal isto não era bem assim; como fez no rio, ia procurar privados, se tinham interesse em investir nessa antiga Junta. Queria saber qual era o ponto da situação, se efetivamente vai haver um investimento da Câmara nesse referido espaço, ou é um investimento privado, se vai haver, ou não, na Junta de Freguesia de S. Nicolau, relativamente à pousada que está inscrita no Orçamento da Câmara Municipal.



Para terminar, o Sr. Presidente também falou na última Assembleia – já é uma questão que venho aqui colocar há algum tempo – dos motoristas. O Sr. Presidente – como eu depois não tenho tempo para responder, nem me dão essa oportunidade – o Sr. Presidente disse que os motoristas andavam a trabalhar de borla ao fim de semana. Eu tive a curiosidade de questionar alguns, vou encontrando alguns na rua, e isto perante a Lei, só se pode fazer de duas (2) formas: ou é abonar em horas extra, ou dá-se dias de compensação – o sábado prevê dois (2) dias, o domingo prevê três (3). O que eles me confirmaram é que, efetivamente, é pago em dias de compensação. Como é óbvio, somos nós que pagamos todos, Presidentes de Junta e os Marcoenses em geral, que às vezes precisam de arranjar caminhos e coisas do género, e ficam todos à espera porque, efetivamente, andam com o Sr. Presidente ao fim de semana.

Estou mesmo a terminar, também é a última vez deste ciclo, também acho que mereço essa nuance. Para terminar, queria perguntar esta questão: efetivamente, já foi falado aqui na Travessa dos Pradinhos, é um processo que se arrasta já aqui há muito tempo. Sr. Presidente, eu percebo que o senhor diga que tem feito muita coisa no concelho, e está à vista de todos; agora, já não é a primeira vez que o senhor investe onde não é da sua competência. A Rua Jorge Nuno Pinto da Costa, aquelas obras que estão a ser feitas, é um itinerário municipal ou é um itinerário da responsabilidade das Estradas de Portugal? Aquela rua da rotunda que vai até aos Doces do Freixo, aquela intervenção que está lá a ser feita. Rua do Futebol Clube do Porto, pronto. A Rua do Futebol Clube do Porto, aquela rua dos supermercados, era para perceber qual era o valor do investimento que está a ser lá feito, porque já vi aqui Presidentes de Junta a reclamar metros, e depois lá está-se a investir, que nem é da competência da Câmara Municipal.

Obrigado pelo tempo dispensado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Sr. Pedro Borges.

--- Pedro Borges (Município) ---

Boa noite, Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Presidente da Câmara, todos os vereadores, deputados, Presidente da Junta de Tabuado, Associação Cultural e Recreativa de Tabuado.

Eu pedi este bocadinho de palavra para esclarecer dois (2) pontos.

Ponto n.º 1, estou a falar como membro da Comissão de Festas de Tabuado deste ano, é com enorme tristeza que recebo uma notícia, que a três (3) semanas da festa, a Câmara Municipal não dispõe de pessoal para me colocar três (3) barraquinhas que eu tinha pedido para o serviço do pessoal que me tinha colocado a questão acerca de lugares para a festa. A três (3) semanas da festa – salvo erro o *e-mail* do pedido foi enviado pela Junta de Freguesia na última semana de janeiro, e a três (3) semanas da festa, que foi agora há duas (2) semanas, dão-me a resposta que não é possível colocar as barraquinhas lá. Inclusive um colega meu, quando vai à Câmara para tirar a licença do fogo de artifício, há um membro, que por acaso não sei quem é, da Câmara, que diz que foi indeferido porque a prioridade é Alpendorada. Sinto-me extremamente triste de ser habitante de Tabuado; antes queria ter nascido em Alpendorada para ter mais prioridades.



O outro ponto é um enorme descontentamento com o programa das Festas do Marco. Acho incrível as Festas do Marco permanecerem tão pobres e tão fracas.

Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Daria a palavra ao Executivo para responder às questões levantadas pelos munícipes.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sr. Vice-presidente da Câmara, Sra. Vereadora, Srs. Vereadores, Sras. e Srs. Deputados Municipais, Srs. Munícipes e comunicação social:

Começando, então, a responder às questões que me foram colocadas – e que vou, naturalmente, partilhar com os meus colegas vereadores, que também responderão a algumas das questões que têm a ver com as áreas que lhes estão distribuídas – em relação ao Sr. Município Fernando da Costa Vieira, membro da Assembleia de Freguesia de Alpendorada, Várzea e Torrão, dizer o seguinte em relação à questão que coloca, daquilo que está a acontecer, e que acho que o senhor devia estar feliz connosco, porque estamos a valorizar – e eu digo “estamos” porque estou a falar neste plural majestático, ninguém faz nada sozinho, e cada vez mais é necessário estarmos juntos a empreender a favor da valorização do território, do nosso território de Marco de Canaveses, em toda a sua latitude, dos seus duzentos e dois quilómetros quadrados (202 km²), das suas dezasseis (16) freguesias, para bem dos seus cerca de cinquenta e quatro mil (54.000) habitantes e de todos aqueles que nos visitam. E de facto, a Praia de Bitetos é uma praia que tivemos o gosto, eu e o Vice-presidente da Câmara, ainda na passada sexta-feira, juntamente com a Junta de Freguesia de Alpendorada, Várzea e Torrão, de termos simbolicamente feito a abertura da época balnear 2017. E devo dizer que temos lutado muito. Nesse mesmo dia, e na presença de todos aqueles que ali quiseram partilhar aquele momento, alguns colaboradores também da Câmara Municipal que têm estado a trabalhar nesse sentido, liguei ao Sr. Presidente da APDL, agora Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, para dizer que tínhamos até uma audiência marcada para esta segunda-feira, que ele, por razões de Estado – a visita da Ministra do Mar, do Ministro dos Transportes de Moçambique, também de uma inauguração que tinha na terça e quarta-feira – cancelou uma audiência que tinha decidido conceder-nos, a mim, ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia, para ver se conseguíamos colocar areia na praia, para ela ficar mais bonita, para estar mais de acordo com o investimento que aqueles cidadãos que ali têm estado há tantos anos, pelo menos há uma dúzia de anos, através de um arrendamento que fizeram com o anterior Presidente da Junta, Sr. José Oliveira, Presidente da Junta de Várzea do Douro, para explorar, exatamente, aquele bar, e que agora decidiram investir num equipamento moderno, séc. XXI, do que melhor temos em Portugal e na Europa, e que nos devia dar felicidade a todos, mas, de facto, fico triste por, realmente, haver tanta polémica.

É evidente que esse investimento que foi feito resulta, naturalmente, do facto de estarem lá há esses anos todos. A atual Junta de Freguesia, agora de Alpendorada, Várzea e Torrão, tem, realmente, um contrato de arrendamento para que eles possam continuar a explorar aquele equipamento, a bem de quem nos visita, a bem de toda aquela praia acessível a todos, que é uma praia em que vem gente de vários pontos do distrito, desde Gondomar, passando aqui por todos os concelhos da envolvência do nosso Tâmega e Sousa, e acho que isso nos deve



orgulhar; muitos jovens, muitos jovens também, casais e outros jovens que ali têm estado com as suas famílias. E por isso, dizer que estive a Junta de Freguesia, e nós, naturalmente, acompanhámos nesse sentido, a fazer todas as diligências com os próprios interessados, junto das várias entidades, desde a Agência Portuguesa de Ambiente, que, naturalmente, deu o *agrément*, luz verde para a substituição daquele equipamento, tinha estado lá já há mais de um ano o responsável máximo da APA aqui na nossa região, para, exatamente, tomar contato direto com a situação – isto já vem a ser pensado há pelo menos cerca de dois (2) anos, e agora está a ser concretizado – também com a Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, tudo isto foi feito, exatamente, com o *agrément*, com a luz verde, com a devida autorização dessas entidades que estão acima de nós, do Município de Marco de Canaveses e da Junta de Freguesia. Mas, naturalmente que aquele espaço está à gestão, há muitos anos, muito antes de eu estar cá como Presidente de Câmara – como digo, desde a Junta de Freguesia anterior, de Várzea do Douro, que está exatamente... foi a Câmara Municipal que fez o investimento do anterior equipamento, fez sim senhor, há muitos anos atrás, e fez esse arrendamento àqueles que estão atualmente também lá há pelo menos uma dúzia de anos.

Por isso, penso que aquilo que estão a fazer, acho que valoriza todo aquele espaço. Não se quis realmente prejudicar ninguém; quis-se, exatamente, valorizar o território e valorizar todos, para que tenhamos ali um espaço com outra qualidade, com outra dignidade para todos aqueles que vão ali, do Marco de Canaveses, e também para quem nos visita. Acho que deve ser essa a atitude normal e a atitude estratégica, de visão de futuro, que são parcerias, parcerias com os cidadãos, com os empreendedores da nossa terra. E eles são empreendedores – são, realmente, uma família, são jovens empreendedores que ali estão. E isso, acho que é importante, e isso só nos devia dar felicidade, e não combate político, mesmo estando nós no período pré-eleitoral – mesmo estando nós no período pré-eleitoral. Não, eu estou só a dar conta daquilo que sei; eu estou só a dar conta daquilo que sei, e da minha parte, estou a responder. Conforme ouvi serenamente aquilo que me interpelaram, também estou a dar uma resposta, e espero que possa também ser ouvido com serenidade.

Por isso, queria dizer-vos, quanto a isso – mas, como digo, melhor do que eu, a Junta de Freguesia de Alpendorada, Várzea e Torrão, suponho que o assunto pode ser abordado com a respetiva Junta de Freguesia.

Quanto à intervenção do Sr. Jorge Ramalho, eu só tenho que lamentar aquilo que se passa, lamento com sinceridade, quero que acredite que estou a ser sincero consigo. Se assim acontece há tantos anos, realmente todos aqueles terrenos da envolvimento da sua propriedade, que não têm sido limpos, que você tem feito esse esforço, e que, de facto, não tem sentido também o apoio que realmente merecia de todos nós – e aqui, como vê, englobo-me, englobo a Câmara, englobo também outras entidades que o senhor citou, que têm a ver com o SEPNA da GNR, com os Serviços Florestais de Amarante, etc., etc., acho que talvez também pudesse eventualmente falar com a nossa Associação Florestal Entre Douro e Tâmega, que tem tido um trabalho muito positivo, não só no nosso município, mas nos municípios vizinhos de Amarante e de Baião, com eles fizemos a nossa equipa de Sapadores Florestais que tem feito um trabalho, que é evidente que não pode abranger muitas vezes tudo e todos, mas, de facto, têm feito um esforço há muitos anos, criámos esta equipa quase no primeiro mandato, no meu primeiro mandato, para fazer a limpeza de tudo aquilo que são os terrenos públicos, que é mata, a floresta pública, e sempre que se justifica, sempre que, realmente, nos chamam à atenção,



também podemos colaborar, através da Associação Florestal Entre Douro e Tâmega, com os privados. E é por isso que eu lhe sugiro talvez falar com a Associação Florestal Entre Douro e Tâmega, que está neste momento a sede numa escola que nós cedemos, o Jardim de Infância de Valdecidos, que tem lá a sua sede já há alguns meses, que tinha sido a antiga sede da Junta de Tuíás. E vou tentar averiguar exatamente o que se passa – pedia-lhe o favor, se sair mais cedo do que o final, tem aí o meu adjunto, penso que está aí o Fernando Queirós, pedia-lhe o favor até de deixar, ou então já tem essa indicação, deixe-me isso, se faz favor, para eu, então, saber exatamente onde se trata. Disse-me que era na Folhada, vou procurar que eu possa até tomar mais diretamente contato com o assunto para ver o que é que podemos fazer, no sentido de o ajudar, porque acho que, naturalmente, compreendemos a sua grande preocupação, que se arrasta, pelos vistos, há anos. Diz que não é limpo há trinta (30) anos; trinta anos (30) são muitos anos. Eu, de facto, estou cá há doze (12), é verdade, ou vai fazer doze (12).

Quanto ao Sr. Samuel Vieira: o Sr. Samuel Vieira trouxe um conjunto alargado de questões, vou tentar responder. Eu devo dizer que nós temos *stands*; barracas, não temos, nem fazemos barraca, também fazemos um esforço para não fazer barraca. Não temos barracas; temos *stands*. Acho que é uma linguagem normal, civilizada, séc. XXI, que também já era assim no séc. XX que se chamavam, *stands*. Por isso, sobre essa matéria, o Sr. Vice-presidente da Câmara poderá dar algum esclarecimento, sobre aquilo que aqui referiu, a propósito de que tinha sido indeferido, e depois conseguimos que, realmente, fosse deferido. Ainda bem que se conseguiu que fosse deferido, ainda bem que estiveram cá, ainda bem que ajudou a fazer as Festas de Tabuado, que tiveram dignidade e que ficámos todos felizes com elas, porque todos as pudemos partilhar. Ainda bem, e esse é o aspeto mais relevante que convém também sublinhar, porque o mais engraçado é o seguinte: as coisas correm bem, mas vai-se buscar o pormenor do que correu menos bem. É assim que se faz a política na nossa terra? Quer dizer, não se fala daquilo que se faz de bom todos os dias, e tantas coisas boas se fazem ao longo do território, e com tantas pessoas que diria que é a maioria dos Marcoenses, não, isso não interessa; só interessa ir buscar o pormenor para deslustrar tudo o que de bom se faz todos os dias e ao longo dos anos. Isso é que é pena, é muita pena. E não quero com isto dizer que não se chame à atenção daquilo que não está bem, eu sou a favor disso, como democrata e como social democrata, sou muito a favor disso, mas convinha também ver a outra face, porque a moeda não tem uma face, tem duas (2) faces, e era bom olhar para o todo. Não se pode olhar só para a árvore, até porque estamos a falar da floresta e de que ela deve estar limpa para evitar os incêndios, para prevenir os incêndios florestais; olhemos para a floresta, que é muito mais bela do que, por vezes, uma árvore que não está bem, que está podre, que está no final do seu ciclo, e é preciso abatê-la. E nós tivemos que abater cento e oitenta (180) árvores nestes últimos tempos, exatamente para prevenir, para prevenir acidentes pessoais que pudessem pôr em causa a vida de pessoas e bens.

Diz que quer saber, também sobre a questão das águas, o Sr. Vice-presidente também poderá falar sobre a matéria. Mas, só dizer uma coisa, porque diz quanto é que nós arrecadámos por aplicar taxas máximas. Em primeiro lugar, o senhor devia chamar à atenção: quem é que nos deixou este contrato de reequilíbrio financeiro? Foi a Câmara presidida por mim? Não, foi a Câmara a que nós, naturalmente, sucedemos. E devo dizer o seguinte: é exatamente coisa que eu lamentei, ficarmos sempre condenados a termos que ter as taxas máximas, quando nós queremos que os investidores da nossa terra, os empreendedores da nossa terra, procurem continuar a acreditar no Marco, não desistam do Marco – infelizmente façam-lhes homenagem,



aos empresários, micro, pequenos, médios e grandes empresários que temos no Marco, com as suas micro, pequenas, médias e grandes empresas, que nunca desistiram da sua terra, da nossa terra, do Marco de Canaveses. Foi bom, merecem sempre a nossa homenagem, e por isso os temos homenageado todos os anos, sempre que podemos, as empresas, na nossa cerimónia, como vai acontecer mais uma vez, e está aí com a informação, mais uma vez, nas Festas do Marco, no dia 15, com a cerimónia de distinção de cidadãos, personalidades, empresas e instituições da nossa terra. É assim que temos que fazer. E temos pena que nós não tivéssemos tido durante estes doze (12) anos, e só agora, exatamente, vamos ter essa oportunidade, que se vai refletir no Orçamento de 2018, que se vai refletir, exatamente, no próximo Orçamento que a Câmara que há de ser eleita vai, com certeza, apresentar à Assembleia Municipal que vier a ser eleita, para ser apreciado e para ser votado, e nesse sentido, nós queremos dar esse estímulo. Gostaríamos de tê-lo dado durante doze (12) anos, como os meus colegas aqui dos concelhos vizinhos o puderam fazer durante muitos anos, ir baixando gradualmente o IMI, o IMT e a Derrama, para, exatamente, apostar na economia local, apostar exatamente nas empresas, para atrair mais investidores para o Marco, porque isso é bom para criar mais emprego para todos, a começar pela juventude, pela nova geração que precisa de ter uma oportunidade de ter um emprego, para continuarem aqui, para continuarem na sua terra, no Marco de Canaveses, constituir a sua família e aqui viver com dignidade e com salários dignos. É isso que nós defendemos, e é por isso que, efetivamente, nós estamos desejosos, ou estávamos desejosos que este contrato acabasse, e conseguimos. Mas, meus amigos, conseguimos sabem por quê? Porque a Câmara Municipal a que me honro presidir fez uma boa gestão, conseguiu, exatamente, ter Orçamentos rigorosos, conseguimos estar nos Anuários Financeiros, que são insuspeitos, a dizer que é das Câmaras que melhor tem tido desempenho orçamental e financeiro, e isso permitiu-nos que aproveitássemos uma pequena janelinha que nos foi oferecida pelo Orçamento de Estado, para podermos, então, substituir a dívida para, realmente, podermos agora pôr cobro ao contrato de reequilíbrio financeiro, podermos retomar a nossa autonomia, podermos baixar os impostos locais, e podermos, naturalmente, até ter um serviço da dívida mais suave: em vez dos duzentos e sessenta mil (260.000€) que estávamos a pagar, passarmos a pagar cento e vinte mil (120.000€), e na média dos próximos anos, cento e dez mil euros (110.000€) por mês. Acho que é melhor, a próxima Câmara fica com mais cento e quarenta (140.000€) a cento e cinquenta mil euros (150.000€) por mês para fazer obras, obras materiais e obras imateriais, que nós também apreciamos e bastante.

Quanto é que se conseguiu? Não se pode ter uma avaliação porque nós nunca pudemos descer, e por isso, não se sabe, exatamente, quanto é que se poderia ter arrecadado, uma vez que fomos obrigados a cumprir o contrato de reequilíbrio financeiro que foi aprovado pela Câmara que nos antecedeu, com o *agrément* do Governo de Portugal à época, exatamente.

Quanto à Pousada do Marco que nós gostaríamos de fazer, devo dizer o seguinte: nós, neste momento, achamos que, se calhar, é melhor – porque a Câmara Municipal não tem essa vocação de gerir pousadas, e por isso achámos que era melhor que houvesse investidores. E por isso, falámos a um ou outro investidor, e um deles está ainda em análise, para exatamente saber se têm interesse em fazer ali, exatamente, essa pousada, ou um hostel, que seria também muito interessante, criar mais camas, que é importante haver mais camas no nosso concelho, porque queremos ser cada vez mais um destino turístico. E tenho pena de terminar os meus mandatos – mas isso não competia à Câmara; a Câmara fez tudo para que houvesse não só um



hotel aqui no Alto Concelho, e um hotel no Baixo Concelho – pelo menos dois (2), acho que já dava uma resposta. Com a rede de alojamento local que temos – casas de habitação, turismo de habitação, turismo rural, com o hostel que entretanto também já foi criado aqui na entrada da cidade – acho que já temos uma cobertura que consideramos satisfatória, mas não responde àquilo que deve ser um destino turístico, duas (2) unidades hoteleiras. Fizemos tudo para que o Hotel das Caldas pudesse surgir, demos uma declaração de interesse turístico, ganharam uma candidatura ao QREN, não aplicaram três milhões e tal de euros, perderam esse objetivo. É uma pena, mas neste momento eu e o Sr. Vice-presidente da Câmara, ainda há menos de um mês, recebemos um investidor que quer, realmente, apostar, com os atuais proprietários das Caldas, fazer, exatamente, a reconstrução do hotel e pô-lo ao serviço, e disseram que iam fazê-lo a curto prazo. Mas, eu estou quase como o Tomé, só acredito quando vir; quando vir eu acredito, e quero ver, e quero acreditar que isso venha a ser possível. Como também no Baixo Concelho de Marco de Canaveses, um antigo hotel que lá estava também para ser, em granito, e também há um senhor que comprou há uns meses, e disse que era para ver se finalmente concluía. Ainda não temos essa notícia, como há outros projetos que entretanto foram surgindo, mas que não foram claramente assumidos. Como temos também o nosso Convento de Alpendorada, que acho que é um *Ex-Libris*, e que podia estar muito mais potenciado a favor do turismo na nossa terra, que é uma verdadeira varanda sobre o Douro. Mas, isso é da iniciativa privada. E nós, como devem calcular, queremos exatamente criar condições, e demos todas as condições para licenciar a reconstrução, para realmente requalificar os edifícios, para estarem exatamente como unidades hoteleiras dignas desse nome, a nível daquilo que são as unidades hoteleiras da região, de Portugal e da Europa. É assim que queremos fazer.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Sr. Presidente, eu agradecia que concluisse.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Obrigado, Sr. Presidente. Vou tentar concluir.

Pronto, dizer também, em relação à questão da Rua do Futebol Clube do Porto, dizer que a Rua do Futebol Clube do Marco até à Rua do Brigadeiro, até à confluência com a Rua do Brigadeiro Nunes da Ponte, está desclassificada, não é das Estradas Nacionais, ou agora, como se diz, Infraestruturas de Portugal; está desclassificada, para sua informação. Já agora, ficava com a informação atualizada.

O que é que o senhor quer saber dos motoristas? A forma de pagamento é a forma que é habitual pagar-se, realmente aos nossos colaboradores, havendo também – e isso, por vezes há a compensação com dias. Devo dizer que isso é o que acontece, acontece nas Autarquias Locais no nosso país, mas de um modo geral, o princípio é de pagamento de acordo com aquilo que é o trabalho, mesmo em horas extraordinárias.

Sr. Pedro Borges, sobre a questão também do que aconteceu aqui, o Sr. Vice-presidente falará em relação à questão das Festas de Tabuado. E há aqui uma coisa que queria dizer, e não vale a pena andar aqui com rivalidades entre freguesias, eu devo dizer que não dou para esse peditório. Não dou para esse peditório, ninguém deve dar para esse peditório. As freguesias são, todas elas, dignas, importantes, têm os seus eventos, devemos todos colaborar. A Câmara Municipal faz tudo o que está ao seu alcance para partilhar, com os recursos humanos, com a



logística que tem, com os seus equipamentos. Infelizmente, temos menos cento e sete (107) colaboradores ao longo destes doze (12) anos – tínhamos quase quinhentos (500) e estamos em trezentos e setenta e tal. E neste momento, a grande dificuldade é a Câmara Municipal continuar a fazer as suas próprias iniciativas, da sua agenda cultural, da sua agenda social, desportiva e recreativa, e com as suas festas também maiores do concelho, e também corresponder àquilo que é, naturalmente, o apoio que nós damos às festas em honra dos padroeiros das freguesias e também às nossas coletividades. Temos tido essa dificuldade, daí a ginástica que se faz para tentar ir correspondendo em tudo aquilo que temos, porque há uma coisa, meus amigos, que temos que ter consciência: é que nós, a Câmara Municipal de Marco de Canaveses, o município somos todos nós, Marco de Canaveses somos todos nós. Por isso, nós damos tudo, disponibilizamos tudo aquilo que está ao nosso alcance, que está ao serviço dos cidadãos e das suas instituições, e é assim que queremos continuar, e espero que assim continue na próxima Câmara que venha a ser eleita no dia 1 de outubro.

Festas do Marco, que são pobres: eu, sinceramente, devo dizer o seguinte: tenho pena que o meu amigo Pedro Borges – que eu conheço há muitos anos, desde muito pequenininho, e a sua família – me diga que, efetivamente, valorizar a nossa terra com a prata da casa, que é, realmente, desqualificar as festas. Pelo contrário, eu acho que é valorizar as Festas do Marco, nós temos muita gente com valor, temos muitas instituições com valor na nossa terra. As Festas do Marco, na minha ótica, quando cá cheguei, foi exatamente essa a matriz que quis impor: as Festas do Marco, para serem verdadeiramente, genuinamente do Marco de Canaveses, têm de ser dos Marcoenses e para os Marcoenses, do Marco de Canaveses para todo o Marco de Canaveses. Por isso, em primeiro lugar, a prata da casa, as nossas instituições, os nossos cidadãos, desde as crianças, os jovens, os adultos e os nossos maiores, os homens da terceira idade e da quarta idade, e também, naturalmente, trazermos de vez em quando artistas, e trazemos artistas. Temos também, no dia 15, à noite, no Estádio Municipal, temos, exatamente, o principal concerto, se se pode assim dizer. Mas, para mim, devo dizer que eu também gosto imenso do “Marco a Cantar – Jovens Talentos da Canção” de Marco de Canaveses, lá em baixo no Tâmega, na plataforma sobre o Tâmega.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Sr. Presidente, eu agradecia que concluísse.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Pronto, queria também concluir, e dizer que, realmente, vêm cá no sábado os The Gift. Acho que é um bom cartaz para tentarmos fazer na última noite das Festas do Marco 2017. Por isso, acho que não devemos diminuir-nos, porque o mal está em nós diminuirmos o nosso concelho; nós temos a obrigação de o valorizar e o projetar perante a região e Portugal. É assim que nós queremos, realmente, fazer sempre tudo aquilo que fizemos. Tantas coisas boas que aconteceram, ainda agora recentemente um Campeonato Nacional de Jet Ski, meus amigos, tivemos cá quem ganhou o Festival da Eurovisão, estava em Vila Boa de Quires, nas Obras do Fidalgo, o Salvador Sobral a fazer o primeiro concerto quando regressou a Portugal. Isto não nos deve dar orgulho? Isto é desvalorizar a nossa terra? Não, é valorizar a nossa terra.

Muito obrigado. O Sr. Vice-presidente, se fosse possível, Sr. Presidente.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---



Daria a palavra ao Sr. Vice-presidente, mas pedia-lhe que fosse breve.

--- José Mota (Vice-presidente da Câmara Municipal) ---

Mais uma vez, muito obrigado.

Com a anuência do Sr. Presidente da Assembleia, então, dizer o seguinte: relativamente à questão das Festas de Tabuado – e penso que responderei aos dois (2) intervenientes, ao Sr. Pedro Borges, da Comissão de Festas, e ao Sr. Samuel Vieira, munícipe da freguesia – dizer o seguinte: de facto, eu fui alertado por pessoas da freguesia, várias, no sentido de haver uma dificuldade quanto à colocação dos *stands*. Nesse sentido, desenvolvi dentro da Câmara contatos para que essa dificuldade fosse resolvida, e parece que tive sucesso porque, de facto, foi possível instalar. E já agora, o pedido era para dois (2) *stands* e foram instalados dois (2) *stands* na sexta-feira, a seguir ao feriado do Corpo de Deus, na quinta-feira, tendo para isso nomeadamente – e já agora, fica aqui o meu agradecimento público aos funcionários da Câmara – os colaboradores da Câmara que vieram montar o *stand* estavam de férias nesse dia; prescindiram do dia de férias e vieram montar os dois (2) *stands* a Tabuado. E em meu nome, fica aqui o meu agradecimento.

Quanto às questões do Sr. Samuel Vieira, relativamente à questão das águas, como deve imaginar, eu fico contentíssimo que o Sr. Samuel Vieira e os outros munícipes estejam preocupados com o contrato das águas; só tenho pena é que, de facto, tenha sido despertado para este problema tão tardiamente. Nós temos um contrato celebrado em 2004.

Gostava, então, de dizer o seguinte: quanto à questão que colocou, mais ou menos desta forma, “quem rompeu o contrato”, eu gostava de dizer que ninguém rompeu contrato nenhum, tanto assim é que ele continua válido e a vigorar. O que a Câmara Municipal fez foi, no âmbito do contrato, e no âmbito de uma cláusula que o mesmo contém, fez aquilo que se chama uma modificação unilateral. E essa modificação unilateral do contrato teve a ver essencialmente com a redução do tarifário, num valor significativamente próximo de vinte e cinco por cento (25%) – entre vinte e cinco (25%) e trinta por cento (30%) – que eu posso consubstanciar em alguns números que passarei a dizer brevemente: por exemplo, o primeiro escalão da água, que em 2008, no tarifário aprovado pela Câmara Municipal em 2004, presidida pelo Sr. Avelino Ferreira Torres, era de sessenta e quatro cêntimos (0,64€), passou para cinquenta cêntimos (0,50€); o segundo escalão de água para o consumidor doméstico, que era de um euro e vinte e oito cêntimos (1,28€), passou para oitenta e cinco cêntimos (0,85€); e o terceiro escalão de água, que era de um euro e oitenta (1,80€) – estou a reportar-me aos dados de 2008, ano em que a Câmara procedeu à modificação unilateral do contrato – passou para um euro e vinte e cinco (1,25€).

Outro número, taxas de ligação de saneamento: como sabem, está indexado a áreas geográficas distintas do concelho, e por exemplo, no que dizia respeito a uma localização na cidade, a taxa que estava prevista para vigorar em 2008 no contrato celebrado inicialmente era de setecentos e sessenta e nove euros e oitenta e nove cêntimos (769,89€), e nós baixámos para quinhentos e dez (510€). Na área de habitação classificada como H1 – por exemplo, os centros urbanos principais das freguesias – que era de seiscentos e quarenta e um euros e cinquenta e oito cêntimos (641,58€), baixou para quatrocentos e dez (410€). E em H3, que é a maior parte dos centros das freguesias, que era de trezentos e vinte euros e setenta e nove



(320,79€), baixou para duzentos e cinco euros (205€). Volto a dizer, reporto-me ao tarifário de 2008, ano em que se procedeu à modificação unilateral.

No que diz respeito, por exemplo – isto são alguns exemplos – ao custo dos ramais, um ramal de água de quatro (4) metros que estava previsto custar trezentos e cinquenta e dois euros (352€), passou para duzentos e cinquenta (250€), e um ramal de saneamento até quatro (4) metros, que é o mais comum, que estavam previstos seiscentos e quarenta e um euros (641€), passou para trezentos e sessenta (360€).

Isto é o que resultou da modificação unilateral do contrato feita no primeiro mandato presidido pelo Dr. Manuel Moreira – volto a dizer, 2008. De lá para cá, as atualizações de preços que foram feitas decorrem, mais uma vez, do que está estabelecido no contrato, que remete para uma fórmula que tem três (3) coeficientes: o índice de preços no consumidor, o custo da energia e o custo dos salários. Todos os anos, essa fórmula é submetida à apreciação da entidade reguladora (ERSAR), e de acordo com o parecer que a ERSAR emite, eu faço proposta para reunião em Executivo Municipal, que tem sido aprovada todos os anos. E portanto, os aumentos têm sido apenas aqueles que decorrem da cláusula que está prevista no contrato, e volto a dizer, depende de três (3) fatores: o índice de preços no consumidor, o custo da mão de obra e o custo da energia.

No que diz respeito às taxas de cobertura – penso que é o único elemento que me faltava responder – devo dizer que o que estava previsto relativamente ao contrato era que a taxa de cobertura de abastecimento de água seria, salvo erro, na casa dos setenta por cento (70%), e saneamento, sessenta por cento (60%) – não tenho agora presente, peço desculpa, não estava preparado para poder responder nestas condições. Na modificação unilateral do contrato, o que nós nos propusemos foi aumentar essas taxas de cobertura para, em abastecimento de água, chegar a oitenta e cinco por cento (85%) da população, e em saneamento, em tratamento de águas residuais, para setenta e cinco por cento (75%). Relativamente aos valores que se encontram neste momento em cobertura, é claro que estamos longe de atingir estes valores, e isso tem essencialmente a ver com o facto de, desde que, na sequência da modificação unilateral do contrato, a concessionária pediu a constituição de um Tribunal Arbitral, e como sabem, é do conhecimento público, desde então o processo continua em diferendo judicial, tendo recentemente, há uns meses, sendo proferida sentença no âmbito do Supremo Tribunal Administrativo, dando razão à Câmara no sentido do direito de recorrer da decisão do Tribunal Arbitral, desde então a entidade financiadora, ou entidade gestora dos fundos – no Quadro Comunitário anterior, o POVT; no atual Quadro Comunitário, o PO-SEUR – é entendimento da gestão do Quadro Comunitário que enquanto se mantiver o diferendo entre a concessionária e o concedente, não há fundos comunitários disponíveis para investir no ciclo da água no Marco de Canaveses.

Muito obrigado pela vossa atenção.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Entrávamos agora no **Período da ordem do dia**.

Ponto n.º 3.1, Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do Município.



Eu daria a palavra ao Sr. Presidente, caso queira fazer a introdução do ponto.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr. Vice-presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Sras. e Srs. Deputados Municipais, Srs. Municípes e comunicação social.

Vou procurar ser telegráfico, está aí a informação de tudo aquilo que foi a atividade do município, e aqui quero partilhar sempre a Câmara Municipal com as Juntas de Freguesia, com as nossas instituições do Marco de Canaveses, desde a última Assembleia Municipal, em 28 de abril, até esta semana.

Dizer que temos muitas obras em curso, fizemo-las ao longo do mandato, e agora continuam, exatamente, até ao final do mandato, até outubro, desde obras por administração direta dos nossos serviços, passando por um conjunto de obras por empreitada, que estão a realizar-se com maior incidência em pavimentações de betuminoso, calcetamentos, passeios. Devo dizer que temos feito uma grande aposta, ao longo do mandato, em colocar passeios em muitos dos centros cívicos das freguesias, também, naturalmente, na cidade de Marco de Canaveses, na Vila de Alpendorada, e em todas as demais freguesias do concelho, passando até em várias estradas nacionais, pedindo autorização às Infraestruturas de Portugal para podermos realizar essas obras que lhes competiriam até a eles, mas dentro daquilo que é o nosso objetivo de criar maior mobilidade, maior segurança, vamos fazendo exatamente esse trabalho. É um trabalho sempre inacabado, diria que para muitas e muitas gerações, para muitos e muitos mandatos das Câmaras Municipais, porque, de facto, temos mil e setenta quilómetros (1.070 km) de estradas e caminhos municipais, para além das estradas nacionais onde estamos também a investir. Mas, é importante, para além de todo um outro conjunto, nas escolas, também investimentos nas escolas, requalificação, ampliação das escolas da nossa terra, e agora aproveitando estas férias grandes, mais intervenções vamos fazer nas escolas, para que possamos ter o início do novo ano letivo, que este ano vai começar uma semana mais cedo, 8 de setembro, possamos ter as escolas ainda mais preparadas para acolher os nossos alunos para uma educação de qualidade e de sucesso.

Dar também nota de que fizemos uma reorganização do nosso Mercado Municipal, redimensionando, pondo-o mais pequeno, porque tem poucos vendedores. Achamos que o Mercado Municipal faz parte da cultura e da identidade do nosso município, e por isso, acho que é importante não o deixar morrer. E deixámos a maior parte do espaço que já estava devoluto para ser um espaço multiusos, e iniciámos, exatamente, com o Festival do Anho Assado com Arroz de Forno, no final de maio, com a Feira das Coletividades de Marco de Canaveses, e acho que, apesar de tudo, valeu a pena fazer essa experiência. Ainda estamos a valorizar o espaço com pinturas, fizemos uma pintura da nossa Cármen Miranda, que temos vindo a valorizar como ícone do nosso concelho em termos culturais, na fachada, e acho que ficou muito bem, como estamos a pintá-lo também com motivos alusivos ao mercado, e também no espaço multiusos de Marco de Canaveses, do Mercado Municipal, vamos procurar também pôr todo um conjunto de motivos a propósito das Joias do Marco, todo um conjunto de elementos que valorizam a nossa terra.



Dar também nota que estamos a concluir o Centro de Bem Estar Animal, ficará pronto na próxima semana. O Centro de Recolha Oficial, falaremos hoje aí na ordem de trabalhos no Centro de Recolha Oficial. E por isso, espero que agora, durante o mês de julho, possamos passar do abrigo provisório que a Animarco tem em Vila Boa de Quires para Vila Boa do Bispo, antiga Escola do Eidinho, para esse novo Centro de Bem Estar Animal, para acolher duzentos (200) cães, também alguns gatos, e também o Centro de Recolha Oficial, onde vai estar a responsável da Câmara Municipal e o nosso Veterinário Municipal.

Sobre a questão da cultura e património, dar nota de que temos vindo também a apoiar muitas instituições da nossa terra, sejam elas da área cultural, mas também das outras áreas. Para quê? Para fazerem todo um conjunto de obras de investimento, de valorização das coletividades, e também das instituições. E nesse sentido, demos até inclusivamente à Conferência Vicentina de Jesus, Maria e José, de Vila Boa do Bispo, apoio para recuperação de casas de pobres, para que aquelas casas que estavam completamente desabitadas, devolutas, possam realmente ajudar famílias carenciadas da nossa terra, e em especial de Vila Boa do Bispo.

Também dizer o seguinte: temos tido muitas exposições de grande interesse no nosso Espaço Arte do Museu Municipal de Marco de Canaveses, como foi o caso dos *cartoons* e caricaturas de Santiago, uma das belas exposições que já esteve presente em vários países, e esteve também presente aqui em Marco de Canaveses. O próprio Santiago, que é um professor da Escola EB 2/3 de Toutosa, que é um nome artístico, tem tido muito sucesso, com muitos prémios a nível regional, nacional e internacional.

Também temos tido a Academia das Artes de Marco de Canaveses – Artâmega a fazer uma peça, “O Inspetor”, mais uma das peças que eles, realmente, levaram à cena. Estamos neste momento a preparar uma publicação também com três (3) peças feitas pela nossa Universidade Sénior do Marco de Canaveses. Tivemos também, durante um mês, o “FRED – Alimentação Saudável”, que esteve em várias escolas do nosso concelho, exatamente para de uma forma pedagógica dizer às crianças como é que elas devem ter a sua alimentação. Como sabem, há um estudo que se viu há poucas semanas na televisão, de obesidade dos nossos jovens, das crianças, e isso, temos que ter cuidado, e por isso, mais cuidado com a alimentação que é feita, naturalmente, às crianças e jovens do Marco de Canaveses.

O Festival Confluências, que nós quisemos fazer em onze (11) municípios, e também aqui no Marco de Canaveses, “Quintas do Barroco do Tâmega e Sousa”, aqui no Marco foi no dia 20 e 21, dois (2) dias, nas Obras do Fidalgo, em Vila Boa de Quires e Maureles, onde tivemos, realmente, muitos artistas, e no sábado à noite tivemos, então, o concerto de Salvador Sobral, o grande vencedor do Festival da Eurovisão 2017, foi aquele que em quarenta e nove (49) edições, foi o único português, um jovem português que chegou, viu e venceu na Europa, o Festival da Eurovisão, quando tantas outras figuras, artistas portugueses de renome, o máximo que tinham conseguido foi um sexto lugar, e este jovem conseguiu ganhar o Festival da Eurovisão, valorizando, naturalmente, e projetando Portugal. E ele veio logo na primeira oportunidade, quando chegou a Portugal, depois de regressar, fazer o seu primeiro concerto, com alguns milhares de pessoas, ao ponto de ele estar surpreendido por ver tanta gente, exatamente, em Marco de Canaveses, em Vila Boa de Quires, nas Obras do Fidalgo.



Dizer também que há aqui todo um conjunto de feitos, feitos por muitos jovens, desde a Academia de Patinagem do Marco de Canaveses, que foi vice-campeã nacional em patinagem artística, etc., foram também à Europa representar e tiveram um honroso quinto lugar na Europa, quando, realmente, representaram Portugal.

Também dar conta de que no nosso Centro Náutico de Marco de Canaveses, a canoagem, temos lá um Centro de Formação Desportiva de Canoagem do Agrupamento de Escolas n.º 1 de Marco de Canaveses, que têm tido muito sucesso, e somos um dos Centros de Formação Desportiva de Canoagem que existem em Portugal – são quarenta e seis (46) em todo o território nacional, um já está no Marco de Canaveses há alguns anos, com um trabalho muito importante. E ainda há poucas semanas estiveram lá, exatamente, mais de duzentos (200) alunos de várias escolas daqui da região norte a fazer, exatamente, uma competição.

Dar também nota de que fizemos um voto de louvor à Associação Desportiva e Cultural de Várzea do Douro, que ganhou o Campeonato da LIMFA, e no domingo ganhou a Taça do Município – diria que foi uma verdadeira dobradinha, como se costuma dizer em linguagem desportiva.

A Câmara Municipal de Marco de Canaveses também fez, mais uma vez, a sua festa com os seniores do Marco, o Marco Sénior, com os idosos dos nossos dois (2) lares da terceira idade e dos centros de dia, e fizemos mais uma vez no Pavilhão Bernardino Coutinho, durante uma tarde, que aconteceu exatamente, mais uma vez, este ano no dia 26 de maio.

Tivemos o Grande Prémio de Marco de Canaveses, que foi um Campeonato Nacional de Jet Ski, na Albufeira do Tâmega, durante dois (2) dias, 17 e 18 de junho, que também julgo que valoriza e traz muita gente ao Marco de Canaveses.

Dar também nota de que no dia 10 de junho – e foi muito agradável ver tantas bancadas do nosso Estádio Municipal com tantos pais de mil e quinhentos (1.500) atletas, crianças e adolescentes, para fazer um torneio de mini voleibol, de crianças desde o norte de Portugal até à Figueira da Foz, mil e quinhentas (1.500). Montaram-se ali oitenta (80) campos, foi, de facto, um dia lindíssimo, com um espetáculo de tantas crianças ali a praticar voleibol. No dia seguinte, a Final do Campeonato Nacional de Voleibol, já de jovens já mais crescidos, e neste caso, com uma final com mais de trezentos (300) atletas de todo o país – de todo o país, exatamente no Estádio Municipal de Marco de Canaveses.

Dar também nota de que a Comissão Municipal de Defesa da Floresta e a Comissão Municipal de Proteção Civil já fizeram, naturalmente, as suas reuniões, no dia 30 de maio, para operacionalizar tudo aquilo que é o dispositivo para esta época dos incêndios florestais, com a aprovação do Plano Operacional Municipal, com a aprovação do Plano Municipal de Operações a Incêndios Florestais, também fizemos a aprovação do Plano de Fogo Controlado para a Serra da Aboboreira, porque é muito achegada a incêndios, e muitas vezes vêm de Baião ou de Amarante para o Marco de Canaveses – normalmente de Baião para o Marco, e também, às vezes, vai do Marco para Baião, mas normalmente é, exatamente, ao contrário – e temos também já esse Plano de Fogo Controlado que estivemos a elaborar com a nossa Associação Florestal Entre Douro e Tâmega, e os municípios que partilham a serra (Marco de Canaveses, Amarante e Baião).



O Projeto “Geoforest”, é uma plataforma colaborativa para o setor florestal, que tem como objetivo a criação de uma estrutura que englobe as questões relacionadas com a defesa da floresta contra incêndios, a sensibilização da população, possibilitando um conjunto de ferramentas de apoio à decisão, quer no teatro de operações, quer a nível do próprio gabinete.

Já falei da Praia Acessível, que já está a funcionar mais uma vez, e que gostaríamos de ter areia, mas não temos tido autorização para pôr lá areia. Mesmo assim, não desistimos, estamos à espera de uma resposta da APDL – Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, vamos ver se essa resposta vem positiva este ano, gostaríamos.

Fizemos durante um mês o Mês Internacional da Prevenção dos Maus Tratos na Infância, promovido pela nossa Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco, em que, realmente, tivemos muitas iniciativas ao longo do mês, e o 3.º Encontro de Trabalho, subordinado à temática “Prevenção dos maus tratos na infância – Uma missão para todos”, sensibilizando as pessoas, exatamente, para esta situação, que é grave, e é uma chaga social que nos compete combater.

Fizemos a Mostra da Saúde, fizemos a Mostra de Turismo com a EPAMAC, e uma Mostra de Saúde com todas as entidades ligadas à área da saúde, fizemos o 9.º Encontro Municipal de Ecoescolas, excecional – chegámos cá há doze (12) anos e tínhamos uma Ecoescola, e este ano temos trinta e duas (32) Ecoescolas. Estivemos na EPAMAC, estavam deliciados, as professoras e os professores, educadoras de infância e os alunos, mil e oitocentas (1.800) crianças, mil e oitocentos (1.800) alunos de todo o concelho, um dia memorável para eles, muito agradável, que a Câmara Municipal lhes proporcionou no 9.º Encontro Municipal de Ecoescolas que aconteceu, exatamente, no passado dia 5 de junho, Dia Mundial do Ambiente.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Sr. Presidente, chegou o seu tempo ao fim, por isso agradecia que terminasse.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Vou concluir, só dar mais uma nota, ou duas (2).

Dar também nota de que os nossos vinhos continuam, de facto, de vento em popa, cada vez mais medalhados a nível nacional, a nível internacional, vários concursos em vários países do mundo em que os vinhos do Marco estão a ser distinguidos, e tivemos a oportunidade de fazer um voto de louvor, na última Reunião de Câmara, a todos – já lhes comuniquei aos respetivos empresários, neste caso aos produtores dos vinhos, e também àqueles que são os grandes responsáveis, os enólogos, porque estão a apostar cada vez mais no apuramento, na valorização dos vinhos do Marco de Canaveses. Dar nota também que, da nossa parte, estamos a fazer neste momento a Carta Municipal dos Vinhos, com todos aqueles que venceram, porque foram muitos, exatamente, neste ano de 2017.

Também dizer-vos, para terminar, se me permite, que tivemos a oportunidade já de celebrar quatro (4) contratos de desenvolvimento desportivo para a colocação, que estão a ser colocados por obras contratadas pelos respetivos clubes, quatro (4) campos sintéticos no concelho – neste caso, estamos a falar de Livração, Constance, Tuíás e S. Lourenço do Douro. E a Câmara



Municipal, esta semana, abriu concurso público para aqueles que são da responsabilidade da Câmara, que são património do município as suas instalações, para Vila Boa do Bispo, Vila Boa de Quires, falta-nos preparar em relação a Paços de Gaiolo, e assim ficaremos com mais sete (7) campos sintéticos, importante não só para a prática desportiva das camadas jovens, que nós apostamos desde que assumimos estas funções há doze (12) anos, porque é daí que devem sair as equipas principais, para darem alegria às freguesias e ao concelho, para disputar as competições da Associação de Futebol do Porto, como muitos já disputam. E eles vão jogar em campos sintéticos, também é bom que a gente os possa receber de igual forma, em campos sintéticos na nossa terra, e é nesse sentido que estamos a fazer um grande esforço para que, realmente, isso aconteça. Gostaríamos de os ter feito de uma forma mais gradual ao longo dos doze (12) anos, mas os meios financeiros, realmente, não nos permitiram. Só pagámos um, quando cá chegámos tivemos que pagar um que estava colocado pela Câmara anterior a nós, que foi o primeiro, pagámos mais durante dois (2) anos, e colocámos dois (2), nos dois (2) Estádios Municipais, que era a nossa primeira responsabilidade, no Estádio Municipal de Marco de Canaveses e no Estádio Municipal de Alpendorada.

E já agora, dizer que também vamos lançar o concurso – ou melhor, já está lançado – para concluirmos o Estádio Municipal de Alpendorada. De facto, era tempo de o concluir, adjudiquei já a obra, vamos esperar que a obra comece dentro de poucos dias, para que, realmente, aquele estádio também fique completo, com a sua sede social, com dois (2) espaços laterais para comercializar – e a Câmara Municipal, assim espero que a próxima também o possa decidir, poder, ao fim e ao cabo, permitir que eles sejam comercializados, para que essa renda sirva para a atividade desportiva do Futebol Clube de Alpendorada, que é o clube residente naquele estádio.

E era só, Sr. Presidente. Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Os Srs. Deputados que desejam intervir, agradeço que façam a sua inscrição. Portanto, eu vou repetir os nomes: José António Valdoleiros, Mário Luís, Cristina Vieira, Patrícia Vieira, Olímpio Almeida e António Santana.

Dava a palavra ao Sr. Deputado José António Valdoleiros.

--- José António Valdoleiros (PS) ---

Sr. Presidente, dispensando os cumprimentos, eu queria, ao analisar esta informação escrita do Sr. Presidente, dizer o quanto eu estou agradado com esta nova apresentação. Acho que aqueles temas que nós, Partido Socialista, temos vindo a reclamar que devem estar presentes nesta informação, pela primeira vez aparecem aqui vertidos, o que vai, efetivamente, aumentar aquilo por que nós pugnamos, que era a transparência, para que as pessoas que minimamente não estão preparadas para estes temas mais técnicos possam, de facto, poder analisar e dizer de sua justiça.

Mas, como não há bela sem senão, eu não deixo de lamentar que após ser feito, ou concluído, um trabalho que é a contabilidade de custos – e aqui permitam-me que eu abra um parêntesis: o Partido Socialista lutou afincadamente, desde 2009, 2010, 2011 e anos subsequentes, para que a contabilidade de custos fosse implementada; foi implementada em 2016. E também queria,



como disse, fazer aqui uma referência, se me permitem, enfim, uma pontuada, de agradecer e ficar sensibilizado com a atitude que o Presidente do Grupo Municipal do Partido Socialista, que na última Assembleia Municipal referiu o meu nome como um dos obreiros, entre aspas, para que esta contabilidade de custos tivesse lugar na Câmara. Obrigado, Dr. Rolando Pimenta, pela atenção que teve. Também queria, já agora, aproveitando, e se me permitem também, agradecer ao Sr. Presidente as palavras que teve em relação ao meu estado de saúde. De facto, só faltei porque não pude mesmo comparecer, quando estava preparado de casa para sair.

Mas, como dizia, não há bela sem senão, e havendo contabilidade de custos, não faz sentido que nas obras realizadas por administração direta não se possam pôr aqui já os valores constantes dessa contabilidade de custos, obra a obra. Por quê? Porque ao analisarmos isto como um todo, anualmente, é extremamente massudo e difícil, para quem não conhece, para quem não sabe trabalhar nestas matérias – e há, com certeza, deputados municipais que não sabem trabalhar nestas matérias, mas ao lerem este texto, sabem apreender que se gastou tanto nisto e naquilo, nesta freguesia foi gasto este valor, aquele montante, e vamos entroncar esta minha observação naquilo que eu disse há cerca de ano e meio atrás, em que eu dizia que era preciso combater as assimetrias por freguesia. Quer isto dizer, poderá pensar-se que as freguesias maiores poderão ter uns gastos maiores, mas até poderá ser o contrário, porque se nós vamos combater a falta de coesão territorial, e queremos, efetivamente, que todas as freguesias que tenham menos capacidade de realizar, menos população, que são mais rurais, mas também têm direito a ter água, saneamento, luz, e todas as qualidades escolares, boas escolas, acho que isto é importante que seja dito. Portanto, esta pequena pontuada, relativamente às obras realizadas por administração direta, parece-me que falta aqui indicar, e já não há razão para dizer que não há contabilidade de custos; ela existe, é só pôr. Eu lembro que há Câmaras que prestam contas de quinze (15) em quinze (15) dias aos seus munícipes, e fazem-no por freguesia. Isto é transparência.

Era isso que eu queria dizer. Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Sr. Deputado Mário Luís.

--- Mário Luís Monteiro (MCFT) ---

Sr. Presidente da Assembleia, Sra. Secretária e Sr. Secretário, Sr. Presidente da Câmara, Sra. Vereadora, Srs. Vereadores, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, comunicação social, Exmo. Público:

Algumas pessoas dizem-me que quando aparecem uns semáforos móveis nas estradas, estamos próximos de eleições. Se calhar não se enganam assim muito, normalmente é nessas alturas que começamos a ver passeios. Isto para chegar ao ponto onde eu queria, há um assunto que eu já aqui abordei, e que, na altura, houve uma disponibilidade – isto foi relacionado com outros problemas junto à Escola EB 2/3, e o Sr. Vereador José Mota, na altura, ficou também de analisar a situação, uma questão que para mim continua a ser um problema em Alpendorada, que é na rotunda junto ao parque infantil, onde poucas pessoas sabem as regras de prioridade naquela rotunda, e senão, basta passar lá cinco (5) minutos, que se apercebem perfeitamente, porque fiquei a saber que a prioridade não é de quem está na rotunda, à exceção da estrada que vem de Várzea; a prioridade é de quem está pela direita. Mas, basta estar lá



cinco (5) minutos para vermos quantos carros param para deixar circular na rotunda. Houve recentemente lá obras, que eu considero corretas, porque rebaixaram a rotunda, permitindo a passagem, o que era muito difícil, principalmente para os camiões que cortavam a direita, e penso que seria talvez este o momento para acabar com estas confusões, porque na estrada, os condutores já têm montes de ratoeiras, armadilhas para prioridades temos muitas, e eu acho que nós temos que ser pragmáticos. E é esse o meu apelo, sejamos pragmáticos. Mesmo que os técnicos, os teóricos afirmem que está tudo dentro das regras, dentro da Lei, parece-me que num caso destes, acabar com as confusões que são constantes e diárias seria fazer um bem para os automobilistas.

Julgava, mas creio – e já percebi, porque, pelos vistos, as obras de Bitetos foram feitas pelos proprietários – que estaria na informação escrita. Não consegui descobrir, assim numa visão que fiz. E não estando inteirado da situação que foi aqui reportada pelo Fernando Costa, o meu desafio, porque considero que Bitetos é um ponto muito importante para o Baixo Concelho, mas não só, e como disse o Sr. Presidente, vem gente de muito longe para a Praia de Bitetos, no verão, gente de muito longe, de Gondomar, de Lousada, por aí fora, várias pessoas, professores que eu encontro, ou professoras que eu encontro na minha escola, que vêm de fora, e que me dizem que conhecem perfeitamente a Praia de Bitetos. Por isso é que eu acho que é muito importante que se prestem os esclarecimentos devidos, porque, de facto, os comentários eu também ouvi, não sei como estão as coisas, mas acho muito importante que tudo seja bem esclarecido, para que não haja dúvidas com as pessoas. Mas, relativamente a isto, eu queria fazer um apelo, é que persistiu lá durante muitos e muitos anos uma placa de cimento que dizia, salvo erro, “Bitetos – 2 Km”; agora, creio que há apenas uma placa que diz “Ancoradouro”. E o meu desafio é que eu acho que no início da estrada que vai para Bitetos deveria existir uma placa que referisse “Bitetos”.

Para terminar, o Sr. Presidente referiu aqui a questão do Centro de Formação Desportiva de Canoagem, e como sabem, não posso terminar – estamos a terminar o mandato, eu ando aqui há muitos anos a bater-me por esta área, e penso que precisamos, naturalmente, de pensar o que é importante para o nosso concelho, eu penso que isto é um ponto importante. Ouvi o Sr. Presidente dizer que a autarquia, com o fim do reequilíbrio financeiro, iria ter uma verba mensal para investir, para gastos, creio eu que no valor, salvo erro, de cento e cinquenta mil euros (150.000€) mensais. Eu sei que há muito onde gastar este dinheiro, muitas áreas onde gastar esse dinheiro, mas também temos que apostar na promoção do nosso concelho. E há dois (2) aspetos, duas (2) áreas que eu considero muito importantes. Uma delas, e estou envolvido na comissão da promoção da imagem de Cármen Miranda, eu penso que é uma aposta que devemos fazer, e isso será debatido posteriormente. A outra aposta, que já vem de longe, e como o Sr. Presidente sabe, e também já manifestou essa vontade, tem a ver com os desportos náuticos, sendo nós um concelho com dois (2) rios de grande caudal, o Douro e o Tâmega. Venho defendendo isso há muito tempo. Por isso, se, de facto, há essa poupança, acho que estará na altura de tirarmos um mês, ou dois (2), para os grandes investimentos, grandes que não são tão grandes comparados com aqueles que se vão fazendo, se calhar é um sintético, ou dois (2), se calhar é um mês, e poderíamos promover o nosso concelho muito longe.

No “Notícias Magazine” de 11 de junho de 2017 vem um artigo sobre o Clube Náutico de Ponte de Lima. Permita-me só ler aqui meia dúzia de linhas: “Com mais de duzentos (200) atletas, e quase trinta (30) anos de história, o Clube Náutico de Ponte de Lima...”, que tem uma idade



similar ao mais antigo clube do concelho, que é o Ginásio Clube de Alpendorada, “... é um caso ímpar de sucesso graças aos resultados alcançados pela canoagem. Fernando Pimenta, vice-campeão olímpico em 2012, e medalha de prata na Taça do Mundo, há duas (2) semanas...” – neste caso, há mais algum tempo – “... é o nome que mais se destaca. Mas, com quarenta e quatro (44) campeões nacionais só na última época, o futuro está assegurado a partir das águas do Rio Lima. E gostava de saber quantos concelhos haverá com tantos campeões.” Acho que devemos aproveitar o facto de, neste momento, termos o Presidente da Associação de Canoagem do Norte, um Marcoense, um Alpendoradense, um amigo da terra, um amante da canoagem, eu sinto da parte dos autarcas também vontade para investir, e também penso que é o momento de aproveitar as oportunidades que estas circunstâncias nos oferecem, pelo bem dos nossos jovens e da nossa terra.

Obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Sra. Deputada Cristina Vieira.

--- Cristina Vieira (Presidente J.F. Soalhães, PS) ---

Prescindindo dos cumprimentos, que já os fiz, Sr. Presidente, nesta época, que eu acho que é unânime, e também é veemente a preocupação de toda a população em proteger os seus bens e em proteger-se a si próprios, atendendo à gravidade e à preocupação da situação da época de incêndios em algumas freguesias – e eu falo no exemplo da Freguesia de Soalhães, que no ano passado foi fustigada pelos incêndios – é para mim estranho e preocupante, olhando para a página 20 da informação escrita do Sr. Presidente, onde nós, de facto, conseguimos ver que o Sr. Presidente fala-nos no Plano Operacional Municipal, na Reunião da Comissão Municipal da Defesa da Floresta, no Plano de Fogo Controlado para a Serra da Aboboreira, no Projeto “Geoforest”, a Reunião da Comissão Municipal de Proteção Civil, o Plano Municipal de Operações Contra Incêndios, etc., etc. Sr. Presidente, eu sou autarca da Freguesia de Soalhães, como o senhor sabe, tenho uma vasta área de serra na minha freguesia, levámos a cabo a criação de uma Unidade Local de Proteção Civil – que já agora, deixe-me que lhe diga, o Sr. Secretário de Estado, na cerimónia da criação da mesma, onde o Sr. Presidente da Câmara esteve, elogiou a iniciativa da Junta de Freguesia, e até agradeceu ao Executivo da Junta de Freguesia, em nome do Governo de Portugal, a criação desta Unidade Local, e disse que até esperava que outras freguesias seguissem este exemplo – há um conjunto de pessoas a trabalhar nesta Unidade Local de Proteção Civil, voluntários que se prestaram a dispensar algum tempo e até recursos para ajudar na área da proteção e na área da prevenção florestal, no âmbito das competências que nos foram delegadas, e o Sr. Presidente, num comportamento que eu dizia quase que num tom irónico, como há bocado o disse, diz que foi um número político a criação daquela Unidade Local de Proteção Civil – o Sr. Presidente já o disse. E eu queria dizer-lhe, Sr. Presidente, que independentemente daquilo que o Sr. Presidente pensa sobre a criação das Unidades Locais de Proteção Civil, eu, como autarca de freguesia, já vi durante estes doze (12) anos a arder muito do meu território, e tenho essa preocupação, e quando surgiu a oportunidade de criar a Unidade Local de Proteção Civil, houve um conjunto de pessoas que se organizaram voluntariamente, como eu lhe disse, para tentar ajudar, nomeadamente o Sr. Comandante dos Bombeiros Voluntários do Marco de Canaveses teve a amabilidade de se deslocar a Soalhães com esse grupo de voluntários, no dia 14 de maio – um domingo de manhã, Sr. Presidente – em que andámos todos na zona da serra a identificar os locais para fazer os



corta-fogos, pessoas que conhecem a freguesia, essas pessoas que toda a gente, na altura de incêndios, diz que são os autarcas de freguesia, que conhecem o território, e que devem estar presentes, e que devem apoiar, sim, esses autarcas de freguesia fizeram esse trabalho, fizemos um *e-mail* ao Sr. Presidente, já é a segunda vez que lho dirigimos para fazer corta-fogos, é só para nos dizer se pode ceder a máquina da Câmara, ou não, e o senhor nem se dignou a responder. Há bocado eu fiz-lhe essa pergunta, no início, aliás, no período de antes da ordem do dia, e o senhor não me respondeu. E por não me ter respondido, e por eu ter visto aqui, na página 20, tanta coisa relacionada com a proteção contra os incêndios, e todos estes projetos, Sr. Presidente, a mim o que me custa é, de facto, ver tanta coisa na informação escrita – e isto sim, é que me parece um número político – ver tanta coisa aqui escrita, e perceber que, como o exemplo daquele município que aqui veio, há bocado, da Folhada, isto acontece em vários sítios das freguesias: arde, as pessoas não tratam dos seus terrenos, acontece. E como sabe, uma das competências da Unidade Local de Proteção Civil é essa, é fazer esse trabalho junto da população. E eu queria dizer-lhe, Sr. Presidente, que o mais estranho para mim – felizmente que isto é feito, felizmente – não é isto ter sido feito; é eu, como autarca de freguesia, que até integro uma freguesia da Serra da Aboboreira, e nunca ter sido ouvida, nunca ter sido sequer chamada para qualquer um destes projetos, que não fosse mais do que para dar a minha opinião, porque já que temos uma Unidade Local de Proteção Civil, podíamos tê-lo feito. Mas, mesmo não tendo uma Unidade Local de Proteção Civil, há pelo menos aqui três (3) autarcas de freguesia – Soalhães, Tabuado, Várzea, Alviada e Folhada – que integram uma vasta área da Serra da Aboboreira, que precisamente devem ser as freguesias que mais área têm propícia a esta época de incêndios. E eu não vi em lado nenhum, nem nunca fui convocada para ser ouvida, nem achada, em todos estes projetos. E só queria dizer isto, Sr. Presidente: acho que os Srs. Presidentes de Junta, com tanta coisa que se faz, e eu digo, acho muito bem que se faça, algumas delas que aqui estão são competências delegadas pela Lei e é obrigatório fazê-las, mas acho que os Srs. Presidentes de Junta deviam ser ouvidos também. E nós ouvimos, infelizmente, agora nesta época de incêndios na televisão, muitas das vezes o Sr. Secretário de Estado, o Sr. Presidente da República, toda a gente fala no apoio que a população pode dar, toda a gente diz que os autarcas é que conhecem o território, que as pessoas é que sabem como é que se chega às localidades, toda a gente sabe; só que depois, na prática, isto falha, como agora se vê que falha, infelizmente, noutras situações. Era só essa nota que eu queria dar, Sr. Presidente, porque eu acho que os Srs. Presidentes de Junta também deviam ter uma palavra a dar nesta situação.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Sra. Deputada Patrícia Vieira.

--- Patrícia Vieira (Marco Positivo) ---

Sr. Presidente, dispensava os cordiais cumprimentos, já a noite vai longa.

Muito rapidamente, e acerca da informação escrita, questionar o Executivo em algumas questões, nomeadamente para quando a inauguração do Centro de Bem Estar Animal, de Vila Boa do Bispo, este Centro tão desejado pela população em geral, e que, de facto, pela informação que me chegou, já estará construído, ou melhor, já terá finalizado as obras há algum tempo.



Também relativamente à informação escrita, já no âmbito de algumas atividades e investimentos que estão a decorrer na Praia de Bitetos, na Freguesia de Alpendorada, Várzea e Torrão, dizer que, de facto, são este tipo de projetos que me levam a acreditar que do dinheiro público também se fazem coisas boas, nomeadamente tornar acessíveis as praias fluviais, assistências a banhistas, e também vai de encontro àquela fatídica desgraça que ocorreu em Vila Boa do Bispo, que deu origem àquela condenação de que já todos temos conhecimento, a qual também vem referida na informação escrita, da absolvição da Câmara – o que eu acho pertinente, de facto, ter referido isso. Relativamente a todos os equipamentos, quer de socorro a náufragos, que fazem toda a diferença neste tipo de locais, as rampas de acesso, inclusive também a aquisição da cadeira anfíbia vocacionada para pessoas com mobilidade reduzida, e de facto, parabenizar todo este projeto, e dizer que isto não basta, teremos que continuar.

A respeito ainda do resumo da execução orçamental prevista na página 36, e muito rapidamente, dizemos que concluímos manifestamente que de ano para ano tem havido um aumento daquilo que é o saldo de gerência dos anos anteriores, que manifestamente leva-nos, então, a concluir que estaremos perante uma suborçamentação, manifestamente em violação direta daquilo que é o princípio da especificação previsto na Lei, e para este tipo... tem a ver com o saldo de gerência do ano anterior, tem a ver com o resumo da execução do Orçamento. Bom, espero ter deixado claro qual era a minha questão, ou melhor, qual era a minha opinião.

Realçar também, e no âmbito daquilo que foi dito pela deputada Cristina Vieira, a importância de um projeto do Grupo de Intervenção, de Proteção e Socorro que ocorreu juntamente com o Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente e com a Guarda Nacional Republicana, no sentido de uma operação intensa no Concelho de Marco de Canaveses, e no âmbito também de um projeto nacional da GNR que se define por “Prevenir já”. A implementação deste importante projeto que visa salvaguardar a floresta prevenindo os fogos florestais e proteger a população, e manifestamente muito atual, infelizmente. Apelar também, nesta perspetiva, a toda a população, nas limpezas dos terrenos, com a imposição, aliás, que decorre da Lei, de que uma faixa de cinquenta metros (50 m) à volta de edifícios isolados e de cem metros (100 m) no caso de aglomerados populacionais. Nunca será tarde e demais lembrar que isto é uma obrigação de todos, e que o não cumprimento também constitui uma infração contraordenacional – nunca é demais lembrar. A todas as entidades, a toda a população, a palavra de ordem terá que ser manifestamente a prevenção.

Muito obrigada.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Sr. Deputado Olímpio Almeida.

--- Olímpio Almeida (MCFT) ---

Muito obrigado, Sr. Presidente. Permita-me que passe à frente das formalidades.

Eu confesso que li e reli a informação escrita, mas não vou falar do que consta na mesma; vou falar daquilo que não consta, e que gostaria que constasse.

Sendo a segurança uma ação prioritária nas sociedades atuais, seria importante, no meu entender, que houvesse um ponto que referisse a atividade da Polícia Municipal – os municípios



teriam, penso eu, interesse em saber a atividade que a Polícia Municipal vem desenvolvendo, neste caso, a favor da segurança do município. Gostaria também que constasse – parece, no meu entender, que ficaria mais rica a informação escrita se constasse também um ponto relacionado com a justiça e disciplina.

Era isso. Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Sr. Deputado António Santana.

--- António Santana (Presidente J.F. Marco, PPD/PSD) ---

Sr. Presidente da Assembleia, Sra. Secretária e Sr. Secretário, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Sra. Vereadora, caros deputados, público, Marcoenses que nos ouvem através da Rádio Marcoense:

Eu venho cá hoje dizer-vos que, por vezes, vale a pena acreditar nos sonhos que temos, e vale a pena lutar por eles. E eu estou muito satisfeito e muito feliz por saber, e por ver que foi feito um acordo de desenvolvimento desportivo com a Associação Recreativa de Tuíás, e que, ao fim de tantos anos desta associação, está a ser criado um sintético que vai permitir àqueles mais de cento e trinta (130) jovens poderem competir no séc. XXI, como a maior parte dos jovens dos concelhos aqui à nossa volta podem competir, com condições dignas para a formação. Sr. Presidente, o meu muitíssimo obrigado pelo trabalho feito.

Também estou muito satisfeito, e não me importava de ver muitos semáforos nas estradas durante todo o ano, e que houvesse eleições todos os anos, porque não é só no Marco de Canaveses que tal acontece, e não é só nos municípios do PSD, ou PS, ou CDS, ou PCP, é em todo o lado, e é uma prática normal. Portanto, o que eu tenho que dizer é isto: eu estou muito satisfeito por ver os passeios na Rua do Ferroviário avançar, estou muito satisfeito pelas pavimentações que vejo nas várias artérias da freguesia, estou muito satisfeito por ver o parque infantil do Parque de Lazer nascer, e estou muito satisfeito por ver estas obras crescerem e avançarem.

Gostava de lhe dizer, e já que aqui foi falado sobre este assunto, que a Freguesia do Marco tem cento e quarenta e quatro quilómetros (144 km) para limpar, cento e quarenta e quatro quilómetros (144 km) ao nosso encargo. Quando alguém se preocupa com apenas um quilómetro, nós ficamos satisfeitos. Gostaríamos de não ter nem um metro por cumprir, gostaríamos de ter todos os metros limpos e gostaríamos de ter tudo feito. Devo dizer que nós temos feito um trabalho de limpeza em toda a freguesia, mas é bom que as pessoas também tenham esta noção, porque é real, e devem tê-la: há dois (2) períodos críticos todo o ano, maio e junho são períodos críticos, e as ervas não nascem hoje na Rua de Magães, e amanhã na Rua de Fontes; nascem todas ao mesmo tempo em todas as ruas. Portanto, nós temos que ter uma atuação que tem que correr estes cento e quarenta e quatro quilómetros (144 km), e portanto, é natural que algumas fiquem para trás e sejam tratadas um bocadinho mais tarde. Nós gostaríamos de fazer todas ao mesmo tempo, como disse, e por isso recorreremos muitas vezes a serviços externos, para além dos serviços que temos, dos nossos serviços da Junta de Freguesia, também recorreremos aos nossos trabalhadores do IEFP, e que muito nos têm ajudado, e quero desde aqui a todos mandar um abraço e dizer muito obrigado pelo trabalho que



têm feito, com as limitações que todos sabemos que eles têm, mas mesmo assim têm ajudado imenso.

Por isso, nós estamos atentos, temos recorrido a várias empresas externas, e gostamos e queremos que os nossos cidadãos se mantenham ambiciosos e que nos chamem à atenção quando as coisas não estão bem feitas para nós podermos corrigir. Não deixamos nenhuma rua para trás propositadamente; pode eventualmente acontecer, mas podem ter a certeza absoluta que iremos fazer sempre e quando estejamos e possamos fazer. Por isso, não deixamos ninguém, por discriminação, para trás, nem nenhuma rua.

Gostaria também, e porque assim também acho que é importante, permitir-me, não numa interpelação, mas sim num convite a todos: nós vamos, este fim de semana, realizar o 7.º Mercado Romano. É um momento em que celebramos a cultura da Freguesia do Marco, em que celebramos a cultura do Concelho do Marco de Canaveses. E eu, através destes microfones, gostaria de convidar todos os Marcoenses a estarem presentes, e também – por que não? – a todos os deputados, vereadores e membros desta Assembleia para também estarem presentes. Nós gostaríamos de vos ver lá neste fim de semana.

Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Deputado. Eu daria a palavra ao Sr. Presidente para responder às questões que lhe foram colocadas.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sr. Vice-presidente, Sra. Vereadora, Srs. Vereadores, Sras. e Srs. Deputados Municipais, Srs. Municípes e comunicação social.

Começando pela intervenção do Sr. Deputado, Coronel José António Valdoleiros, ficar naturalmente satisfeito pelo facto de considerar que a nossa informação está ainda mais completa do que aquilo que era habitual. Tentamos ser, tanto quanto possível, o mais informativos, que decorre daquilo que tem sido o trabalho que realizamos, em parceria, como sempre disse, não só da parte do município, da Câmara Municipal, dos seus serviços, mas com as nossas Juntas de Freguesia, com as nossas instituições e coletividades do concelho, porque é assim que entendemos a participação e o desenvolvimento do concelho no seu todo. E nesse sentido, a nossa informação tenta ser o mais completa possível. Há, de facto, agora mais alguma informação dentro daquilo que o senhor também falava, sobre a questão da contabilidade de custos; mesmo assim, consideramos que ainda podemos ir mais longe, por aquilo que, realmente, nos sugere. Vamos procurar corresponder.

Quanto à intervenção do Sr. Deputado, Dr. Mário Luís, diz que é altura de aparecer os semáforos nas ruas, por causa de estarmos próximos das eleições. Eu devo dizer que eles aparecem, nos nossos mandatos têm aparecido de uma forma regular, ao longo de todos os mandatos, e ao longo de todo o mandato, e não só nos períodos eleitorais, sejam eles locais ou nacionais. É evidente que admito que, por vezes, nós os possamos sentir um pouco mais, se calhar, nestes períodos eleitorais, mas, de facto, tem acontecido. E é bom que aconteça, porque, por vezes, chamam-nos à atenção que nem sempre as obras que estão a ser feitas na via



pública estão devidamente sinalizadas. Quando há semáforos, é um bom sinal, estão devidamente sinalizadas para que, realmente, haja cuidado na circulação que as pessoas fazem, sejam elas por via automóvel, ou até, às vezes, a pé pelas estradas.

Quanto à questão da rotunda junto ao parque infantil, depois não sei se o Vice-presidente quer dizer alguma questão sobre isso.

A Praia de Bitetos, é como o senhor disse, e já há bocadinho o tinha também afirmado, é uma praia muito, muito frequentada por muita gente, não só do Marco mas de muitos pontos da nossa região, o que é bom, sinal de que gostam dela e reconhecem que, efetivamente, o equipamento que está lá neste momento colocado, que ainda não começou a funcionar, estão à espera, realmente, de concluir a sua implementação para que ele possa começar a funcionar, mas acho que, de facto, valoriza aquele espaço, que é um ponto turístico por excelência, com milhares de pessoas nesta época balnear, durante este período das férias grandes, e que vêm de muitos pontos, como digo, do concelho e da região.

É verdade que saiu aquela placa que dizia “Bitetos – 2 Km”, mas quem a tirou não fomos nós, foi a Estradas de Portugal. Aceito a sua sugestão de que ela deve ser recolocada, ou pelo menos colocada uma sinalética a dar conta de que estamos, realmente, em direção a Bitetos, onde fica Bitetos.

Quanto à questão dos desportos náuticos, não posso estar mais de acordo, foi por isso que quando assumi estas funções, há doze (12) anos, fui eu que lancei a ideia de criarmos um Centro Náutico de Marco de Canaveses. Tendo nós um Tâmega e um Douro, dois (2) rios internacionais, para além das outras linhas de água que temos a atravessar também algumas freguesias do nosso território, e até a passar para outros concelhos, tínhamos só o Ginásio Clube de Alpendorada, que tem mais de trinta (30) anos, e que tem, de facto, essa modalidade importantíssima, que é a canoagem. Mas, acho que era possível e era desejável que houvesse mais, daí ter sido indutor, enquanto cidadão – é verdade, porque estava em funções de Presidente da Câmara, fui indutor da criação do Clube Náutico de Marco de Canaveses. Gostava que ele estivesse mais ativo, é verdade, tenho-o manifestado; de resto, a Junta de Freguesia também de Sobretâmega tem-nos chamado à atenção para isso. Mas, como nós somos respeitadores das instituições, não somos nós que intervimos nas instituições. É verdade que eu fui o indutor da sua criação, estive na sua fundação, mas nunca quis assumir qualquer responsabilidade na sua Direção; foi sempre entregue a cidadãos da nossa terra que se tornaram associados, e é bom que, realmente, assim seja. E os associados é que escolhem os seus dirigentes, e é assim que a Câmara Municipal quer que aconteça sempre e para futuro. E por isso, gostaríamos era que os dirigentes se assumissem e fizessem um bom trabalho, para tentar potenciar ao máximo os equipamentos que fomos construindo, como foi o Centro Náutico, com o restaurante por cima, e na parte de baixo a parte do clube náutico, e também tem lá o nosso Motor Clube de Marco de Canaveses, que também ficou lá esse espaço para eles, bem como aquele Centro de Formação de Canoagem da nossa Escola Secundária do Marco, ou do Agrupamento de Escolas n.º 1 de Marco de Canaveses.

E por isso, acho que devemos continuar a valorizar os desportos náuticos no Douro e no Tâmega, acho que sim, daí termos procurado apoiar também o Ginásio Clube de Alpendorada, para que eles possam continuar a prosseguir a sua atividade. Acho que podemos fazer, e temos



vindo a estudar para fazermos uma pista de canoagem exatamente a partir do Parque de Lazer de Alpendorada, temos ali um espelho de água notável, que o Clube de Ponte de Lima, dizem eles: “Tomáramos nós ter este espelho de água, que então nós ainda íamos mais longe do que temos ido. Falta-nos, realmente, esse espelho de água”, e isso é muito bom de sentir, de ver e de realmente reconhecer que assim é. Por isso, eu admito, e espero que sim, com fundos comunitários, que da nossa parte ainda estamos a tentar ver se conseguimos fazer alguma coisa ainda dentro deste mandato, em termos de preparar uma candidatura; senão, espero que a nova Câmara possa, em parceria com a Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa, apresentar uma candidatura nesse sentido. Como estamos a trabalhar para fazer também uma ligação entre Vila Boa do Bispo e Alpendorada, com a colaboração ativa da Junta de Freguesia também, para termos ali uma ciclovia, também sendo partilhada por três (3) freguesias: Vila Boa do Bispo, Bem Viver (na zona de Favões) e Alpendorada, até ao Parque de Lazer de Alpendorada. E estamos a trabalhar, neste momento, numa candidatura para esse efeito a fundos comunitários, feita no âmbito da Comunidade Intermunicipal, para os onze (11) municípios, entre os quais Marco de Canaveses.

Dar também nota, em relação à intervenção da Sra. Dra. Cristina Vieira: Dra. Cristina Vieira, eu faço sempre um esforço para evitar polémica consigo, mas a senhora gosta de me acicatar. Então, aí vai; vamos, então, falar verdade, e falar toda a verdade, porque uma meia verdade é pior que uma mentira. Como sabe, a Sra. Doutora apresentou-me uma proposta para criação da Unidade Local de Proteção Civil da Junta de Freguesia de Soalhães, que logo estava errada no seu nome, porque a Unidade Local é da freguesia, não é da Junta de Freguesia, que é o órgão autárquico, que foi aprovada na Junta e na Assembleia de Freguesia, coisa que não tem competência para tal, porque a competência, de acordo com a Lei – e a Lei é para ser respeitada em todas as circunstâncias – é da Comissão Municipal de Proteção Civil. Chamei à atenção nas reuniões que teve connosco na Câmara Municipal exatamente para essa circunstância, apresentou também todo um elenco de atribuições e competências dessa Unidade Local de Proteção Civil de Soalhães, em que era *copy / paste* de tudo aquilo que são as atribuições e competências da Proteção Civil a nível nacional – a nível nacional. Ora, não são essas as competências de uma Unidade Local de uma freguesia, nem sequer do município, nem sequer de um distrito; isso é a nível nacional. E chamei-lhe à atenção também para isso, e fui eu que procurei até, também em concertação consigo, elencar, e depois fiz chegar até à noite, na véspera da visita do Sr. Secretário de Estado, exatamente aquilo que me parecia razoável, de acordo com aquilo que são as atribuições e competências da Proteção Civil para uma Unidade de Proteção Civil Local, neste caso de Soalhães, que lhe fizemos chegar até já tarde na noite a sua casa, como a senhora bem recordará, através do meu motorista. Por quê? Porque havia a cerimónia de celebração do aniversário dos Bombeiros Voluntários de Marco de Canaveses, isto no final de janeiro, e a Sra. Doutora, aproveitando a vinda do Sr. Secretário de Estado, que veio, naturalmente, à celebração do aniversário dos bombeiros, aproveitou para o levar a Soalhães, para, exatamente, formalmente lhe apresentar a Unidade Local de Proteção Civil que ainda não tinha sido criada pela entidade competente, que se chama Comissão Municipal de Proteção Civil, e de facto, de acordo com a Lei, é o Presidente da Câmara que preside à Comissão Municipal de Proteção Civil. Disse-lhe a si que, da minha parte, não via inconveniente nenhum em que ela existisse, como pode existir também noutras freguesias, e até é bom que possa existir, e esse é o desejo e, de algum modo, a sugestão que eu deixo, para que todas as freguesias, se quiserem também criar, acho que isso é bom, articuladamente com o nosso Serviço Municipal de Proteção Civil, articuladamente com a nossa Comissão Municipal de



Proteção Civil, com a nossa Comissão de Defesa da Floresta Contra Incêndios, é bom que possamos ter até mais do que uma Unidade Local de Proteção Civil a nível das freguesias. Acontece, como sabe a Sra. Doutora – e sabe bem, mas para que também quem a escutou também me possa escutar a mim, para que fique toda a verdade, e não apenas meia verdade – a verdade é que nós fizemos, realmente... a Sra. Doutora entendeu que o Sr. Secretário de Estado lá havia de ir. Para quê? Para dar a conhecer *urbi et orbi*, pelo menos à Freguesia de Soalhães, que, efetivamente, já tinham a Unidade Local de Proteção Civil. E qual a surpresa, no final da pequena cerimónia que houve no Centro Paroquial, a Sra. Doutora até pediu ao Sr. Secretário de Estado para distribuir os coletes, e quando se abriram os coletes, estava lá escrito “Unidade Local de Proteção Civil da Junta de Freguesia de Soalhães”. E eu disse: “Minha senhora, já lhe tinha chamado à atenção que não pode ser da Junta de Freguesia de Soalhães; tem que ser de Soalhães”, que é a freguesia enquanto território, e não enquanto órgão autárquico. Pronto, e a Sra. Doutora: “Realmente, pensava que já tinha...”, a senhora até interpelou o Sr. Tesoureiro para saber por que é que ainda estava assim, e que iam corrigir. E por isso, a Sra. Doutora é que disse que se fez um número político, não fui eu, mas a Sra. Doutora diz que se fez um número político. Eu aqui não falei em nenhum número político, mas, de facto, foi aquilo que aconteceu. Foi aquilo que aconteceu: a senhora quis aproveitar a vinda do Secretário de Estado, aproveitou a boleia do aniversário dos bombeiros para o levar a Soalhães, para fazer o anúncio de uma coisa que não existia, porque ainda não existia, de facto, de acordo com a Lei. Só mais tarde é que a Comissão Municipal de Proteção Civil, correspondendo à vontade da Freguesia de Soalhães, e da sua Junta de Freguesia e Assembleia de Freguesia, então decidiu formalmente criá-la. E criou-a, e comuniquei oficialmente à Junta de Freguesia, de acordo com as atribuições e competências que foram concertadas. Penso que isso é a verdade dos factos, e julgo que não vale a pena criarmos acrimónia, até porque estamos, como digo – a não ser que estejamos a exercitar os motores, a aquecer os motores para a campanha eleitoral, mas eu acho que não é aqui, hoje, na Assembleia Municipal. Teremos tempo, e isso já está a acontecer no terreno, e como tal, não precisa de aproveitar aqui o plano da Assembleia Municipal para o efeito. Chegaremos a seu tempo, e lá estaremos todos, com certeza, no tempo próprio. No tempo próprio. Acho que ainda não abriu oficialmente a campanha eleitoral.

Por isso, dar nota também, quanto à questão da solicitação da máquina, com certeza que iremos procurar corresponder, como é sempre nossa disponibilidade tentar corresponder àquilo que são as solicitações das Juntas, sendo certo, como sabe, que os nossos Sapadores Florestais também têm andado a limpar, etc., etc., o nosso Serviço Municipal de Proteção Civil tenta colaborar também em tudo o que é necessário, temos a Brigada de Proteção Civil da Câmara Municipal, que estão disponíveis também sempre que é necessário, e então nesta época, para qualquer ocorrência de dia ou de noite, etc., e são os nossos colaboradores da Câmara Municipal que procuram também sempre ajudar.

Sra. Deputada, Dra. Patrícia Vieira, quando é que é inaugurado o Centro de Bem Estar Animal? Já disse que era no mês de julho, assim espero que tudo esteja pronto, articuladamente com a Animarco, também com o nosso Veterinário Municipal, para que o Centro de Recolha Oficial e a parte daquilo que é o Centro de Bem Estar Animal possa começar – não tenho ainda o dia, mas será durante o mês de julho, como é nosso desejo, porque depende primeiro da aprovação hoje aqui do regulamento sobre o CRO, para que, realmente, possamos ter as condições para, efetivamente, começar a pensar na sua abertura.



Ora bem, o saldo de gerência foi grande, é verdade, e vai ser grande, se calhar, também para o próximo ano, pela razão muito simples: há um conjunto de obras que estavam, exatamente, já identificadas para se realizar, mas não tiveram oportunidade ainda de serem feitas, ou algumas delas até são candidaturas a fundos comunitários, e como tal, transitam de um ano para o outro ano. E como tal, temos que tê-las devidamente orçamentadas. É por isso que isso vai acontecer. Por exemplo, eu neste momento quero lançar a obra do Centro Cultural de Marco de Canaveses, gostava de a poder realizar no meu tempo, porque custou tanto, sofri tanto, porque realmente herdei um edifício de dois milhões e cem mil euros (2.100.000€), só com a fachada pronta, tivemos que o pagar, e não era essa a nossa opção, mas na altura tivemos que o fazer, então agora gostava de o concluir, porque fizemos uma candidatura a fundos comunitários, de um milhão e trezentos mil euros (1.300.000€), vamos ter comparticipação de oitenta e cinco por cento (85%), a Câmara vai pôr quinze por cento (15%), e estamos, naturalmente, a ultimar o projeto para o podermos lançar – não sei até se a obra começará ainda no meu mandato, mas vai ficar pronta durante o ano de 2018, para termos ali a sala de espetáculos – que gostava que fosse maior, para trezentos (300) lugares, e vão ser duzentos e vinte (220) – termos a nossa Biblioteca Municipal BM2, uma Biblioteca Municipal moderna, do séc. XXI, para o Marco de Canaveses, que merece, um concelho médio de Portugal, com cinquenta e quatro mil (54.000) habitantes, e termos o Espaço Arte que tem tido um sucesso, que criámos há doze (12) anos, com tantas exposições individuais e coletivas dos nossos concidadãos e de cidadãos da região e do país, e até de fora de Portugal, que têm vindo ali fazer as suas exposições. Passará a estar no Centro Cultural de Marco de Canaveses, no antigo Edifício da Alameda.

Não posso estar mais de acordo com aquilo que disse, é responsabilidade de todos nós, e às vezes as pessoas não têm essa consciência. Há poucos anos, ainda havia Presidentes de Câmara a perguntar: “Onde é que está a Proteção Civil?”, quando havia muitos incêndios. Ou seja, eles andavam à procura deles próprios, porque o Presidente de Câmara é o primeiro responsável da Proteção Civil. E perguntavam *urbi et orbi* pelas televisões: “Onde anda a Proteção Civil?” Ou seja, eles andavam perdidos e não sabiam encontrar-se. E a verdade é esta: é que, realmente, os cidadãos também são agentes da Proteção Civil; somos nós, com a nossa atitude, que devemos procurar ter comportamentos diferentes, de prevenção, etc. E como tal, a primeira coisa é limpar os terrenos, os nossos terrenos em volta das casas, cinquenta metros (50 m), e tentar também em relação às povoações, e a Câmara Municipal colabora também naquilo que é a parte pública.

Sr. Deputado Olímpio Almeida, Polícia Municipal, também haver aqui alguma informação: aceito a sua sugestão. Justiça e disciplina, não percebi muito bem qual é o sentido da justiça e disciplina. Está bem, mas como sabe, isso também depende de todos nós, cidadãos, da nossa cidadania, do nosso comportamento ético, etc., etc., dos cidadãos.

Sr. Presidente da Junta do Marco, António Santana, muito obrigado pelas palavras que nos dirigiu. Como sabe – e também o reconheço em relação à sua pessoa e à sua Junta de Freguesia, que era um grande objetivo, a colocação do sintético nas instalações da Associação Recreativa de Tuíás, estamos a fazê-lo com todo o prazer, como estamos a fazê-lo com todo o prazer nos demais campos do nosso concelho. Acho que vai ganhar, acima de tudo, o desporto, a cultura desportiva que Marco de Canaveses também deve ter, e Portugal, e infelizmente ainda não tem, fazer formação desportiva, e formação desportiva para que depois tenhamos bons



atletas nas equipas principais, para nos dar a alegria da disputa desses campeonatos a nível da nossa Associação de Futebol do Porto, e por que não, também subir esse patamar do desporto nacional – por que não? É isso que desejamos, e para isso temos que fazer. Daí termos criado as Escolas Municipais de Desporto, termos posto a educação física e desportiva, a par do inglês e educação musical, nas Escolas do 1.º ciclo, desde há doze (12) anos, tudo isto faz parte de criarmos, exatamente, uma nova atitude, de criarmos, ao fim e ao cabo, crianças e jovens com hábitos de cultura física e desportiva, e isso é muito bom.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Sr. Presidente, agradecia que concluísse.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Quanto à limpeza das estradas, já falou, e para de algum modo dar alguma informação sobre aquilo.

E o Mercado Romano, tivemos o gosto ainda hoje de promovê-lo na RTP1. Acho que foi bom, acho que é um grande evento que faz parte já do cartaz cultural e turístico da Freguesia do Marco e do Município de Marco de Canaveses. Isso é bom, porque traz muita gente, e eu estou convencido de que mais uma vez, este ano, o panteão dos deuses vai ser mais um fim de semana em cheio para a nossa terra.

Já agora, Sr. Presidente, se me permite só dar aqui mais uma informação, que há bocadinho me esqueci, mas que é importante: tivemos o gosto de inaugurar, na semana passada, cinco (5) Espaços do Cidadão, finalmente, uma luta de mais de um ano para termos os Espaços do Cidadão nos Paços do Concelho, na Câmara Municipal, outro na Junta de Freguesia de Vila Boa de Quires e Maureles, outro na Junta de Freguesia de Soalhães, outro na Junta de Freguesia de Bem Viver, e também na Junta de Freguesia de Alpendorada, Várzea e Torrão, onde o nosso Gabinete do Município, desde dezembro de 2006, passou agora a Espaço do Cidadão, com muitas competências, uma panóplia de competências da Administração Central, com vários serviços municipais, que eu espero e desejo que possamos ainda alargá-los cada vez mais, e que a nova Câmara possa pôr mais atribuições e competências, mais serviços municipais nos quatro (4) Espaços do Cidadão descentralizados. E espero que o Espaço do Cidadão que está nos Paços do Concelho possa evoluir para uma verdadeira Loja do Cidadão na cidade de Marco de Canaveses. Lutei muito para que isso acontecesse, mas também não é justo que a Administração Central, que a AMA – Agência para a Modernização Administrativa queira que seja a Câmara Municipal a investir tudo, a arranjar o espaço e a investir tudo. São centenas de milhares de euros. Espero, e por isso temos feito uma sensibilização do Governo, do atual Governo, com a Associação Nacional de Municípios, para que, realmente, eles passem também a partilhar connosco essa corresponsabilidade do investimento, porque acho que era importante. E eu espero que a Cidade do Marco – gostava de o poder deixar, mas não é possível; ficaram os Espaços do Cidadão, e também aqui nos Paços do Concelho.

O parque infantil no Parque de Lazer da Cidade foi importante, e também o pavilhão de Vila Boa de Quires vai passar, como vão começar as obras dentro de dias, para que o Pavilhão Bernardino Coutinho, que está sobrelotado, com a nossa Academia de Patinagem, com o nosso Hóquei Clube do Marco, passem a ter também ali a poucos quilómetros da cidade, dez (10)



minutos da cidade, passem a ter lá um espaço para poder dinamizar, alargar a sua atividade na patinagem artística, e também do Hóquei Clube do Marco.

Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Dava a palavra à Sra. Dra. Cristina Vieira, para um pedido de esclarecimento.

--- Cristina Vieira (Presidente J.F. Soalhães, PS) ---

Sr. Presidente, eu só peço para intervir depois de o Sr. Presidente da Câmara ter utilizado a expressão de que vinha cá dizer a verdade dos factos, e dizendo isso, deu a entender que a pessoa que esteve cá antes, a falar antes dele, não teria dito a verdade dos factos, e por isso é que pedi para intervir.

Sr. Presidente da Câmara, eu desconhecia esta sua capacidade extraordinária de contar histórias. O Sr. Presidente da Câmara sabe perfeitamente que a Unidade Local de Proteção Civil foi criada mediante as condições que disse, e é verdade, antes de ter vindo ao órgão competente para ser aprovada, com o seu conhecimento, tivemos uma reunião na Câmara onde foram discutidas as competências, mas eu não vou contar essa história porque não vale a pena estar a maçar as pessoas com isso. O que eu lhe queria dizer é o seguinte, Sr. Presidente: a Junta de Freguesia pediu a colaboração, na altura, à única Unidade Local de Proteção Civil existente no distrito, que é a do Concelho de Gondomar, e o Sr. Presidente detetou, de facto, que haviam alguns erros no regulamento existente dessa Unidade Local, e fez algumas observações, como aqui o disse, e até fez chegar essas competências, contou a história muito bem, antes da vinda do Sr. Secretário de Estado. O que é lamentável, Sr. Presidente, é que se esteja aqui a tentar menorizar – que é isso que o Sr. Presidente está a fazer – um projeto, que eu acho que é um projeto que devia ser, no fundo, aproveitado por outras freguesias, e até como há bocado dizia, e bem, replicado a outras freguesias, e parece-me que também é essa a sua postura e é essa a sua opinião, este é um assunto tão importante, é um grupo de voluntários, o propósito é tão nobre, é tão atual, e aquilo que o Sr. Presidente vem aqui dizer é que não se fala verdade, e faz este floreado à volta de uma coisa que eu acho que era desnecessária, Sr. Presidente. O que está aqui em causa é que existe uma Unidade Local de Proteção Civil, que tem competências definidas, e que lhe pediu a colaboração, e que o senhor, até agora, ainda não respondeu. Esta era a questão central. A criação da Unidade Local, os trâmites, a forma como cá chegámos, acho que não é o propósito de hoje. O senhor já teve a oportunidade de falar nisso noutras alturas, já trocámos aquilo que o senhor diz dessas opiniões, essas histórias, o senhor já as contou cá noutras circunstâncias, eu já repliquei. O que está aqui hoje em causa, Sr. Presidente, é um tema muito atual, e parece-me até uma falta de respeito pelos membros que incluem a Unidade Local de Proteção Civil, porque são os membros da Assembleia de Freguesia, são um conjunto de voluntários que estão disponíveis para trabalhar em prol da defesa das populações e da floresta, e o Sr. Presidente da Câmara não tem dado a importância que nós achamos que devíamos dar.

É só. Muito obrigada.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado. Dava a palavra ao Sr. Presidente, para depois fecharmos este assunto.



--- Presidente da Câmara Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Srs. Deputados Municipais e Srs. Municípes.

Muito brevemente, para dizer o seguinte: não há falta de respeito para com ninguém, nem para com todos os cidadãos da Freguesia de Soalhães, que muito respeito, nem para com os membros da Assembleia; o que houve foi, se calhar, uma falta de respeito para com os membros da Assembleia de Freguesia ao propor-lhes algo que eles não tinham competência para apreciar e decidir. Foi um regulamento que, efetivamente, tinha, que era o decalcar das atribuições e competências daquilo que é a Proteção Civil a nível nacional. Isso é que é uma falta de respeito para com o órgão autárquico máximo da Freguesia de Soalhães, Assembleia de Freguesia. E a Sra. Presidente pediu-me uma audiência e mandou-me essa decisão tomada pela Assembleia de Freguesia, que eu lhe chamei à atenção que não era possível, porque a competência era de outro órgão, Comissão Municipal de Proteção Civil, e por isso, na altura própria, levei. Mas, como a senhora sabe, e foi isso que eu aqui disse, é que quis levar o Sr. Secretário de Estado para apresentar algo que ainda não existia, de júri e de facto – de júri, e de facto – porque a Comissão Municipal de Proteção Civil ainda não tinha decidido. Apesar de tudo, não me opus, ou melhor, eu próprio estive presente, por uma questão de respeito e de cortesia para com o membro do Governo, Secretário de Estado da Administração Interna que tem a Proteção Civil, e estive lá, naturalmente, presente. Mas, chamei à atenção, e até troquei algumas impressões com o Sr. Secretário de Estado sobre a matéria, e ele naturalmente que sabia, e até me disse mais: neste pacote da descentralização que o Governo está a querer, realmente, debater na Assembleia da República e com a Associação Nacional de Municípios e Freguesias, nós queremos até procurar alargar aquilo que é considerado, ou que se pode criar, as Unidades Locais de Proteção Civil a nível das freguesias, tentando fixar, de facto, quais devem ser as suas competências, coisa que não está neste momento clara, e nós tentamos concertar essas competências. Foi isso que se passou e nada mais.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Com a vossa anuência, se me permitissem, nós íamos fazer aqui um intervalo de quinze (15) minutos. Acho que era importante, porque está muito calor aqui na sala, e portanto, saíamos quinze (15) minutos. Obrigado a todos.

(Interrupção dos trabalhos)

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Srs. Deputados, vamos, então, dar início, ou continuar a sessão. E passaríamos ao **Ponto n.º 3.2**, Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, para aprovação da desafetação de uma parcela de terreno com a área de 1.488 m², sita na Freguesia de Bem Viver, Concelho do Marco de Canaveses.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Sr. Presidente, o Sr. Vereador, Dr. Vítor Gonçalo, se fosse possível.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---



Daria a palavra, então, ao Sr. Vereador.

--- Vítor Gonçalo (Vereador) ---

Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Presidente da Câmara, colegas vereadores, caros membros da Assembleia, comunicação social, Marcoenses que nos seguem através da Rádio Marcoense:

Dizer apenas que esta desafetação surge no âmbito do trabalho que temos vindo a desenvolver na regularização do património municipal. Trata-se de um jardim de infância que se encontra construído, ou edificado, numa parcela de terreno de cedência ao domínio público no âmbito do loteamento, foi já construído há vários anos. Como sabem, o domínio público municipal não pode ser registado diretamente do domínio privado, carece previamente do procedimento de desafetação do domínio público, digamos, da raiz do terreno, para ser de seguida integrado no domínio privado do município, e consequentemente podermos registar o próprio edifício. Portanto, é apenas essa situação. Situa-se em Bem Viver, antiga Freguesia de Favões.

É essa a proposta que se apresenta a esta Assembleia. Portanto, já decorreu o prazo ou o período de consulta pública, agora apenas cabe a esta Assembleia aprovar, ou não, essa desafetação e integração no domínio público municipal.

Era só.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Os Srs. Deputados que desejarem intervir sobre este assunto. Dava a palavra, então – penso que é o único – ao Dr. Rolando Pimenta.

--- Rolando Pimenta (PS) ---

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Prescindindo das saudações habituais, era apenas uma chamada de atenção: salvo melhor entendimento, creio que no edital se deveria referir que é uma desafetação do domínio público municipal para o domínio privado municipal. Apenas fala em desafetação, e não se precisa o contexto desta proposta.

Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Dava, então, a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, para dar um esclarecimento.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Não, o edital diz exatamente o seguinte: *“Deliberou aprovar a proposta da Câmara relativa a uma parcela de terreno da área de mil, quatrocentos e oitenta e oito metros quadrados (1.488 m²) com o Artigo Matricial Urbano 2830, na Freguesia de Bem Viver, deste concelho, a desafetar do domínio público municipal para o domínio privado municipal, e que se destina a Escola Pré-primária no Lugar do Passadiço, na referida Freguesia de Bem Viver.”* Peço desculpa, na convocatória. Mas, no edital tinha.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---



Muito obrigado.

Penso que a explicação já foi dada, iríamos pôr à votação. Quem vota contra? Quem se abstém? Foi aprovado por unanimidade.

Passaríamos agora ao **Ponto n.º 3.3**, Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara, para aprovação da 2.ª Revisão das Grandes Opções do Plano e Orçamento Municipal para o Ano Económico 2017.

Eu daria a palavra.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Se me permite, só iniciar, e passo de imediato ao Sr. Vereador, Dr. Vítor Gonçalves.

Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Srs. Deputados Municipais e Srs. Múncipes:

Muito brevemente, esta revisão orçamental decorre essencialmente do facto, exatamente, de termos posto cobro ao nosso contrato de reequilíbrio financeiro, de termos feito esta substituição da dívida. E por isso, vamos procurar aproveitar o encaixe financeiro da redução do serviço da dívida, dos tais duzentos e sessenta mil (260.000€) para cento e vinte mil (120.000€), neste momento, agora proximamente, até ao final do ano, para que possamos assim reforçar algumas rubricas, particularmente aquelas que são de investimento, em relação a um conjunto de obras que queremos ainda fazer durante este mandato, particularmente no que diz respeito a pavimentações e alguns apoios financeiros também a obras que as freguesias querem realizar, etc., etc., e coletividades. E é nesse sentido que estamos a fazê-la.

Mas, entretanto, o Sr. Vereador, Dr. Vítor Gonçalves, fará mais algum esclarecimento complementar, se o Sr. Presidente assim permitir.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Dava a palavra, então, ao Sr. Vereador, Dr. Vítor Gonçalves.

--- Vítor Gonçalves (Vereador) ---

Indo, então, direto à questão, e em complemento àquilo que refere o Sr. Presidente, dizer que, de facto, do processo de reestruturação da dívida houve necessidade de criar uma nova rubrica em particular, que tem a ver com o Banco BPI, entidade com a qual não tínhamos qualquer serviço da dívida. Dizer que do ponto de vista do total do Orçamento, não há qualquer alteração, o Orçamento mantém-se, porque, como sabem, este procedimento tratou-se de uma substituição da dívida, portanto, até ao cêntimo, foi cêntimo por cêntimo, digamos assim, não há qualquer adição de valor. Houve, então, necessidade de criar essa rubrica em particular. Aproveitámos a oportunidade para proceder a algumas alterações, digamos, do ponto de vista permutativo entre rubricas, que estando a meio do ano, nos pareceu mais adequado.

Penso que o documento é suficientemente esclarecedor quanto a esses movimentos, reforços e diminuições que acontecem nas várias rubricas. Se houver qualquer questão em concreto, estou disponível para poder esclarecer.



Era só.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Os Srs. Deputados que desejarem intervir sobre este assunto. Não havendo ninguém para intervir, iríamos pôr à votação. Quem vota contra? Quem se abstém? Portanto, foi aprovado por unanimidade.

Passaríamos, então, ao **Ponto n.º 3.4**, Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara, para aprovação do Projeto de Regulamento Municipal do Programa de Incentivos ao Voluntariado nos Bombeiros.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sr. Vice-presidente da Câmara, Sra. Vereadora, Srs. Vereadores, Srs. Deputados e Deputadas Municipais, Srs. Municípes:

Em primeiro lugar, dizer que somos desde sempre uma Câmara Municipal que procura valorizar aquilo que é o pilar fundamental da Proteção Civil em Portugal e no Marco de Canaveses, que são os Bombeiros de Portugal, e os Bombeiros de Marco de Canaveses em particular. E nesse sentido, temos ao longo destes doze (12) anos feito todo o apoio possível aos nossos bombeiros – no total, damos em média mais de cem mil euros (100.000€) para que os bombeiros possam cumprir a sua nobre missão de defesa da vida, proteção de pessoas e bens, públicos e privados, e como sempre, estão disponíveis e operacionais ao longo de todo o ano e de todos os dias do ano.

E nesse sentido, considerámos que devemos ainda fazer mais alguma coisa para que aquilo que é o trabalho que eles realizam no Concelho de Marco de Canaveses, que tem a ver com o socorro e com a Proteção Civil, que assenta essencialmente no voluntariado dos nossos cidadãos que abraçam esta causa dos bombeiros, na Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Marco de Canaveses, e onde desempenham funções nos seus diferentes quadros, mais de cento e sessenta e quatro (164) homens e mulheres do nosso município. Por isso, neste sentido, o Município de Marco de Canaveses propõe, a partir de agora, com esta proposta que levámos à Câmara, que entretanto esteve em discussão pública trinta (30) dias úteis, que entretanto teve alguns contributos, designadamente dos próprios bombeiros, e que agora voltámos a levar à última Reunião de Câmara, que a aprovou para ser presente à apreciação e votação da Assembleia Municipal. E propõe um conjunto de medidas de apoio ao voluntariado do corpo de bombeiros do concelho, designadamente de incentivos ao voluntariado dos bombeiros, e que visa o reconhecimento do papel dos Bombeiros Voluntários de Marco de Canaveses no socorro às populações do concelho, um incentivo ao voluntariado nos bombeiros e um apoio a estes e às suas famílias em tempos de dificuldades. E com estas medidas de apoio social, espera o Município de Marco de Canaveses não só reconhecer o trabalho dos nossos bombeiros, como incentivá-los à sua permanência nos quadros da nossa corporação, e à adesão – que é esse também o objetivo – de novos homens e mulheres, e em especial jovens, para esta nobre causa social que é servir os Bombeiros de Marco de Canaveses.

Nesse sentido, neste regulamento, no seu art.º 2.º, “Objeto”, estabelece os critérios de atribuição de apoios sociais extraordinários aos Bombeiros da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Marco de Canaveses, e que se traduzirão na redução no valor da fatura dos



serviços de ambiente, na comparticipação na aquisição do serviço de transporte urbano e no acesso a serviços culturais, na isenção de taxas e licenças municipais, na atribuição de apoios à área da educação e do desporto. Beneficiam destas medidas de apoio social os elementos pertencentes ao Corpo de Bombeiros Voluntários do concelho, homologados pela Autoridade Nacional de Proteção Civil e constantes da relação enviada anualmente, homologada pelo Comandante e pela Direção da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Marco de Canaveses até ao dia 31 de janeiro de cada ano, e constantes dos seguintes contingentes: Quadro de Comando, Quadro Ativo, Quadro de Honra, Infantes e Cadetes.

Benefícios que estão previstos também aqui neste regulamento, no art.º 4.º: os benefícios que nós aqui propomos são os seguintes: beneficiar de seguro de acidentes pessoais, celebrado e pago pela Câmara Municipal de Marco de Canaveses para casos previstos no n.º 2; redução de cinquenta por cento (50%) das tarifas de resíduos para consumidores domésticos; comparticipação de cinquenta por cento (50%) na aquisição do passe mensal de serviço de transporte urbano (UrbMarco); isenção de pagamento das taxas municipais das licenças de construção, ampliação e modificação da casa de habitação própria e permanente; atribuição de uma bolsa de estudo de cinquenta euros (50€) por mês aos filhos dos bombeiros falecidos em serviço ou com doença contraída no desempenho de funções, durante a sua escolaridade obrigatória, que tenham aproveitamento no ano letivo anterior; apoio de quinze euros (15€) por ano em material escolar por descendentes diretos durante a frequência da escolaridade obrigatória, em complemento a outros eventuais apoios; redução de cinquenta por cento (50%) no valor da inscrição para os descendentes diretos de bombeiros, até ao total de vinte (20) vagas, nas Férias Desportivas; redução de cinquenta por cento (50%) sobre as mensalidades das classes para os bombeiros e familiares diretos, e entrada livre nos horários pré-estabelecidos nas atividades aquáticas das Piscinas Municipais do Marco de Canaveses e de Alpendorada; cedência de equipamentos municipais para o desenvolvimento de atividades de relevante interesse municipal. Os bombeiros têm ainda direito ao seguro previsto na alínea a) do número anterior, nas situações de riscos cobertos e valores de seguro, morte ou invalidez permanente, despesas de tratamento, repatriamento e transporte em incapacidade temporária, absoluta e em caso de internamento hospitalar, sendo atualizado ordinariamente e automaticamente todos os anos.

A duração dos benefícios, que está prevista no art.º 6.º: os benefícios serão concedidos por um período de um ano a contar da data do deferimento da pretensão, e apenas enquanto se verificarem. Os beneficiários ficam obrigados a comunicar ao Município de Marco de Canaveses quaisquer alterações às condições que conduziram à atribuição do benefício. No fim do prazo constante no n.º 1, o benefício concedido será renovável mediante a apresentação de novo pedido.

É isto, em síntese, um conjunto de incentivos para que haja, por isso, maior motivação para os Bombeiros de Marco de Canaveses continuarem ao serviço da nossa terra e da região, porque eles muitas vezes também vão fora, a outros concelhos da região, e até fora da região, pelo país fora, quando há necessidade de irem corresponder a tantas catástrofes ou calamidades mais graves – como foi o caso agora desta tragédia na zona centro do país, a partir de Pedrógão Grande – e também muitos outros vêm à nossa terra. E por isso, temos necessidade de os motivar, não só aqueles que fazem parte já do quadro ativo de bombeiros, como também aqueles que nós queremos que venham a integrar esse quadro ativo, a começar pelos jovens,



porque acho que é uma atividade muito nobre para o exercício da cidadania e do voluntariado, e esta é uma forma também de os motivar a integrar-se nos Bombeiros Voluntários de Marco de Canaveses.

Era só, Sr. Presidente.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Os Srs. Deputados que desejarem intervir sobre este assunto. Dava, então, a palavra ao Sr. Coronel José António Valdoleiros. E depois, a seguir, inscreveu-se também o António Santana.

--- José António Valdoleiros (PS) ---

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, dispensando os restantes cumprimentos, eu queria, ao analisar este regulamento, manifestar a minha grande satisfação por verificar que os bombeiros são queridos neste concelho, e verificar também a atenção e o carinho que esta Câmara Municipal tem tido para com os nossos bombeiros e a nossa associação. Para quem não sabe, eu devo dizer que estou aqui na qualidade também – e penso que não há nenhum conflito ético daquilo que eu vou dizer, sendo Presidente da Assembleia Geral dos Bombeiros, também é um assunto que me toca e, efetivamente, me deixa satisfeito ao verificar que este projeto, este regulamento vai trazer-nos grandes benefícios, nomeadamente na área do recrutamento dos bombeiros. O voluntariado está a passar por momentos difíceis, e nós sentimos alguma dificuldade no recrutamento de jovens que queiram abraçar esta nobre causa, que é a de ser bombeiro voluntário. Por isso, Sr. Presidente, acho que esta atitude tomada pela Câmara, esta modalidade, este regulamento vai deixar-nos muito satisfeitos, e os bombeiros com certeza que agradecem.

De qualquer maneira, também gostaria de dizer, em abono da verdade, que há cerca de dois (2) anos atrás, o Sr. Vereador de então, Sr. Eng.º Agostinho de Sousa Pinto, numa Reunião de Câmara levantou precisamente esta temática, falou na possibilidade de se criar um regulamento para apoiar os bombeiros. É um assunto que já foi lembrado também, mas em boa hora, a Câmara, e muito bem, como disse, fez este regulamento que nos deixa muito satisfeitos. Eu aproveito para agradecer também, em nome dos bombeiros, acho que já o fizemos também, o Sr. Presidente da Direção já o fez também na sessão pública em que se comemorou o Dia do Bombeiro Municipal, que também esta Câmara implementou, e muito bem. Acho que tudo não é demais para que nós tomemos em consideração o bom trabalho que os nossos Bombeiros Voluntários fazem em prol dos Marcoenses e da população em geral do país.

Era isto que eu queria dizer. Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Sr. Deputado António Santana.

--- António Santana (Presidente J.F. Marco, PPD/PSD) ---

Dispensando os habituais cumprimentos, não podia deixar de vir aqui dizer que depois de ouvir, no passado domingo, que foi Dia Municipal do Bombeiro, em que o Presidente da Direção dos Bombeiros dizia que ainda ia ver os bombeiros tornarem-se todos profissionais, e que ele ainda iria ver isto, eu espero bem que não, e espero que, sinceramente, com esta iniciativa da Câmara Municipal, que demonstra a sensibilidade social e demonstra também a sensibilidade que tem



para com os nossos bombeiros e para com estas coletividades, tal não venha a acontecer, e que seja este um fator de atração de mais jovens, e de mais pessoas, e mais cidadãos Marcoenses para os nossos bombeiros. Eu não posso deixar de dizer aqui, e em bom som, muito obrigado aos nossos bombeiros, e muito obrigado àqueles que tomam iniciativas que sejam capazes de atrair mais gente para trabalhar em regime voluntário, a favor das populações. Os meus parabéns ao Executivo da Câmara Municipal por esta iniciativa, e sinceramente, espero que tenha reflexos positivos, porque creio que isso é muito, mas mesmo muito importante.

Era o que eu tinha para dizer.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Dava a palavra ao Executivo, caso se queira pronunciar.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Sr. Presidente, da nossa parte, só congratularmo-nos com aquilo que acabaram de afirmar, porque é justo, e acho que tudo aquilo que pudermos continuar a fazer na valorização daqueles que servem tão bem a nossa terra, e que defendem a vida humana e protegem os nossos bens públicos e privados, acho que não é demais. E por isso é com muito gosto que a Câmara Municipal tomou esta iniciativa, para além daquilo que já disseram também, que foi consagrar o Dia Municipal dos Bombeiros como uma forma de podermos continuar a chamar à atenção da nossa consciência pessoal e coletiva, de que eles são necessários sempre; e se são sempre, nós temos também que lhes retribuir com o nosso apoio ao longo do ano. E é nesse sentido que a Câmara Municipal quer também dar mais este contributo.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Irámos pôr, então, à votação. Quem vota contra? Quem se abstém? Portanto, foi aprovado por unanimidade.

Passaríamos agora ao **Ponto n.º 3.5**, Apreciação e deliberação do projeto de Regulamento do Fundo de Emergência Social do Município do Marco de Canaveses.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Sr. Presidente, queria que fosse a Sra. Vereadora, Dra. Gorete Monteiro, a usar da palavra sobre este ponto.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Daria, então, a palavra à Sra. Vereadora.

--- Gorete Monteiro (Vereadora) ---

Mais uma vez, boa noite a todos. Sr. Presidente da Assembleia, colegas de Mesa, Sr. Presidente da Câmara, colegas vereadores, caros deputados, comunicação social e público:

O Fundo de Emergência Social destina-se a definir regras de atribuição de medidas de apoio social excecional e temporário a pessoas com vulnerabilidade social, e como é óbvio, sempre em articulação com as instituições locais. Este fundo tem como objetivo único e fundamental a definição das regras e critérios para a prestação de apoio financeiro de caráter urgente e inadiável. Os apoios a conceder serão de natureza económica e prestação de serviços, tendo



como objetivo minorar ou suprir a situação de vulnerabilidade, prevenir o agravamento da situação de risco social em que se encontram, e acima de tudo promover a sua inclusão.

Depois, o regulamento, ao longo dos seus vários artigos, indica quais são os beneficiários dos apoios, nomeadamente serem residentes no concelho, encontrar-se numa situação económico-social de emergência, não serem devedores de quaisquer quantias ao município, salvo se as mesmas se encontrem em situação de resolução, não podem beneficiar de um apoio previsto neste regulamento que tendo beneficiado anteriormente, por exemplo, do RSI – Rendimento Social de Inserção, não tendo cumprido o Plano de Inserção por motivos comprovadamente imputáveis ao próprio, entre outros.

Temos depois também as tipologias de apoio, e os apoios económicos consistem na atribuição de subsídios que podem abranger não só as despesas, o apoio nas despesas com a saúde, as isenções e/ou as reduções de taxas serão concedidas nas condições previstas também no Código Regulamentar do Município, e outras despesas nos domínios e em situações excecionais e devidamente caracterizadas pelo Gabinete Municipal de Ação Social. A prestação de serviços prevê a realização de projetos e acompanhamento técnico pelos serviços competentes da Câmara Municipal, de obras de beneficiação, reconstrução, recuperação ou conservação, elaborados com respeito por todas as normas em vigor da edificação.

Temos depois a indicação do fundo permanente constante deste regulamento, quais são as condições gerais de acesso, todo o procedimento que é necessário ser feito sempre pelas famílias, em articulação com o nosso Gabinete Municipal de Ação Social, as formas de cálculo que estão também devidamente identificadas, e todas as despesas que entram para o cálculo da situação do agregado familiar ou da pessoa em questão.

Tem também depois, no art.º 8.º, o processo de candidatura, de que forma é que é formalizada a candidatura, os documentos que são necessários para o efeito, bem como os prazos para análise e para informação da pessoa do agregado familiar. Há também uma indicação, como não poderia deixar de ser, no art.º 9.º, da proteção de dados, dos dados que são fornecidos; como é que se desenrola todo o processo de apreciação e de decisão da atribuição; é feito depois também um relatório social com identificação da família e do agregado, é feita a avaliação da condição socioeconómica, também está descrito no regulamento como é feito esse cálculo, o que é que entra e de que forma é que é feito; a exclusão de pedidos – e no caso aqui, serão excluídos da análise os pedidos em que a avaliação socioeconómica do agregado familiar não corresponda aos rendimentos declarados e utilizem qualquer metodologia fraudulenta com vista à obtenção dos benefícios.

Também tem aqui o art.º 14.º relativamente às falsas declarações. Depois, os prazos para a comunicação da decisão, a cessação do apoio financeiro – portanto, uma série de regras, digamos assim, que o agregado ou a pessoa tem que cumprir para que não lhe seja retirado o benefício que está a ser colocado. Depois, a sua periodicidade, tem aqui dito, ou seja, há um valor máximo de atribuição por ano, em que não pode ser ultrapassado, salvo se, de facto, surgirem situações devidamente fundamentadas. Aqui só dando uma situação, vamos imaginar que é uma família que já está apoiada; entretanto há uma calamidade, como houve agora estes incêndios – como é óbvio, são situações excecionais e que deverão ser devidamente contempladas.



E, no fundo, é isso. Portanto, o regulamento também lhes foi fornecido, não vou estar aqui exaustivamente a lê-lo porque o fizeram, com toda a certeza. E portanto, coloco à vossa consideração este importante regulamento para todos nós e para as nossas famílias carenciadas.

Muito obrigada.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Antes de perguntar aos Srs. Deputados que queiram intervir, eu penso que há um carro lá fora, que é um Peugeot de 2008, branco, que está a estorvar uma entrada de uma garagem.

Eu daria, então, a palavra aos Srs. Deputados que desejarem intervir sobre este assunto. Não havendo ninguém para intervir, iríamos pôr, então, o assunto à votação. Quem vota contra? Quem se abstém? Portanto, foi aprovado por unanimidade.

Passaríamos ao **Ponto n.º 3.6**, Apreciação e deliberação do Projeto de Regulamento do Centro de Recolha Oficial do Marco de Canaveses.

Eu daria a palavra ao Sr. Presidente.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Muito bem, Sr. Presidente, Sr. Vice-presidente da Câmara, Sra. Vereadora, Srs. Vereadores, Srs. Deputados Municipais e Sras. Deputadas, Srs. Municípes, comunicação social.

Em relação a esta proposta deste projeto de regulamento do Centro de Recolha Oficial de Marco de Canaveses, dizer que, como sabem, temos previsto abrir o nosso Centro de Bem Estar Animal, que ficará à responsabilidade, de acordo com o protocolo que já estabelecemos com a Animarco, por um prazo de cinco (5) anos, e depois renovável por iguais períodos, se assim for entendido útil – e estou certo que assim será – e temos que ter também aí nesse espaço, que fizemos a adaptação da antiga Escola do Eidinho, em Vila Boa do Bispo, um Centro de Recolha Oficial do Marco de Canaveses. De resto, a Legislação que está neste momento a ser trabalhada vai procurar que isso aconteça ao longo de todo o território nacional, haver estes Centros de Recolha Oficial. Admito que haja municípios mais pequenos – e há muitos pequenos – que possam fazer isso em parceria com outros municípios vizinhos, como também eu próprio, já há uns anos, dentro deste objetivo de termos uma resposta mais alargada para o conjunto de municípios – no primeiro momento foi a nível da Associação de Municípios do Baixo Tâmega, que presidi no primeiro mandato, e também da Comunidade Urbana do Tâmega, mas depois a nível da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa. E encomendámos um estudo à Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, que apontava para se poderem construir, ao longo dos onze (11) municípios, cinco (5) Centros de Recolha Oficial, em que eles seriam partilhados pelo conjunto dos onze (11) municípios. E isso continua a ser útil e necessário, e eu espero, e chamei à atenção já por mais do que uma vez para que esse estudo que foi feito, e que mereceu da nossa parte algumas observações críticas, que era preciso reformulá-lo, volte à mesa da Comunidade Intermunicipal para que possamos aprová-lo e tentar, na medida do possível, obter até uma candidatura a fundos comunitários para os poder implementar, esses Centros de Recolha Oficial. Admito que neste mandato isso já não vai acontecer, com pena



nossa, com pena minha, em particular, que fiz essa proposta já há vários anos, mas espero que esse projeto não seja abandonado.

Independentemente disso, nós vamos ter o nosso Centro de Bem Estar Animal e vamos ter este Centro de Recolha Oficial de Marco de Canaveses. Este Centro de Recolha Oficial, que vai ser cada vez mais obrigatório tê-lo, tem exatamente como objetivo primordial adaptar à Legislação em vigor sobre animais domésticos, que alterou a designação de “Canil Municipal” para “Centro de Recolha Oficial”, e atribui novas competências às autarquias no controlo de animais vadios, como por exemplo os incentivos à esterilização de animais.

Em função desta nova filosofia de serviço, a criação do Centro de Recolha Oficial de Marco de Canaveses pretende implementar maior transparência, melhor cuidado e bem estar dado aos animais recolhidos no concelho, de forma a diminuir o número de animais vadios, e levando, por último, a uma melhoria da saúde pública, animal e humana. Dizer também que o objeto deste regulamento municipal é estabelecer normas gerais que regulem o funcionamento do Centro de Recolha Oficial, designadamente as suas obrigações, procedimentos, taxas e condições de alojamento, resultante da captura de cães e gatos vadios ou errantes encontrados na via pública ou em quaisquer lugares públicos. Como sabem, continuamos a ter bastantes, desde a cidade ao longo também do concelho, das freguesias, e nós temos, realmente, que tentar encontrar forma de procurar recolhê-los e tentar dar-lhes alojamento temporário, com vista depois a que eles possam ser adotados por famílias, seja no nosso concelho, na região, no país ou até fora de Portugal, como já está a acontecer com aquilo que a própria Animarco tem vindo a fazer.

Este regulamento, no seu art.º 3.º, define o que é o Centro de Recolha Oficial e o Centro Veterinário Municipal, que dado ser um espaço onde são acolhidos por um período determinado pela autoridade competente os animais de companhia, não podendo este, no entanto, funcionar como local de reprodução, criação, venda, hospitalização ou prestação de serviços clínicos ao público. O médico veterinário municipal é a autoridade sanitária veterinária concelhia, tem a responsabilidade oficial da direção e coordenação deste Centro de Recolha Oficial e Centro Veterinário Municipal, bem como da execução das medidas da profilaxia médicas e sanitárias determinadas pelas autoridades sanitárias e veterinárias nacionais e regionais.

Depois, tem quem são as autoridades competentes, está aí, a questão do proprietário detentor, o animal de companhia, o animal abandonado, o animal errante ou vadio, o animal potencialmente perigoso e o animal que é considerado mesmo perigoso, etc. Este Centro de Recolha Oficial e Centro Veterinário Municipal, que é depois genericamente referenciado como CRO, é o um serviço municipal organicamente dependente da Divisão de Ambiente e Serviços Urbanos, e também do Pelouro da Saúde, Salubridade e Defesa do Consumidor, a funcionar sob a orientação técnica do médico veterinário municipal. O CRO não pode funcionar como local de reprodução, criação, venda, hospitalização e prestação de serviços clínicos ao público, exceto a vacinação e identificação por meio eletrónico, de *microchip*.

Também temos aqui referenciada a localização e o horário de funcionamento do CRO – a localização vai ser, exatamente, junto do Centro de Bem Estar Animal, na Rua Raúl Galdes de Castro Portugal Outeiro, em Vila Boa do Bispo, e o horário será definido pela Câmara Municipal e afixado nas instalações e no *site* da Câmara Municipal.



Depois, as funções do Centro de Recolha Oficial, não vos vou maçar, estão aí todas referenciadas no art.º 7.º, em várias alíneas e em dois (2) pontos.

Terminando, dizer que, da nossa parte, este Centro de Recolha Oficial deve funcionar em articulação estreita com a Animarco, como também com o nosso Centro de Bem Estar Animal, como também, exatamente, o contrário é verdadeiro. E nesse sentido, o protocolo que aprovámos, e já o subscrevemos com a Animarco, prevê – até agora a Câmara dava seis mil euros (6.000€) por ano, quinhentos euros (500€) por mês, para colaborar com a Animarco, e naturalmente havia depois alguns outros apoios pontuais; agora vamos passar para vinte e quatro mil euros (24.000€) por ano, quadruplicámos o apoio, ou seja, dois mil euros (2.000€) por mês – de quinhentos euros (500€) para dois mil euros (2.000€) por mês, e vinte e quatro mil euros (24.000€) ao fim do ano. Isto é para que eles possam desempenhar, ir mais longe na sua responsabilidade de recolha, apoio, tratamento e tentar promover a adoção. Vamos também ajudar a fazer uma campanha de adoção a nível do concelho, mas tentando projetá-la para o país e para fora de Portugal, porque na atual Animarco, eles já estão a fazer esse esforço para que haja famílias estrangeiras que possam adotar animais que são recolhidos em Marco de Canaveses, e acho que temos que continuar nessa linha, porque os duzentos (200) lugares que vamos ter no Centro de Bem Estar Animal rapidamente se esgotam: vão vir cento e tantos já do abrigo provisório de Vila Boa de Quires para Vila Boa do Bispo, e automaticamente ficarão poucos lugares para podermos continuar a recolher uns tantos que ainda andam por aí errantes por todo o concelho. E é nesse sentido que temos que fazer essa campanha. Eles devem lá estar o tempo indispensável, até termos famílias de adoção. E esse apelo, também quero aqui fazê-lo hoje na Assembleia Municipal, aos munícipes da nossa terra, para que sejamos primeiro amigos dos animais, para que não os abandonemos, porque eles, realmente, dão-nos amizade, são boas companhias, e nós devemos retribuir-lhes também com a nossa amizade. E por isso, estes vinte e quatro mil euros (24.000€) são para quê? Nós vamos ter lá o veterinário no CRO, vamos ter também um administrativo, vamos ter que ter uma viatura – que não é obrigatório que fique exclusivamente para isso – de recolha de animais que estejam abandonados, para os poder realmente trazer até ao CRO e ao Centro de Bem Estar Animal; aqueles que, entretanto, muitas vezes morrem na via pública, recolher as carcaças e fazer o respetivo enterro. E por isso dizer que isso também é algo que a Câmara Municipal vai ter que assumir, como também queremos que haja da parte da Animarco mais colaboradores, e esses vinte e quatro mil euros (24.000€) é para que eles possam contratar pelo menos mais dois (2) colaboradores para poderem, de facto, acompanhar dia após dia o Centro de Bem Estar Animal, o conjunto de animais que pode chegar, como digo, aos duzentos (200) animais, neste caso cães e alguns gatos.

Pronto, é esta a proposta que temos, foi também posta à consideração da Câmara, esteve em discussão pública durante trinta (30) dias, e agora trazemos aqui à consideração, apreciação e votação da Assembleia Municipal, para entrar em vigor. Tem também aqui um conjunto de taxas, que é obrigatório por Lei, está aí a tabela de taxas do Centro de Recolha Oficial de Marco de Canaveses, não vou também maçá-los com os valores que estão aqui referenciados, mas que são também necessários e decorrem da própria Lei.

Era só, Sr. Presidente.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---



Os Srs. Deputados que desejarem intervir sobre este assunto. Vamos, então, à votação. Quem vota contra? Quem se abstém? Portanto, foi aprovado por unanimidade.

Passaríamos ao **Ponto n.º 3.7**, Apreciação e deliberação da Proposta da Comissão / Eventos de Promoção da Figura de Cármen Miranda no Concelho “Cármen Miranda e o Marco de Canaveses – Memória, Património e Cultura”.

Eu pediria a um membro da Comissão para fazer a apresentação e introdução do ponto.

--- Cristina Valente (PPD/PSD) ---

Boa noite a todos. Cumprimento todos os presentes, na figura do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, cumprimento ainda o público presente, e eventualmente os resistentes que nos possam ouvir pela Rádio Marcoense. E permitam-me que os cumprimente num abraço que dirijo à população de Tabuado que me acolheu há mais de vinte (20) anos, no início do meu percurso profissional. Foi aqui que tudo começou, nas quatro (4) paredes por onde entrava água, e a primeira coisa que fiz foi comprar umas galochas à Casa José Reis para poder varrer a água que lá entrava e para poder trabalhar.

Passando este aparte pessoal e indo ao que aqui nos traz, recordar-se-ão que na sessão de 29 de junho de 2016 da Assembleia Municipal – faz precisamente um ano – aprovámos a criação da Comissão para a Promoção da Figura de Cármen Miranda. Os que aqui estamos presentes sabemos o que votamos e aprovamos, e como creio que os cidadãos eleitores que representamos elegeram o Executivo para realizar as opções a que se propôs, e elegeram esta Assembleia para conferir, fiscalizar, analisar, debater, e penso que também na expectativa de que façamos propostas sobre alguns temas, assim, dizia, foi com este entendimento que desafiei e pedi ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sr. António Coutinho, a criação desta comissão. Nenhum outro motivo me moveu – repito, nenhum outro motivo me moveu.

Assim, esta comissão reuniu, debateu com espírito livre, com ambição, com vontade de ajudar a concretizar sonhos. Devo dizer-vos que os meus receios, que motivaram um reparo infeliz que aqui fiz à data, de não vir a tolerar a partidarização desta comissão, foram infundados. Dra. Maria José, Dra. Patrícia Vieira, Dr. Benjamim, Dr. Rolando Pimenta, Prof. Mário Luís e eu permitimo-nos a um trabalho independente, no sentido de obtermos consensos nas propostas agora apresentadas. Sonhar, ambicionar, querer, não é pecado, e muito menos quando substituí o desdém, desvalorização ou crítica por quem tem a função de governar e concretizar.

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Mesa, Srs. Deputados, meus amigos: é verdade, não podemos deixar de ser unânimes que os Executivos liderados pelo Sr. Dr. Manuel Moreira iniciaram, desenvolveram, trabalharam, inovaram na valorização da figura de Cármen Miranda. Não há também qualquer dúvida de que o caminho aberto e realizado necessita de ser continuado, pensado, renovado, e cada vez mais congregador da população, de todos nós que vivemos no Marco de Canaveses e que precisaremos sempre de motivos de união. Mas, este é o processo normal, nem sempre justo para quem, permitam-me a expressão, tem de “partir pedra”. Dir-me-ão que essa é a função de qualquer Executivo, mas também é dever de todos nós contribuir, participar ativamente, divulgar e apoiar o desenvolvimento material, social e cultural do nosso concelho. Gostaria de agradecer-vos a possibilidade de participar deste grupo



de trabalho tão diverso, agradecer ao Sr. José Teixeira a incondicional disponibilidade e a valiosa contribuição como cidadão nesta causa.

Passarei a palavra ao Sr. Dr. Rolando Pimenta. Agradeço-lhe pessoalmente, e em nome da comissão, o facto de pôr ao serviço da comunidade a sua experiência profissional e saber. Muito obrigada.

Sr. Dr. Manuel Moreira, Sra. Dra. Gorete Monteiro e restante Executivo, obrigada pela perseverança e coragem demonstrada no trabalho do projeto Cármen Miranda a que se propuseram, nem sempre compreendido, nem sempre consensual como figura de ímpar relevo, nascida no Concelho de Marco de Canaveses, e que certamente muito ajudará na projeção do concelho no país e no mundo. Foi essa vossa atitude que nos trouxe aqui, e a ter vontade de continuar e fazer mais. A Comissão para a Promoção da Figura de Cármen Miranda acredita que o Executivo entenderá como um contributo sério o que iremos expor, e tenho a certeza que a Câmara Municipal terá gosto em deixar sobre a mesa, e não na gaveta, estas propostas para o próximo Executivo a eleger no próximo dia 1 de outubro. A prova da capacidade da concretização está espelhada no pedido que faço agora à Assembleia, de não considerar o item da proposta em que se pede a criação de um monumento a Cármen Miranda; informou-me o Sr. Presidente da Câmara Municipal que está para muito breve a sua apresentação à população e a quem nos visita, como mais um sinal de reconhecimento da figura de Cármen Miranda pela Câmara Municipal e por todos nós.

Muito grata pela vossa atenção. E passarei a palavra ao Sr. Dr. Rolando Pimenta para fazer a exposição de alguns pontos.

Obrigada.

--- Rolando Pimenta (PS) ---

Prescindindo das saudações habituais, vou direto à apresentação da proposta da Comissão.

Conforme podem depreender da designação que demos à proposta, "Cármen Miranda e o Marco de Canaveses – Memória, Património e Cultura", esta proposta consta de cinco (5) medidas: uma delas refere-se à memória, à recuperação da memória e ao reforço da identidade do concelho; há uma segunda medida que é relativa ao património; uma terceira, à cultura; a quarta será o reforço das ações em curso; e a quinta tem a ver com a promoção integrada, digamos, destas linhas gerais para um plano de intervenção cultural a médio e a longo prazo, porque pretende-se com esta proposta ter subjacente, para não focarmos apenas em projetos desgarrados, termos uma visão global de todas as iniciativas no âmbito da promoção da figura de Cármen Miranda, daí o subtítulo desta proposta ser "Linhas gerais para um plano de intervenção cultural a médio e a longo prazo".

Este documento, como devem depreender, pretende contextualizar o âmbito em que surgiu esta proposta. Eu prescindiria de ler essa parte, uma vez que parcialmente a Dra. Ana Cristina Valente o referiu, e entraria nas linhas gerais para o Plano de Intervenção Cultural a médio e a longo prazo.



Como sabem, o Marco de Canaveses tem uma situação geográfica privilegiada: nós ficamos entre dois (2) patrimónios mundiais, que é o Porto e o Alto Douro Vinhateiro. Também dirão que há concelhos com uma situação análoga; eu só vejo três (3) concelhos nessa situação, dois (2) além do Marco, que são Amarante e Baião. Mas mesmo esses, no eixo Porto – Douro, ficam laterais, ou ficam no fim de linha, e nós ainda temos a atravessar o concelho a via férrea. Portanto, esse potencial tem que ser devidamente valorizado e fazer com que quem cá passa, naturalmente, a caminho do Douro se fixe e se sinta atraído por um conjunto de iniciativas, de património, capazes de reforçarem a identidade e a imagem do nosso território. E esta comissão entendeu que não é possível reforçar a identidade e a imagem de um território se não existir algo com existência física. Nós já temos um Museu Municipal, que prevemos neste plano que venha a ser dinamizado e potenciado em torno da figura de Cármen Miranda, mas no nosso concelho temos a casa onde nasceu esta grande atriz. E para quem é mais jovem, nós estamos a falar em alguém que chegou a Hollywood, e se fosse no contexto atual, seria uma *pop star*, mas de topo. Portanto, não é para qualquer um; isto é uma figura emblemática em todo o mundo. E então, essa casa faz parte da ambição central deste projeto, que seria através desta questão da recuperação da memória, e essa ambição central seria conseguir-se de alguma forma adquirir essa casa para, a partir dela, surgir o embrião da Fundação Cármen Miranda. E podem dizer que nós somos ambiciosos; é evidente que o somos, e daí ser a ambição central. Mas, nós temos concelhos mais pobres do que o Marco, e que em tornos de figuras com projeção nacional conseguiram também criar fundações, e essas fundações podem ser criadas, não apenas com recursos internos do concelho, mas recorrendo ao apoio das comunidades portuguesas e de outros Estados onde Cármen Miranda passou, inclusivamente a questão do Brasil e dos Estados Unidos. E no contexto atual, nós temos uma personalidade que tem uma ligação profunda ao Marco, que é o Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, que é o Dr. José Luís Carneiro, que pode ser a ponta de lança desta iniciativa.

Nós prevemos que este projeto se desenvolva em três (3) fases: uma que seria a fase embrionária, que passaria pela constituição de uma comissão organizadora que, naturalmente, teria que envolver a Câmara Municipal, através da Vereação da Cultura ou da Presidência, representante da Assembleia Municipal e representantes das parcerias locais, porque há aqui um aspeto fundamental, que uma iniciativa desta envergadura só poderia ter êxito, ou só poderá ter êxito com a participação ativa de parceiros locais e, noutra fase, parceiros nacionais e transnacionais. Uma segunda fase, que seria a da Comissão Instaladora da fundação, isto no pressuposto que já tivéssemos um local próprio para funcionar esta fundação. E finalmente, a terceira fase, que seria a fase adulta. Há aqui um aspeto que nós preconizamos: como sabem, as fundações, algumas delas são algo opacas, porque têm um Conselho de Administração, funcionam, de uma forma geral, um pouco fechadas, e nós propomos que além do Conselho de Administração existisse um Conselho Geral que integrasse elementos da Comissão Instaladora que preconizamos.

Então, entraria direto nas propostas. Só queria salvaguardar, porque, como é óbvio, há aqui um aspeto, dirão as pessoas e a maioria das Sras. Deputadas e Srs. Deputados, e naturalmente o Executivo, sabem que quando se avança para uma iniciativa deste género, dizer assim: “Bem, o município está interessado em adquirir a casa onde nasceu Cármen Miranda.” Nós temos previsto neste plano uma situação alternativa, que é na eventualidade de ser incomportável a aquisição desse imóvel, ter-se-ia que construir uma réplica de raiz, ter-se-ia que ter aqui um



plano B, na eventualidade de não funcionar. E vou aligeirar a apresentação na questão das linhas gerais...

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Dr. Rolando Pimenta, não pelo adiantado da hora, mas pelo tempo, que já vamos com quase mais cinquenta por cento (50%) do tempo, eu agradecia que fosse de forma sintética, que nos pudesse fechar o *dossier*, porque seria importante.

--- Rolando Pimenta (PS) ---

Eu, da minha parte, posso fechá-lo de imediato; se não houver interesse da Assembleia, eu prescindo. A Assembleia é que terá que entender se vale a pena expor, se não vale.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Dr. Rolando Pimenta, eu peço desculpa, não é um problema de interesse; é um problema de tempo. É diferente. Já agora, para percebermos todos, porque tenho dado hoje bastante facilidade no tempo a toda a gente: o tempo para apresentação do ponto são dez (10) minutos; vamos com dezasseis (16) minutos neste momento. E portanto, eu agradeço que feche o ponto, que faça a apresentação de uma forma mais sintética, foi aquilo que eu lhe pedi.

--- Rolando Pimenta (PS) ---

Sr. Presidente, não estamos a usar aqui uma questão de Grupo Municipal; a comissão tem elementos de todos os Grupos. Se fossemos multiplicar pelos Grupos, teríamos muito mais tempo para apresentar uma proposta desta natureza. É diferente o contexto, não podemos estar apenas a analisar esta proposta. Esta proposta não é minha, não é da Dra. Ana Valente, não é do Dr. Mário Luís, nem da Dra. Patrícia Vieira, nem dos outros elementos da comissão.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Eu penso que não me consegui explicar, eu vou tentar explicar outra vez: nós temos um Regimento, e o Regimento diz que temos, para a apresentação de cada ponto, dez (10) minutos. Portanto, aquilo que eu fiz foi dar-lhes dezasseis (16) minutos. Agora, a Assembleia pode dizer que quer dar meia hora, e se a Assembleia achar que dá o tempo que for necessário – e era isso que ia pôr à Assembleia – se a Assembleia achar que vai dar o tempo que for necessário, eu darei esse tempo. Portanto, eu aqui só comando os trabalhos. É uma questão de respeito a vocês; se vocês acharem que sim... Portanto, Sr. Dr. Rolando Pimenta, pelo parecer dos deputados, o Sr. Doutor tem o tempo todo do mundo.

--- Rolando Pimenta (PS) ---

Não, não necessariamente. Eu há pouco não referi a Dra. Maria José Cerqueira, e peço desculpa, estava a falar nos nomes, de memória, que integraram a comissão, e o Sr. Pessoa também, peço desculpa.

Bem, a medida 1, que tem a ver com a recuperação da memória e reforço da identidade, pressupõe três (3) ações: uma é relativa ao reforço da identidade, e sinergias e parcerias, que isto tem uma coluna com tipologia de projetos que passaria pela constituição do grupo dinamizador, calendarização, promoção e divulgação de eventos, e a constituição da Fundação Cármen Miranda. É evidente que a constituição de uma fundação deste teor não é para ser feita num ano, nem em dois (2), por isso fala aqui num plano a médio e a longo prazo. Temos a



descrição sumária, que eu vou prescindir de a referir, para aligeirar a apresentação. Temos a segunda ação, que é recuperar, sistematizar e divulgar a memória. Como sabem, existe muito espólio, muita documentação dispersa que urge inventariar, que urge sistematizar para posteriormente divulgar e promover a vários níveis. Eu também vou prescindir de descrever aqui os projetos que se preveem. Como é óbvio, também temos aqui uma coluna onde, a título exemplificativo, se referem as parcerias a envolver, e isto é fundamental, envolver sobretudo a comunicação social a este domínio, até porque, como sabem, nós vivemos num mundo em que apenas aquilo que se vê existe, e portanto, não chega apenas ter um bom produto, mas é preciso dá-lo a conhecer, e daí a envolvimento da comunicação social, seriam uns parceiros fundamentais. E há aqui outro parceiro que é fundamental, que já foi referido pela Dra. Ana Cristina Valente, que é o Sr. José Teixeira, que além do conhecimento de que dispõe da obra, sabe onde poderemos recolher muito do espólio que se encontra disperso. A terceira ação nesta medida tem a ver com a conceção, elaboração e colocação de sinalética específica, e dentro dessa sinalética específica e dessa sinalização não esquecemos o papel preponderante, e a atenção preponderante que teremos que ter com a freguesia natal de Cármen Miranda, onde se prevê a construção de um mural à entrada da freguesia, na Pontinha. Também vou prescindir de mais pormenores.

Relativamente ao património, temos a questão da preservação e valorização do património material, temos previsto – e a questão que, como sabem, houve uma proposta aprovada por unanimidade por esta Assembleia no sentido de se erigir um monumento a Cármen Miranda e, naturalmente, está prevista a elaboração do concurso público para a edificação de um monumento a Cármen Miranda, creio eu que esta situação está em marcha, segundo disse a Dra. Ana Valente. Chamava aqui à atenção que, muitas vezes, estas questões têm o seu impacto pela relevância do autor da obra. E se fosse um autor, eu dou-lhe, passando a publicidade, do género de uma Joana de Vasconcelos, sabíamos que independentemente dos méritos do monumento a conceber, teria logo as atenções da comunicação social e do público em geral. Também temos uma ação relativa à revitalização e dinamização do Museu Municipal Cármen Miranda, que temos aqui. Eu gostaria de referir, e vão-me perdoar, elencar um ou outro projeto que nós temos previsto nesse âmbito, que seria desenvolver um ciclo de filmes em que Cármen Miranda foi protagonista, mas esse ciclo de filmes teria a anteceder-los, até para serem contextualizados, convidar figuras do nosso meio artístico, do nível cultural, para se dinamizar o concelho. Também tínhamos aqui uma proposta que era “Cármen Miranda – Séc. XXI”, que seria de convite a compositores e a músicos que com base na produção musical de Cármen Miranda, dar uma outra roupagem, e dou-lhes o exemplo do que sucedeu com o António Variações, com a intervenção dos Humanos, que têm por trás até alguém que tem ligações ao Marco, que são os Clã da Manuela Azevedo (ela tem família no Marco), por exemplo, que foi um êxito pegar nas músicas do António Variações e trazê-las para a atualidade. Isso poderia ser feito eventualmente com a produção musical de Cármen Miranda. Também temos uma ação que seria o Festival da Canção “Cármen Miranda Revisitado”, e esse material, segundo o Sr. José Teixeira, existe todo o suporte, quer áudio, quer em suporte de papel, pautas, todo esse material, se tivermos a colaboração do Sr. José Teixeira, encontra-se disponível e ao alcance. E a ideia desta proposta era, a exemplo do que fez a RTP, convidar meia dúzia de artistas atuais, e pegar nesse material existente e fazer um festival revisitado – daí revisitado, não nos moldes que têm o seu mérito, mas trazê-lo para o séc. XXI, para os nossos dias.



Quanto à cultura, temos apenas duas (2) ações, que seria aqui na Freguesia de Várzea de Ovelha, Aliviada e Folhada, concebermos um conjunto de itinerários, percursos pedestres, integrando-os nos existentes, onde, de alguma forma, se aludisse ao passado de Cármen Miranda e da sua família por este território. Finalmente, na cultura – e vou ser breve – temos “Cármen Miranda e o Carnaval”, que a ligação de Cármen Miranda ao carnaval é profunda. O nosso concelho também tem tradição relativamente a esta festa, e nós propomos três (3) projetos nesta ação, que seria na noite de sexta-feira anterior ao carnaval existir um grande baile de carnaval, preferencialmente em recinto fechado – porque na época do ano onde se dá este evento são imprevisíveis as condições meteorológicas – e elegermos a eleição da Cármen Miranda do ano, porque essa Cármen Miranda que fosse eleita nesse baile seria a embaixatriz de todas as iniciativas concebidas no âmbito da promoção da figura de Cármen Miranda. Também tínhamos uma proposta, que devíamos – o Marco – dada a tradição que existe no entrudo, era concentrar três (3) grandes carnavais: um no sábado, outro no domingo, e outro no dia de carnaval. E isso só seria possível com o envolvimento dos parceiros locais, no sentido de num ano ser numa localidade, noutra ano ser noutra, mas teria que haver uma negociação, e só em parceria é que se conseguem essas situações. Finalmente, fora de época, teríamos o Carnaval dos Agrupamentos, que era no fim do ano letivo, alternadamente, nos polos educativos existentes no concelho – a saber, em Toutosa, outras vezes no Marco, outras vezes em Sande, ciclicamente, e naturalmente, noutra altura em Alpendorada – e negociar-se isso no sentido de anualmente fazermos esse carnaval. Isso só é possível com o envolvimento da comunidade educativa, é evidente, dos parceiros locais e de cedências e de negociações que teriam, e de força, que neste caso o Pelouro da Educação teria que ter para nos respetivos projetos educativos incluírem esta atividade.

Perdoem-me ter sido demasiado extenso, mas nós também perdemos bastante tempo com este documento, e seria, talvez, uma falta de respeito, que muitas vezes as comissões criam-se e não se produz nada; nós fizemos questão, em tempo oportuno, de produzir este documento. Teve a contribuição de todos, e não é o trabalho de A, B ou C, mas é o trabalho da comissão.

Muito obrigado a todos.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Doutor, pela explicação que foi dada. Eu perguntava aos Srs. Deputados se queriam também intervir sobre este assunto. Percebi que o Sr. Presidente me tinha pedido a palavra, mas antes gostaria que os Srs. Deputados, se querem intervir... penso que não, penso que estão todos esclarecidos.

Sendo assim, eu daria a palavra ao Sr. Presidente, penso que o Sr. Presidente quer tecer algumas palavras sobre este assunto.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Sim, Sr. Presidente, Sr. Vice-presidente da Câmara, Sra. Vereadora, Srs. Vereadores, Srs. Deputados e Deputadas, Srs. Múncipes.

Muito brevemente, dizer o seguinte: como devem imaginar, nós não podemos deixar de estar de acordo com estes objetivos; têm que ser devidamente depois ponderados, avaliados e implementados ao longo, como disse também a Dra. Ana Cristina Valente e o Dr. Rolando



Pimenta, ao longo de anos. Da nossa parte, julgo que em relação àquilo que era a figura de Cármen Miranda, que aqui nasceu, que, de facto, não voltou à nossa terra, mas ela nunca deixou de ser uma portuguesa nascida em Marco de Canaveses, partiu daqui para o mundo e conquistou o mundo, no plano artístico e no plano cinematográfico. E daí a honra que nos dá à cultura portuguesa, porque foi uma mulher da diáspora portuguesa, que é a única mulher que tem a sua mão no Pátio da Fama, em Hollywood. E acho que isso é mais do que suficiente para nós, naturalmente, a valorizarmos como ícone de Marco de Canaveses e de Portugal. E nesse sentido, temos ao longo dos anos feito todo um conjunto de iniciativas para que a figura de Cármen Miranda seja conhecida primeiro de todos nós, porque muitas pessoas do Marco provavelmente não sabiam que Cármen Miranda era de Marco de Canaveses, natural da nossa terra, de S. Martinho de Aliviada, que nasceu, de facto, nesta aldeia, que foi batizada na igreja e partiu daqui com meses para o mundo, com os seus pais, para o Rio de Janeiro, onde se tornou depois uma artista da canção, e depois para Hollywood, onde se tornou uma grande atriz. E por isso, nós quisemos celebrar os cem (100) anos do seu nascimento, durante um ano, com muitos eventos. Instituímos o Prémio “Cármen Miranda”, de dois mil e quinhentos euros (2.500€); mais uma vez no dia 9 de julho deste ano, aquando das Festas do Marco, vamos fazer mais uma vez a exposição. Apareceram setenta e cinco (75) trabalhos, que foi avaliado por um júri, onde está também a vereadora, Dra. Gorete Monteiro, ou tem estado ao longo destes anos, exatamente de todo o país, e até veio também do Brasil um dos trabalhos. Acho que isso já é, de facto, algo que desde 2009, quando celebrámos os cem (100) anos, temos vindo. Tem aumentado o espólio, que era pequeno, no nosso Museu Municipal, e que temos já muitos quadros, que queremos expô-los com a requalificação e ampliação do museu, uma vez que quando se concluir o Centro Cultural, com a biblioteca, com a sala de espetáculos e Espaço Arte, aqueles dois (2) edifícios que eram as chamadas Casas dos Magistrados vão ser requalificadas com a ligação dos dois (2), vamos fazer uma ligação dos dois (2) para ser o Museu Municipal Cármen Miranda, com outra dimensão, com outra qualidade, com outra dignidade, e teremos já a oportunidade de expor muito do espólio, particularmente trabalhos que ficaram para o município, dos artistas que entretanto concorreram ao longo destes anos, e já lá vão oito (8) anos deste concurso, para além do Concurso de Expressão Plástica com as escolas, desde o pré-escolar ao secundário e escolas profissionais, que temos também muitos trabalhos, exatamente para que as crianças saibam – um concurso de expressão plástica das escolas, desde o pré-escolar às escolas profissionais. E temos também muitos trabalhos.

Dizer também que nós procurámos assinalar, não só a data de nascimento, como a data da sua morte – nascimento em fevereiro, morte em agosto, 5 de agosto. E nesse sentido, vamos este ano, dando cumprimento à deliberação da Assembleia Municipal, à recomendação da Assembleia Municipal à Câmara, inaugurar a estátua de corpo inteiro, junto ao Palácio da Justiça, num local nobre, no coração da cidade de Marco de Canaveses, no dia 5 de agosto. A estátua está praticamente pronta, é por isso que chamei à atenção da Dra. Ana Cristina Valente, para transmitir à comissão que, efetivamente, ao proporem aqui que fizéssemos agora ainda o concurso da conceção, construção, etc., é algo que está de algum modo prejudicado pelo facto de já termos a estátua pronta, praticamente pronta, para a inaugurarmos no dia 5 de agosto, data em que se assinala mais um ano do seu falecimento. Julgo que estamos assim a dar mais um passo para a valorização e para a perpetuar aqui no coração da cidade de Marco de Canaveses.



Também há dias, numa visita à Freguesia de Várzea, Alviada e Folhada, da Câmara Municipal, nós fizemos uma intervenção na Escola da Portela, que está fechada há uns anos, que já tinha sido até vandalizada também, e está feita uma recuperação da escola, ficou bem, e com a Junta de Freguesia, com a Sra. Presidente, Dra. Maria José Cerqueira, presente, e outros membros do Executivo, decidimos que também iremos inaugurar – e provavelmente, se calhar, até vamos aproveitar o mesmo dia para inaugurar a requalificação dessa escola, e vamos dar-lhe o nome de Centro Cultural e Social Cármen Miranda, na sua terra, em S. Martinho, onde vai com certeza acontecer, para além da intenção da Junta de Freguesia de ter um centro de convívio na parte social, para os nossos maiores, poder também ter lá outros eventos culturais, e este ano já vai ter lá um campo de férias para as nossas crianças da Freguesia de Várzea, Alviada e Folhada. Penso também que é mais um passo e mais um elemento importante para aproveitamento de uma escola que estava já fechada há uns anos, requalificada, e vamos, naturalmente, pô-la ao serviço da cultura, e também ao serviço social daquela freguesia, dando o nome na terra onde ela nasceu.

Fizemos, como disse há bocadinho, e temos vindo realmente a tentar dar cada vez mais projeção ao seu nome, na fachada do nosso Mercado Municipal está lá a sua imagem em grande plano. E também vamos fazê-lo em relação às Joias do Marco, onde ela também é uma das Joias do Marco, no espaço multiusos, daquilo que sobrou da reconfiguração, ou diria, do redimensionamento do Mercado Municipal. E dizer também que fizemos as Joias do Marco, todo o conjunto de joias, desde o colar, aos brincos, ao anel, etc., que está exposto também no nosso átrio municipal, e tem estado presente noutros eventos ao nível da região.

Dar também nota de que nós temos vindo a afirmar “Marco de Canaveses – Terras de Cármen Miranda”, temos vindo a fazer isso de uma forma permanente. Ainda agora, neste Campeonato Nacional de Jet Ski – Grande Prémio de Marco de Canaveses, fizemos um troféu onde aliámos o granito da nossa terra, do Baixo Concelho, de Alpendorada, com a imagem de Cármen Miranda. Acho que ficou um troféu muito bonito, que foi entregue exatamente a quem participou, daqueles que participaram no Campeonato Nacional de Jet Ski, tivemos também essa oportunidade para valorizar a nossa figura. Temos um livro, que temos entregue ao longo destes doze (12) anos, muito bonito, de Cármen Miranda, um livro muito bonito.

E para concluir, dizer o seguinte: o nosso objetivo é que gradualmente – e assim espero que aconteça no próximo mandato, e nos próximos mandatos, continuarmos a valorizar esta figura. Acho que é, realmente, uma imagem positiva, que pode projetar muito o Marco de Canaveses na região, no país e fora do país, e por isso estas propostas, que não me vou agora referenciar a todas elas que aqui estão, são propostas que merecem a nossa apreciação positiva, como digo, tudo isto deve ser feito de forma paulatina, com base na comissão que vai acompanhar para dinamizar um conjunto de iniciativas, que me parece de todo importante, e como digo, o objetivo final é que ela seja cada vez mais um ícone, não só para a geração atual, como para as gerações futuras. E por isso, da nossa parte, o apoio a esta iniciativa.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Presidente. Claro que sim, como membro da comissão. Tem que falar aqui, Sra. Doutora, desculpe lá, senão depois não fica gravado.

--- Cristina Valente (PPD/PSD) ---



Boa noite, mais uma vez.

Eu estou francamente desagradada com o que aqui se passou, tomarei uma atitude em relação a isso – não é em relação ao Executivo, mas em relação à Assembleia Municipal – e mais desagradada estou quando acabei de ser informada na rede social que a Dra. Cristina Vieira acabou de publicar no *Facebook* que o Sr. Dr. Rolando Pimenta terminou a apresentação do projeto “Cármén Miranda” para o Marco de Canaveses. O Dr. Rolando Pimenta apresentou agora um projeto feito numa comissão em que cinco (5) pessoas gastaram o seu tempo, e a sua vontade, e os seus sonhos para estarem aqui. Se a senhora tem essa cara de pau para fazer as coisas dessa maneira, agradeço que aqui se venha retratar em relação a essa atitude.

Muito obrigada.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Sra. Doutora, eu penso que pode e deve. Se é verdade o que a Sra. Doutora disse, depois de falarmos tanto aqui hoje numa comissão, numa comissão, numa comissão, eu penso que isto era feito por uma comissão, e espero bem, porque foi a isso que eu quis dar poder, foi a uma comissão.

--- Cristina Vieira (Presidente J.F. Soalhães, PS) ---

Eu peço desculpa, mas a esta hora da madrugada – eu acho que a Dra. Ana Cristina Valente, em primeiro lugar, devia acalmar-se, porque parece-me que está muito nervosa. Em primeiro lugar, eu queria dizer-lhe, Sra. Dra. Ana Cristina, que aquilo que se discute aqui nesta Assembleia é para ser discutido na Assembleia, e foi aqui apresentada uma proposta em nome de uma comissão. As publicações que a Dra. Cristina Vieira faz no *Facebook* não são da sua responsabilidade, são da minha. E por isso, até acho muito desagradável que a senhora venha aqui usar da palavra para comentar um *post* de *Facebook* às duas e meia da manhã (02h30), da Dra. Cristina, mas é sinal de que está atenta aos *posts* da Dra. Cristina.

Para lhe dizer que a minha publicação informa que o Dr. Rolando acabou de apresentar a proposta designada “Cármén Miranda e o Marco de Canaveses”, o nome da proposta, apresentada a esta Assembleia. Não foi o Dr. Rolando que a apresentou? Qual é o seu problema? Não foi? Queria que escrevesse lá o seu nome? Dra. Ana Cristina, por amor de Deus, eu acho lamentável esta Assembleia Municipal, a esta hora da manhã, estar a discutir uma publicação de *Facebook*, com coisas tão importantes para se discutirem.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Eu espero que as palavras da Dra. Ana Cristina, e do texto que ela leu, e aquilo que foi dito pelo Dr. Rolando Pimenta, em nome da comissão, e aquilo que foi dito pelo Sr. Presidente tenham a força suficiente para que seja uma comissão, a tentarmos fazer pelo nome de Cármén Miranda, e tudo o resto não passe de entretenimento entre as pessoas.

Eu iria pôr à votação, porque falta-nos pôr à votação. E portanto, quem vota contra? Quem se abstém? Portanto, a proposta foi aprovada por unanimidade.



Passaríamos ao **Ponto n.º 3.8**, Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara, para aprovação da extinção da Associação de Municípios para o Desenvolvimento e Formação – ADEFORMA.

Eu daria a palavra ao Sr. Presidente da Câmara.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Mais uma vez, Sr. Presidente, Sr. Vice-presidente, Sra. Vereadora, Srs. Vereadores, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Múncipes e comunicação social:

Muito brevemente, para dizer o seguinte: fomos há poucos meses surpreendidos com uma comunicação do Tribunal de Contas, da falta que estava a acontecer, da apresentação do relatório de contas desta Associação de Municípios para o Desenvolvimento e Formação, chamada ADEFORMA. Eu procurei saber, e isso aconteceu em relação a vários municípios que integraram esta associação, e todos os Srs. Presidentes de Câmara em funções desconheciam a sua existência. Eu próprio, que estou, realmente, a terminar o terceiro mandato, quase doze (12) anos, nunca tinha ouvido falar nesta associação, para a qual nunca fui convidado a participar em qualquer órgão, e de acordo com os seus estatutos, devia ser convidado para participar, no mínimo, na Assembleia Geral. De facto, procurámos, com os diversos municípios e com os juristas, bem como também com outros representantes, fazer a análise, procurámos também nos arquivos, e de facto, acabámos por encontrar um *dossier* referente à sua existência – tinha sido criada há muitos anos na Câmara Municipal de Amarante. Chegou a existir até informação de que tinha uma filial na Folhada, coisa que nunca tinha ouvido semelhante coisa.

Perante tudo isso, preparou-se uma Assembleia Geral para dar corpo à sua extinção, e essa Assembleia Geral aconteceu no dia 31 de maio de 2017, na Sala de Reuniões da Câmara Municipal de Amarante, tivemos realmente essa reunião extraordinária da ADEFORMA, da Assembleia Geral, onde foi constituída uma Mesa da Assembleia Geral, constituída pelo Presidente da Câmara de Amarante e por mim, enquanto Presidente da Câmara do Marco, e também do Presidente da Câmara Municipal de Mondim de Basto. Depois, fez-se a decisão da extinção da ADEFORMA, que foi aprovada por unanimidade, fez-se a aprovação do plano de dissolução e liquidação, com partilha do ativo, sem passivo, e o ativo era de dois mil e tal euros, que tem que ser obrigatoriamente dividido pelos municípios que integram esta associação, apesar de na altura termos ponderado fazer a doação a uma instituição de carácter social, mas a Lei não nos permite que isso aconteça, tem mesmo que ser repartido esse valor, enfim, como sabem, muito modesto, pelos onze (11) municípios, e foi feita também a nomeação de uma Comissão Liquidatária constituída exatamente pelos três (3) Presidentes de Câmara: o Presidente da Câmara de Amarante, eu próprio, em nome do Município de Marco de Canaveses, e o Presidente da Câmara de Mondim de Basto. É isto que foi decidido também já nas Reuniões de Câmara dos municípios que a integram, ou que integravam, seis (6), também na nossa Câmara Municipal já foi deliberado por unanimidade extinguir, e agora compete também à Assembleia Municipal tomar a última decisão da sua extinção, e é por isso que trazemos aqui essa proposta.

Como digo, a associação, se existiu – e parece que existiu, de acordo com a informação que entretanto fomos colhendo e encontrámos nos arquivos do município, e os outros também encontraram, mas, de facto, não tem objeto há muitos anos, pelo menos há mais de doze (12). E



como tal, não tem sentido continuá-la, e até para não criarmos situações em que podemos incorrer em estar em falta para com outros órgãos para os quais tínhamos que apresentar as respetivas contas, como é o Tribunal de Contas, a única solução é proceder à sua extinção, uma vez que ela não tem objeto útil para cada um dos nossos municípios e para a região.

Era só, Sr. Presidente.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu perguntava aos Srs. Deputados que desejarem intervir sobre este assunto, o favor de fazerem a sua inscrição. Não havendo ninguém, vamos pôr à votação. Quem vota contra? Quem se abstém? Portanto, foi aprovado por unanimidade.

Passaríamos ao **Ponto n.º 3.9**, Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara, para aprovação da Prestação de Serviços de Auditoria Externa para a Certificação Legal das Contas Municipais.

Eu daria a palavra ao Sr. Presidente, ou a quem ele designar.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Sr. Presidente, esta proposta é exatamente aquilo que é obrigatório, termos realmente o Revisor Oficial de Contas, e é para fazer a renovação dessa prestação de serviços.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Os Srs. Deputados que desejarem intervir sobre este assunto. Dava a palavra, então, à Dra. Patrícia Vieira, e depois ficaria também a inscrição do Sr. Deputado José António Valdoeiros.

--- Patrícia Vieira (Marco Positivo) ---

Muito obrigada, Sr. Presidente. Dispensava os cordiais cumprimentos.

Sobre este assunto, a nossa Bancada não tem muitas perguntas relativamente à nomeação do Revisor Oficial de Contas, que é o mesmo, curiosamente, ou praticamente desde há vários anos pelo que conseguimos constatar, independentemente do valor da proposta. A nossa Bancada irá tecer alguns comentários, apesar de acharmos essa proposta incompleta. Cremos ser pertinente esta observação, porque ajuizamos que seria saudável que a consulta do ROC pudesse vir a recair sobre outros e não os mesmos, como sucede sistematicamente ao longo de muitos anos. Entendemos também que as boas práticas de gestão assentam e apontam para a rotatividade. Ditam aquelas que se deve rodar os ROC's e os auditores, para que não se crie alguma – e diz-se – habitude. A nossa posição sobre este assunto não tem nada de particular quanto ao ROC; simplesmente entendemos que a rotatividade é saudável, para não dizer necessária. Em alguma altura tínhamos que dizer “basta”, pelo que hoje entendemos que esse é o dia. Porque a nossa Bancada é a favor da renovação, entendemos que a mudança pode oferecer novos conceitos de controlo e avaliação.

Face ao exposto, vamos votar contra.



Obrigada.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Dava a palavra ao Sr. Deputado José António Valdoleiros.

--- José António Valdoleiros (PS) ---

Sr. Presidente, estive a analisar esta proposta e encontro algumas deficiências técnicas no tocante ao princípio da transparência que deve haver entre o Executivo e os membros da Assembleia. Há aqui, de facto, alguns elementos que deviam constar da proposta para serem analisados, nomeadamente o convite executado, os cadernos de encargos, para a gente saber o que é que diz lá nos cadernos de encargos, o que é que é solicitado, e depois uma explicação muito concreta relativamente ao relatório de análise, no seu Ponto 3. Há aqui um esclarecimento sobre as propostas, e esclarecimentos e retificações das peças do procedimento, que é uma baralhada. Por exemplo, diz aqui o texto o seguinte: *“Face ao pedido de esclarecimento solicitado pelo concorrente n.º 2, e ao abrigo do art.º 153.º do Código da Contratação Pública, sobre o valor da proposta referida no Ponto 6, “Avaliação das propostas”, informa-se que o valor mencionado, de onze mil euros (11.000€) / ano foi lapso, e já se encontra corrigido.”* Ora, se assim é, conforme aqui está escrito, nós podemos inferir que, efetivamente, há aqui um erro, ou na proposta apresentada, ou de quem transcreveu e fez a informação, o que no relatório de análise final me parece um bocadinho, enfim, esquisito. E se há um pedido de esclarecimento, esse pedido de esclarecimento devia constar aqui, para nós sabermos qual foi o esclarecimento que o concorrente pediu, para nós podermos analisar se esse pedido de esclarecimento estaria ou não estaria, seria pertinente de ser objeto até de possível anulação do concurso. Estas são questões.

Outra questão é que me parece também que se confundem formalidades legais com procedimentos administrativos, porque, por exemplo, ao lermos na proposta, mistura-se aqui aquilo que é uma adjudicação do que é a formalidade legal a cumprir previamente. E há aqui outro aspeto que me parece que devia ser tomado em consideração: numa das anteriores Assembleias, eu chamei à atenção – chamei à atenção muito explicitamente – que a empresa que montou e executou a contabilidade de custos teria interesses na empresa que faz a revisão oficial de contas, porque um membro desta empresa, Santos Vaz, Trigo de Moraes & Associados, é também membro da Triconsulte. Ora, há aqui um conflito ético, que é: quem executa, quem faz, portanto, essa montagem da contabilidade vai mais tarde fazer a sua inspeção, a sua revisão. Parece-me que há aqui um conflito ético. Deveria haver o cuidado – daí vou ao encontro daquilo que a camarada da Assembleia, Dra. Patrícia Vieira, e muito bem, focou aqui este aspeto, por que é que não abrimos isto a outras pessoas. Vamos renovar. Na minha perspetiva, eu não faria; se eu estivesse à frente de um órgão desta natureza, eu não atuava desta maneira. Não tem nada a ver com suspeições; é uma questão de ética. E eu entendo que tem que haver ética também nestas situações.

E por acaso não sei, o Sr. Presidente disse que se trata de uma renovação, será renovação, e vamos ainda avançar mais: é que no texto diz que é para o exercício a findar em 31 de dezembro e seguintes. Seguintes? Mas quantos anos são? Dez (10) anos? Quinze (15) anos? Vinte (20) anos? Pressupõe-se mais à frente que são três (3) anos só, mas não está explícito, não diz nada. Nós não temos que fazer contas; nós temos que ler e perceber como é que isto está executado. Portanto, esta proposta está ferida, na minha perspetiva, no sentido de que não



é transparente, deixa dúvidas no ar, veladamente podiam-se pensar muito mais coisas – isto não tem nada a ver com suspeições; agora, é um processo administrativo, e com alguma tecnicidade, está errado. Não é correto, da maneira como isto está a ser feito, não é correto. Daí também, penso eu, que não teria condições esta proposta para poder passar.

Tenho dito. Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Deputado. Eu daria a palavra – penso que não havia mais nenhuma inscrição – eu daria a palavra ao Executivo, caso queira dar as explicações aos Srs. Deputados.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Vai ser o Sr. Vereador, Dr. Vítor Gonçalo, a responder. Entretanto, há aqui uma coisa que eu queria desde já esclarecer o seguinte: o Sr. Deputado, Coronel José António Valdoleiros diz que isto é já assim há muitos anos – ou foi a Dra. Patrícia, peço desculpa. Não, o que acontece é o seguinte: é que a Câmara Municipal só tem Revisor Oficial de Contas desde 2014, foi apenas durante três (3) anos que agora terminaram, daí a necessidade de voltarmos a abrir o procedimento. Três (3) anos. É bom que as coisas fiquem claras, senão até parece que isto já tem dez (10) anos, doze (12) anos, quinze (15) anos, vinte (20) anos; não tem. E como tal, a empresa esteve, exatamente, durante estes três (3) anos a fazer a análise às nossas contas, e por isso, a fazer exatamente aquilo que decorre da Lei, que é obrigatório haver o Revisor Oficial de Contas – é aquilo que a Lei nos determina.

Mas, dava a palavra ao Sr. Vereador, se o Sr. Presidente assim autorizasse, para que ele possa, então, esclarecer algumas outras das questões que foram suscitadas.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Faça favor, Sr. Vereador.

--- Vítor Gonçalo (Vereador) ---

Em complemento àquilo que o Sr. Presidente referiu, queria começar por dizer que este processo foi conduzido e analisado pelos serviços, e tem aqui a composição do júri, sem qualquer interferência da parte do Executivo.

Relativamente a esta entidade, gostaria de dizer que temo-la como uma entidade idónea e que prestou bons serviços ao município. E é sempre bom recordar – e na altura, nada tinha a ver com a prestação de serviços relativa à certificação legal de contas, mas já em 2005/2006 foi a entidade que, na altura, ganhou também a prestação de serviços para determinação da dívida do município, e que, de facto, fizeram um trabalho credível, que o tempo veio a validar. E portanto, demonstrou toda a sua credibilidade e capacidade. E só depois, mais tarde, como o Sr. Presidente já referiu, em 2014, por força da Lei, é que se veio a contratar o Revisor Oficial de Contas para efeitos de certificação das mesmas, por imposição e por alteração da Lei.

Eu queria deixar aqui também a tranquilidade relativamente ao seguinte: a Lei tem vindo a evoluir e tem vindo a impor requisitos, designadamente no ano anterior surgiu a classificação ou categorização, digamos assim, das entidades, e a categorização de algumas, designadamente enquanto entidades de interesse público, e as Câmaras, por exemplo, não estão nessa



categoria, ou melhor, a nossa Câmara não está nessa categoria. E isso para dizer o quê? Que, de facto, em função do nível de risco que possa apresentar determinada entidade, quer a Ordem, a CMVM e a Comissão de Supervisão e Auditoria impõem requisitos no que se refere à renovação deste tipo de prestação de serviços, o que, como poderão verificar se tiverem essa curiosidade, neste caso essa questão não se coloca porque é perfeitamente possível haver esta renovação. Isto resulta, naturalmente, de um processo de ajuste direto, e foi a entidade que apresentou melhores condições face às propostas recebidas das entidades consultadas, o que, naturalmente, nem sempre acontece, haver renovação, neste caso coincidiu com ser a mesma entidade, mas poderia não ter assim acontecido. Penso que dado tratar-se de uma entidade externa, idónea, independente, obrigada ao cumprimento de uma série de deveres que decorrem da própria Lei, penso que não existe qualquer margem para dúvidas para os membros desta Assembleia que têm que votar esta proposta.

Quanto a não estar aqui, ou não terem sido entregues todos os elementos, manifestava aqui a disponibilidade para, caso queiram consultar – é um facto que eles existem, eu também não me tinha apercebido que não estavam aqui apenas esses documentos, como o Sr. Coronel referiu, designadamente o caderno de encargos, o convite, os documentos naturalmente existem, estão na posse dos serviços; se quiserem, poderão ser facultados *a posteriori*, mas penso que a informação aqui, mesmo aquela questão do prazo, que foi colocada, como é bom de ver, a renovação pode ser até três (3) anos, não é até dez (10), como chegou a suscitar.

Era isto que me oferecia, de momento, referir.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Sr. Deputado, precisava de um esclarecimento? É um pedido de esclarecimento? Não, penso que o assunto é importante, permito, claro que sim. Penso que era melhor ser aqui no púlpito, se não se importa.

--- José António Valdoeiros (PS) ---

Sr. Presidente, de facto, o Sr. Vereador tentou explicar alguma situação, mas que não respondeu em concreto às minhas questões. Eu gostava de saber qual foi o pedido de esclarecimento que a empresa fez. Essa é que é a parte nobre da questão, porque há aqui valores que estão mencionados, e houve um pedido de esclarecimento. Isto é que é importante; para mim, é mais importante. Quanto ao resto, são questões, enfim, de Legislação, eventualmente. Mas também nós podíamos pôr a questão: quer dizer, não houve também esta sensibilidade de dizer-se: “Este senhor que vem cá, ou um dos senhores que poderá vir cá, foi o mesmo também que montou a contabilidade de custos.” Quer dizer, não é eticamente correto; ele faz e batiza? Acho que não me parece correto, isto não é correto, eticamente não é correto. Pode ter toda a legalidade – aliás, penso que não colide em termos de código deontológico dos Revisores Oficiais de Contas, penso que não colide, porque são sociedades distintas, mas temos que nos defender dizendo: “Montou aqui a contabilidade...”, eu até poderia suscitar relativamente à contabilidade de custos, poderia suscitar algumas questões, mas não vou dizê-las porque são coisas de carácter técnico, e parece-me que havia aqui também matéria para nós podermos discutir muito mais, mas isto aqui não será o âmbito adequado, mas nós, para podermos deliberar – e aqui é um órgão de deliberação – temos que estar na posse de todos os documentos, sob pena de estarmos a deliberar sobre, enfim, areias movediças. Não está em causa a honestidade e a honradez das pessoas, e a sua capacidade; é uma questão de ética que nós temos que efetivamente suscitar.



E hoje cada vez mais somos questionados pela população, a todos os níveis, em que se solicita transparência, transparência, transparência. Eu acho que isto não é transparente. E como disse, o Sr. Vereador não respondeu, não disse qual foi o pedido de esclarecimento que a empresa fez. Isso é que é importante que se diga, para nós tirarmos as dúvidas todas. Mesmo assim, continuamos a dizer que não estamos esclarecidos.

Pronto, era isso que eu queria dizer.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Sr. Deputado, muito obrigado. Penso que já está feita a questão outra vez. Não sei se o Sr. Vereador vai querer responder. Então, daria a palavra ao Sr. Vereador.

--- Vítor Gonçalo (Vereador) ---

Relativamente à questão do pedido de esclarecimento, como consta aqui do Ponto 3, é sobre o valor da proposta referido no Ponto 4, “Ordenação das propostas”. Portanto, o pedido de esclarecimento tem a ver com isso. De facto, não está aqui em anexo, mas está disponível se quiser consultar. De momento, confesso, eu não tenho comigo, mas estou-lhe a dizer que é relacionado com este assunto. Mas, a questão foi esclarecida – se me permite, foi esclarecida, e como refere aqui, está ultrapassada.

Depois, relativamente à questão, como referiu, e usando a expressão de “batizar” na questão da contabilidade de custos e a certificação legal das contas, eu queria referir que essa entidade que referiu, que possa ter alguma ligação do ponto de vista societário, não implementou a contabilidade de custos no município; fez o acompanhamento do processo. Quem implementou, do ponto de vista, e teve naturalmente conhecimento, tivemos dois (2) ajustes diretos e o principal deles relativo à implementação foi com a AIRC, entidade que gere todo o sistema informático da área financeira do município; esta entidade apenas fez, digamos, a monitorização do processo e acompanhamento até à fase final. Não foi responsável – mais uma vez numa ótica de controlo e acompanhamento, e não de implementação.

Do ponto de vista daquilo que é objeto desta deliberação nesta Assembleia Municipal, como sabe, essa prestação de serviços já terminou, e como referiu, ficou no tempo, digamos assim, em 2016, a contabilidade de custos está implementada, e portanto, agora é um trabalho que, naturalmente, se encontra a ser produzido, esse tipo de prestação de serviços nada teve a ver com aquilo que estamos a falar, que é 2017 e seguintes, e portanto, não há aqui qualquer conflito de interesses desse ponto de vista porque trata-se apenas de certificação legal das contas, e nada tem que ver com a questão da produção da informação da contabilidade de custos.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Sr. Vereador, muito obrigado. Vamos, então, pôr à votação, e vamos votar por Partidos, se não se importam.

PCP/PEV: Quem vota contra? Quem se abstém? Voto a favor.

Marco Positivo: Quem vota contra? Dois (2) votos contra.



Marco Confiante com Ferreira Torres: Quem vota contra? Quem se abstém? Quatro (4) abstenções.

Partido Socialista: Quem vota contra? Cinco (5). Quem se abstém? Quatro (4). Penso que não há nenhum voto a favor. Obrigado.

Partido Social Democrata: Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor?

Portanto, a proposta, penso que foi aprovada, vamos só esperar um bocadinho. Foi aprovada com dezanove (19) votos a favor, oito (8) abstenções e sete (7) votos contra.

Passaríamos, então, ao **Ponto n.º 3.10**, Informação sobre os compromissos plurianuais face à autorização prévia no âmbito da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso. Eu daria a palavra ao Sr. Presidente. Portanto, penso que a informação, os senhores têm, e portanto, a informação está dada. Não sei se algum dos Srs. Deputados quer intervir sobre este assunto.

Não havendo, passaríamos ao último ponto da nossa agenda, ao **Ponto n.º 3.11**, Atribuição de Medalhas Honoríficas – Informação à Assembleia Municipal. Eu daria a palavra, não sei se o Sr. Presidente quer fazer alguma introdução ao ponto.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Penso que não, Sr. Presidente. Dado o adiantado da hora, da nossa parte é apenas a informação que nos compete à Assembleia Municipal, do conjunto de distinções que no próximo dia 15 de julho, no âmbito das Festas do Marco, vamos, realmente, em Sessão Solene – para a qual também ficam desde já todos convidados – queremos distinguir um conjunto de personalidades, cidadãos, instituições da nossa terra, e que também fazem bem à nossa terra no plano nacional e no plano regional.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Pergunto aos Srs. Deputados se querem intervir. Então, dava primeiro a palavra ao Sr. Deputado Olímpio Almeida, e depois o Gil Rodrigues também gostaria de intervir.

--- Olímpio Almeida (MCFT) ---

Muito obrigado, Sr. Presidente. Permita-me que passe à frente das formalidades.

Quando falamos de louvores ou de condecorações, neste caso, estamos a falar de reconhecimentos públicos de quem de direito, de ações ou atos considerados extraordinários ou excepcionais. Naturalmente que eu desconheço os critérios que foram seguidos para eleger as pessoas que irão ser condecoradas. No entanto, aproveito desde já para dar os parabéns às instituições, aos seus representantes, e às pessoas que vão ser alvo das condecorações.

E continuando, dizia eu que desconheço os critérios; não sei, efetivamente, se foi pela altura, se foi pela cor, se foi pelo peso, desconheço. Sinceramente, desconheço. E por uma razão muito simples: há pessoas – pelo menos algumas que eu conheço – que, na minha opinião – isto, nos louvores e nas condecorações, a apreciação é sempre relativa, naturalmente, mas que em minha opinião, têm tido uma atitude extraordinária, são pessoas que têm tido um conceito, em termos de cidadania, extraordinário no concelho, inclusivamente pelo menos uma já



desempenhou funções de Presidente desta Assembleia durante algumas décadas, e sinceramente não a identifiquei nas cento e seis (106) – se não estou em erro – instituições e individualidades que vão ser condecoradas.

E então, dizia eu que das cento e seis (106) condecorações, se fizermos uma estimativa em termos de peso, teremos aí dez (10) quilos de medalhas, mais ou menos. Utilizando este critério, ou dito de outra forma, se S. Excelência, o Sr. Presidente da República, utilizasse este critério a nível nacional, estaria num 10 de junho a distribuir aí umas três (3) toneladas, mais ou menos, de medalhas. E eu aqui questiono-me se o cidadão comum e bem informado aceitaria isto como uma normalidade.

Mas, pronto, repito aqui as palavras que disse no princípio: muitos parabéns às pessoas e às instituições que vão ser condecoradas.

Muito obrigado.

--- Gil Rodrigues (1.º Secretário, PPD/PSD) ---

Sr. Presidente da Assembleia, colega secretária, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, caros deputados, público:

Eu só venho aqui referir um nome que gostava que fosse analisado pela Câmara Municipal, acho que merece uma homenagem: trata-se do Sr. Padre José da Silva Dias, que deixou de ser pároco de Sobretâmega e de Maureles – em Sobretâmega está oficializado; Maureles há ali ainda um diferendo qualquer que não está totalmente resolvido, mas que eu acho que deveria ser lembrado, até porque foi um homem que dedicou mais de metade da sua vida sacerdotal ao Concelho de Marco de Canaveses. Esteve na Paróquia de Tuías, esteve, salvo erro, também em Rosém ou Avesadas, agora está em Sobretâmega. Acho que a sua integridade, a forma e a postura como tem estado na vida religiosa, e mesmo na vida política – porque há muitos padres que interferem na vida política, e não é o caso do Sr. Padre Dias – acho que merecia que tivesse uma homenagem digna para quem agora deixou de fazer aquilo que sempre fez durante a vida toda, na parte sacerdotal.

É só. Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Srs. Deputados. Eu daria a palavra ao Sr. Presidente, caso pretenda.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr. Vice-presidente, Sra. Vereadora, Srs. Vereadores, Sras. e Srs. Deputados Municipais.

Em primeiro lugar, dizer o seguinte, e em especial ao Sr. Deputado Olímpio Almeida, que aqui tentou, por um lado, fazer a quadratura do círculo: fez o elogio a todos aqueles que nós decidimos distinguir, e ao mesmo tempo disse que não sabia os critérios. Os critérios estão exatamente em cada uma das propostas, de acordo com o Regulamento de Distinções Honoríficas aprovado pela Assembleia Municipal já há vários anos, no meu primeiro mandato, uma vez que havia apenas uma só medalha nos três (3) graus, e nós depois decidimos fazer um



regulamento diferente, mais amplo, para podermos, exatamente, ir mais longe na distinção de cidadãos, personalidades, instituições da nossa terra, e também da região e do país, que podem e fazem bem à nossa terra. Está lá exatamente isso referenciado, e esses são os critérios.

Depois, também dizer que não sabe se foi pela altura, pela cor e pelo peso: acho isto de mau gosto, Sr. Deputado Olímpio Almeida, de muito mau gosto essa sua observação. De muito mau gosto, porque o senhor acaba por se desdizer no elogio que faz, ao dizer exatamente isto que acabou de dizer. De facto, eu não tenho nada a ver com isso que o senhor acaba de afirmar. Não, não tenho, porque procuro, com os meus pares, fazê-lo com o critério tão justo, tão sensato, tão equilibrado e tão plural quanto nos é possível, com a certeza, porém, de que nunca seremos plenamente justos em tudo aquilo que fazemos, mas temos essa vontade e buscamos esse objetivo. É essa a nossa atitude. E por isso, acho que não tivemos a intenção de fazer de outra forma que não desta forma.

Quanto ao Sr. Padre José da Silva Dias, que o Sr. Deputado e Secretário da Mesa da Assembleia, Gil Rodrigues, refere: tanto quanto me recorda a minha memória – mas vou confirmar isso amanhã – já o distinguimos, porque tivemos o cuidado sempre de olhar também para os sacerdotes da nossa terra e distingui-los pelo trabalho desenvolvido ao longo dos anos em que estiveram e estão a servir no plano pastoral e no plano social, porque muitos também têm centros paroquiais e sociais. E por isso, tanto quanto recordo, e penso que já o fizemos há vários anos, penso até que no primeiro mandato, que fizemos a distinção, e muito justa, do Sr. Padre Dias, porque, efetivamente, ele é daqueles que está há mais anos, como referiu, nas várias paróquias, e continuava ainda, só deixou há cerca de um ano S. Nicolau, e ainda estava a paróquia Sobretâmega e Maureles. Agora é que, fruto da situação da sua idade e da sua saúde, terminou essa sua missão longa ao serviço das paróquias no Marco de Canaveses.

Era isto que tinha para referir em relação às distinções, que julgo que tentámos, como digo e repito, fazê-las com o sentido de justiça e com equidade.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vamos só fazer a aprovação em minuta, e portanto, agradecia que os Srs. Deputados, neste momento, estivessem de certa forma em algum silêncio.

--- Maria Estela Freitas (2.ª Secretária, PPD/PSD) ---

A vossa atenção, por favor.

Depois de discutido o assunto referido no Ponto n.º 3.2, o mesmo foi aprovado por unanimidade, com vinte e nove (29) votos a favor. Para aprovação da presente minuta, algum voto contra? Há abstenções? Aprovada por unanimidade.

Depois de discutido o assunto referido no Ponto n.º 3.3, foi o mesmo aprovado por unanimidade, com vinte e nove (29) votos a favor. Para aprovação da presente minuta, algum voto contra? Abstenções? Aprovada por unanimidade.



Depois de discutido o assunto referido no Ponto n.º 3.4, foi o mesmo aprovado por unanimidade, com trinta e cinco (35) votos a favor. Para aprovação da minuta, algum voto contra? Abstenções? Aprovada por unanimidade.

Depois de discutido o assunto referido no Ponto n.º 3.5, o mesmo foi aprovado por unanimidade, com trinta e cinco (35) votos a favor. Para aprovação da minuta, algum voto contra? Alguma abstenção? Aprovada por unanimidade.

Depois de discutido o assunto referido no Ponto n.º 3.6, foi o mesmo aprovado por unanimidade, com trinta e quatro (34) votos a favor. Para aprovação da minuta, algum voto contra? Alguma abstenção? Aprovada por unanimidade.

Depois de discutido o assunto referido no Ponto n.º 3.7, o mesmo foi aprovado por unanimidade, com trinta e cinco (35) votos a favor. Para aprovar este ponto em minuta, algum voto contra? Alguma abstenção? Aprovada por unanimidade.

Depois de discutido o assunto referido no Ponto n.º 3.8, o mesmo foi aprovado por unanimidade, com trinta e cinco (35) votos a favor. Para aprovar o ponto em minuta, há algum voto contra? Há alguma abstenção? Aprovada por unanimidade.

Depois de discutido o assunto referido no Ponto n.º 3.9, o mesmo foi aprovado por maioria, com dezanove (19) votos a favor, sete (7) votos contra, e oito (8) abstenções. Para aprovar o ponto em minuta, há algum voto contra? Há alguma abstenção? Aprovada por unanimidade.

Muito obrigada.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Bem, Srs. Deputados, estamos a findar, ou a terminar esta Assembleia Municipal, que foi um bocadinho mais longa do que o normal, pelo menos pelas últimas. Eu queria mais uma vez agradecer à Associação Cultural e Recreativa de Tabuado pela forma como nos receberam, aos Tabuadenses, na pessoa do Sr. Presidente da Direção, o Sr. Rui Mendes. Queria também agradecer ao Sr. Presidente da Junta, Sr. José Fernando Barbosa, pela forma simpática como nos recebeu aqui na sua terra e pelo repasto que nos deu – ainda por cima, possivelmente estaremos cá brevemente novamente, para estarmos aqui consigo.

A todos, boa noite, e boa viagem até casa.